UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Jussara Christina Reis

"A GENTE É NASCIDO E CRIADO AQUI." MEMÓRIA E TERRITORIALIDADE NO BAIRRO BOA VISTA, BRAGANÇA PAULISTA - SP

Marília/SP
2012

Jussara Christina Reis

“A GENTE É NASCIDO E CRIADO AQUI.” MEMÓRIA E TERRITORIALIDADE NO BAIRRO BOA VISTA, BRAGANÇA PAULISTA - SP

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Eduardo Teixeira

Linha de pesquisa: Cultura, Identidade e Memória.

Marília/SP
2012

Reis, Jussara Christina
R375g "A gente é nascido e criado aqui.": memória e territorialidade no bairro Boa Vista, Bragança Paulista - SP / Jussara Christina Reis. – Marília, 2012.
152 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2012.
Bibliografia: f. 145-152
Orientador: Paulo Eduardo Teixeira.

1. Memória coletiva. 2. Imagem. 3. História oral. 4. Territorialidade. 5. Bairro rural. I. Autor. II. Título.
CDD 301.2

Jussara Christina Reis

“A GENTE É NASCIDO E CRIADO AQUI.” MEMÓRIA E TERRITORIALIDADE NO BAIRRO BOA VISTA, BRAGANÇA PAULISTA - SP

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista/UNESP – campus Marília-SP, para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA:

_____

Orientador: Prof. Dr. Paulo Eduardo Teixeira
Departamento de Ciências Políticas e Econômicas
Universidade Estadual Paulista – UNESP

_____

Titular: Prof. Dr. João Luiz de Moraes Hoefel
Núcleo de Estudos em Sustentabilidade
Faculdades Atibaia – FAAT

_____

Titular: Prof. Dr. Antonio Mendes da Costa Braga
Departamento de Sociologia e Antropologia
Universidade Estadual Paulista – UNESP

_____

Suplente: Prof. Dr. Almerinda Antonia Barbosa Fadini
Educação Básica, Superior e Tecnológica
Instituto Federal de São Paulo – IFSP

_____

Suplente: Prof. Dr. Miriam Cláudia Lourenção Simonetti
Departamento de Ciências Políticas e Econômicas
Universidade Estadual Paulista – UNESP

Marília, 09 de março de 2012.

A meu pai, Artur Silveira Reis (in memoriam)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, aos moradores do bairro Boa Vista dos Silva, em especial Seu Idalmiro, Dona Azélia, Dona Benedicta, Eunice e Alice, pela confiança em compartilharem suas histórias de vida, pelo carinho e amizade. Guardo com saudades as prosas e andanças regadas com muita sabedoria, alegria, poesia e cheiro de mato.

Ao professor Paulo Eduardo Teixeira pela orientação, aprendizado, incentivo e, sobretudo pela confiança depositada em mim e em meu trabalho.

Ao professor Andreas Hofbauer pela leitura crítica e cuidadosa de meu projeto e trabalho, sugestões e reflexões; e, especialmente pela disposição e generosidade em colaborar com o amadurecimento desta pesquisa. À professora Miriam Cláudia Lourenção Simonetti, pelas contribuições, sugestões e interesse pelas Histórias do Mato. Ao professor Antonio Mendes da Costa Braga pelo interesse, contribuições, sugestões e disposição em participar de minha banca de defesa.

Aos funcionários da Seção de Pós-Graduação e da Biblioteca (UNESP/Marília) pelo atendimento, sempre de forma muito atenciosa, às diversas solicitações realizadas ao longo do curso. Ao engenheiro agrônomo da CATI – Bragança Paulista Fernando Frias pelas importantes informações sobre o contexto geral em que encontra-se a produção rural no bairro Boa Vista. Ao Edivaldo Capodeferro e à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Bragança Paulista, pelas informações de delimitações de bairro.

À Capes pelo financiamento parcial desta pesquisa.

Aos meninos Frederico, Daniel, André, Guilherme e Marcos, colegas de curso e companheiros de disciplinas, de momentos de descontração e de reflexão. À Jaqueline pela companhia, conversas, sugestões e torcida. À Adriana, pela amizade logo no início do curso, e pelo compartilhamento de idéias, desejos, angústias e conquistas.

À Jéssica, pessoa extremamente gentil e querida, pelas conversas, livros, textos, caronas... Agradeço pela acolhida que deixou minhas idas à Marília mais confortáveis e tranquilas.

A todos que apoiaram o projeto Histórias do Mato, fruto deste estudo, em especial à amiga querida Lia. Melhor companhia de agbê não há!

Aos pesquisadores com os quais compartilhei a experiência de trabalhar no Centro de Estudos Ambientais Sociedades e Naturezas da Universidade São Francisco (CEA/USF), pela construção de conhecimento, reflexões, ajuda mútua, aprendizado e momentos de muitas risadas. Destes, agradeço especialmente às amigas, e companheiras de muitas histórias, Micheli, Giovana e Leila, cada uma com seu jeito especial de ser, de cativar e de cuidar. Obrigada por ouvirem e compartilharem, obrigada por torcerem!

Ao João Luiz Hoeffel e Almerinda Fadini, coordenadores do CEA/USF, pelo exemplo de parceria e companheirismo, que ao ultrapassarem os interesses estritamente acadêmicos, construíram um espaço de saber, de amizade, de experimentações, e, sobretudo de formação profissional e humana. Almê marca, porque é mulher, porque acredita, porque é afetuosa, porque é sensível, e porque ensina. João marca, porque acolhe, porque compartilha, porque é espirituoso, e porque ensina. A vocês, minha gratidão, respeito e amizade. Admiração.

Aos meus amigos que chegaram, aos que ficaram e aos que virão.

À minha família Reis, meu chão. Aos meus pais Eunice Reis e Artur Silveira Reis, pelo esforço e dedicação, exemplos de integridade humana e de força, por me guiarem até aqui. Iara, Regina e Guaraci, meus irmãos de sangue e de coração, obrigada por serem quem são. Maria José Mathias Bueno de Lima e José Ribeiro de Lima, agradeço o acolhimento, carinho e cuidado.

Ao Fábio, meu companheiro, parceiro desta vida, de todas as horas: dos campos, de espacialização de informações, dos insights, das crises... Ao seu olhar sábio e amoroso que conquista, cativa e afaga.

A Deus.

Toda vez que dou um passo, o mundo sai do lugar.
Ciranda de Siba e a Fuloresta (2007)

RESUMO

O município de Bragança Paulista/SP encontra-se em um contexto regional marcado por significativas transformações socioambientais decorrentes de períodos econômicos caracterizados por momentos sucessivos de crescimento e estagnação, destacando-se: a frustrada expectativa de riqueza através do ouro, o efêmero dinamismo do café, a tardia e atual industrialização que se contrapõe ao perfil ambiental regional, os impactos provocados pelas Rodovias Fernão Dias e Dom Pedro I, a problemática ambiental causada pela construção do Sistema Cantareira, a criação e a não regulamentação de suas unidades de conservação e o turismo desordenado. Tais transformações interferem diretamente na vida cotidiana da população, especialmente dos moradores das áreas rurais, configurando novas dinâmicas culturais. Neste sentido, o presente estudo busca investigar, por meio da história oral e da imagem, como as memórias e territorialidades dos moradores do bairro rural Boa Vista são reconstruídas mediante esse contexto de mudanças.

Palavras-chave: Memória Coletiva. Imagem. História Oral. Territorialidade. Bairro Rural.

ABSTRACT

The municipality of Bragança Paulista/SP is located in a regional context marked by significant social and environmental changes that result from economic periods characterized by successive stages of growth and stagnation, including: the frustrated expectations of wealth through gold, the ephemeral dynamics of coffee , the late and current industrialization that is opposed to the regional environmental profile, the impacts caused by the Highways Fernão Dias and Dom Pedro I, the environmental problems caused by the construction of the Cantareira Reservoir Water System , the creation, and still unregulated protected areas and unplanned tourism. These changes directly affect the daily life of the population, especially the residents of rural areas, setting up new cultural dynamics. In this sense, this study investigates, through oral history and image methodologies, how the memories and territoriality from the residents of the Boa Vista Rural District are reconstructed inside this change context.

Keywords: Collective Memory. Image. Oral History. Territoriality. Rural District.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização da Região Bragantina.....16
Figura 2 - Empreendimentos na Região Bragantina.....18
Figura 3 – Delimitação do Bairro Boa Vista e Região denominada como Boa Vista dos Silva.....19
Figura 4 – Rodovia Fernão Dias.....57
Figura 5 – Rodovia Dom Pedro I.....57
Figura 6 – Abairramento de Bragança Paulista.....64
Figura 7 – Usos agrícolas no Boa Vista dos Silva.....65
Figura 8 – Segunda residência no Boa Vista dos Silva.....66
Quadro 1 – Aspectos gerais das entrevistas realizadas.....27

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

SABESP – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

APA – Área de Proteção Ambiental

RMSP – Região Metropolitana de São Paulo

CATI - Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo

ISA – Instituto Socioambiental

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....13

CAPÍTULO 1 ASPECTOS HISTÓRICOS E CULTURAIS REGIONAIS.....42

1.1 Os bairros rurais paulistas: a construção de um modo de vida.....42

1.2 Região Bragantina: do bolsão de cultura caipira às unidades de conservação.....47

1.3 Boa Vista dos Silva: um bairro rural paulista em transformação.....60

CAPÍTULO 2 MEMÓRIAS E TERRITORIALIDADES EM MOVIMENTO.....68

2.1 Os narradores.....70

2.1.1 Benedicta Apparecida Magiolli.....70

2.1.2 Idalmiro Nunes de Macedo.....74

2.1.3 Azélia Gomes de Macedo.....77

2.1.4 Arranjos Visuais da Memória.....82

2.2 Histórias vividas no Boa Vista dos Silva.....91

2.2.1 Que mais nóis trabaiamo.....91

2.2.2 Eu fui nascida e criada nesta casa.....96

2.2.3 Tem uma igreja lá em cima no morro.....101

CAPÍTULO 3 MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NO BOA VISTA DOS SILVA.....108

3.1 Natureza, terra e trabalho.....108

3.2 Família, terra e trabalho.....116

3.3 Religiosidade, capelas e sociabilidade.....127

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....139

REFERÊNCIAS.....145

INTRODUÇÃO

Os moradores do Bairro Boa Vista, localizado em Bragança Paulista/SP, estabeleceram desde a sua formação um modo de vida considerado como próprio do interior paulista, que passou a ser denominado como caipira.

O termo caipira está diretamente associado ao de cultura rústica, o qual refere-se à cultura tradicional do homem do campo. O caipira[1] pertence a um grupo social que se constituiu a partir da miscigenação entre portugueses e indígenas, e, posteriormente, negros, quando do emprego de seu trabalho na lavoura sob o regime da escravatura. Este grupo ocupou primeiramente a região sudeste, especialmente o atual estado de São Paulo, e posteriormente Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso (CANDIDO, 2001; RIBEIRO, 1995).

Diferentemente daquelas concepções que atribuem diversos aspectos pejorativos ao caipira, a exemplo do clássico personagem Jeca Tatu[2] de Monteiro Lobato – muito presente no imaginário popular até os dias atuais -, os autores, Antônio Candido e Darcy Ribeiro em suas respectivas obras: *Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida*, publicada originalmente em 1964[3], e *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*, lançado em 1995[4], abordam o caipira como pertencente a um grupo social historicamente marginalizado, defendendo a reforma agrária como forma de inclusão do caipira num mundo que se moderniza.

Esse processo de exclusão social pode ser contextualizado a partir das monoculturas das grandes fazendas em meados do século XVIII, onde as terras que abrigavam as sociedades caipiras, antes consideradas sem valor, tornam-se áreas de interesse para os latifundiários,

[1] Para Candido (2001) o termo caipira tem a vantagem de não ser ambíguo, exprimindo desde sempre um modo de ser, um tipo de vida, nunca um tipo racial.

[2] Jeca Tatu é um personagem criado por Monteiro Lobato em sua obra *Urupês* (1918). Sobre este personagem, Darcy Ribeiro realizou a seguinte observação: "as páginas de Monteiro Lobato que revelaram às camadas cultas do país a figura do Jeca Tatu, apesar de sua riqueza de observações, divulgam uma imagem verdadeira do caipira dentro de uma interpretação falsa. Nos primeiros retratos, Lobato o vê como um piolho da terra, espécie de praga incendiária que atiçava fogo à mata, destruindo enormes riquezas florestais para plantar seus pobres roçados. A caricatura só ressalta a preguiça, a verminose e o desalento que o faziam responder com um 'não paga a pena' a qualquer proposta de trabalho. Descreve-o em sua postura característica, acocorado desajeitadamente sobre os calcanhares, a puxar fumaça do pito atirando cusparadas para os lados [...]. O que Lobato não viu, então, foi o traumatismo cultural em que vivia o caipira marginalizado pelo despojo de suas terras, resistente ao engajamento no colonato e ao abandono compulsório de seu modo tradicional de vida. É certo que, mais tarde Lobato compreendeu que o caipira era o produto residual natural e necessário do latifúndio agroexportador. Já então propugnando, ele também, uma reforma agrária". (RIBEIRO, 1995, p. 390).

[3] Utilizarei nesta dissertação a 9ª edição de 2001.

[4] Esta obra foi concluída em 30 anos.

pois as grandes lavouras de monocultura de algodão, tabaco e, sobretudo, de açúcar e café, passam a prometer um enriquecimento através do comércio de exportação (RIBEIRO, 1995).

Sob este contexto, o caipira, que estabeleceu seu modo de vida de forma autárquica baseada na cultura de subsistência e de cooperação vicinal[5], vivia à margem da grande economia exportadora colonial, mais tarde capitalista (RIBEIRO, 1995).

Setubal ao analisar a vida caipira do século XVIII a meados do século XX aborda também essa problemática em torno da ocupação e posse de terra:

> [...] como não tinham documentos de posse, e na falta de habilidade física e política para preservar e proteger suas terras, acabavam sendo expulsos, o que propiciava um constante movimento para novas fronteiras. A família era, para os lavradores, a condição básica para o estabelecimento de unidades domésticas de produção. Eram pequenos lares nucleares de casais com filhos em que se trabalhava desde pequeno. A cooperação entre pais, irmãos, mulher e vizinhos mostrava-se essencial à sobrevivência (SETUBAL, 2005, p. 21-2).

Para Ribeiro (1995), a proscrição legal (Lei de Terras de 1850) do acesso à propriedade da terra pela simples ocupação e cultivo, através da obrigatoriedade da compra ou de formas de legitimação cartorial da posse, que eram inacessíveis ao caipira, implicou em profundas mudanças socioculturais e econômicas.

Impôs-se a partir desse período uma reorganização social e econômica pautada no restabelecimento do sistema mercantil e com ele a valorização das propriedades. Neste sentido:

> Desencadeia-se a disputa pelas terras de melhor qualidade, próximas a redes de transporte, utilizáveis para as lavouras comerciais, cada vez mais amplas, de algodão e de tabaco e para as novas lavouras de café, que começam a difundir-se. Nesse processo os cartórios se ativam para avalizar títulos de velhas sesmarias, verdadeiros ou falsificados, promovendo o desalojamento de antigos posseiros. (RIBEIRO, 1995, p. 387).

Cabe destacar que esse processo de expropriação desejado pelos grandes fazendeiros não foi assistido pelos pequenos proprietários de forma passiva, havendo resistências, inclusive por meios legais, tal como nos evidencia os processos de Ação Força Nova[6] (TEIXEIRA, 2004).

---

[5] As camadas sociais que mais se identificaram com a economia caipira de subsistência foram os sitiantes, posseiros e agregados, enquanto que os fazendeiros - cujos antepassados comumente partilhavam do mesmo tipo de vida - com a reorganização da economia canavieira e cafeeira, composta pela mão-de-obra escrava e depois imigrante, foram marcando sua diferença em relação aos agregados e sitiantes, abandonando o sistema de ajuda mútua entre vizinhos e as culturas de subsistência. (SETUBAL, 2005).

[6] Ações cíveis movidas na tentativa de recuperar, segundo os seus autores, as terras e os danos causados por esbulho, com violência ou não, de terceiros (JUSTI, 2008).

Contudo, grande parte desses processos tendia a privilegiar os interesses dos grandes proprietários de terra, como nos elucida Teixeira (2004) ao analisar o processo de 1821 (Campinas) movido por uma mulher viúva contra um reverendo - senhor de engenho e deputado da Província de São Paulo -, a qual requeria uma indenização de um terreno que fora tomado de forma violenta, porém não obteve êxito. Sobre esta situação Teixeira (2004) observa que:

> Este episódio ilustra os vários processos de 'Ação Força Nova', movidos por diversas pessoas que, em disputa por terras e divisas, iam à justiça requerer seus direitos. Entretanto, quando se opunham adversários com forças desiguais, os resultados podiam ser funestos para os mais fracos, para aqueles que não tinham o apoio da Câmara, ou mesmo daqueles que não cultivavam uma 'amizade politica'. Mulheres sós, viúvas que não tinham um nome reconhecido [...], fatalmente seriam forçadas a abdicar do campo, deixar a agricultura, e tentar a vida em outros lugares (TEIXEIRA, 2004, p. 209).

Setubal (2005) coloca que desde o século XVIII, e, em especial a partir do século XIX, a produção das fazendas vai progressivamente entrando no sistema de mercado caracterizado pelas relações comerciais e fabris, que vão substituir o artesanato e a vida auto-suficiente do bairro rural, território implícito à cultura caipira, que constituía-se a partir de "grupos de convívio unificados pela base territorial em que se assentam, pelo sentimento de localidade que os identifica e os opõe a outros bairros, e pela participação em formas coletivas de trabalho e de lazer" (RIBEIRO, 1995, p. 384). Ademais, com a difusão desse novo sistema, observa-se uma tendência à substituição das formas de solidariedade vicinal e de compadrio pelas relações comerciais (RIBEIRO, 1995).

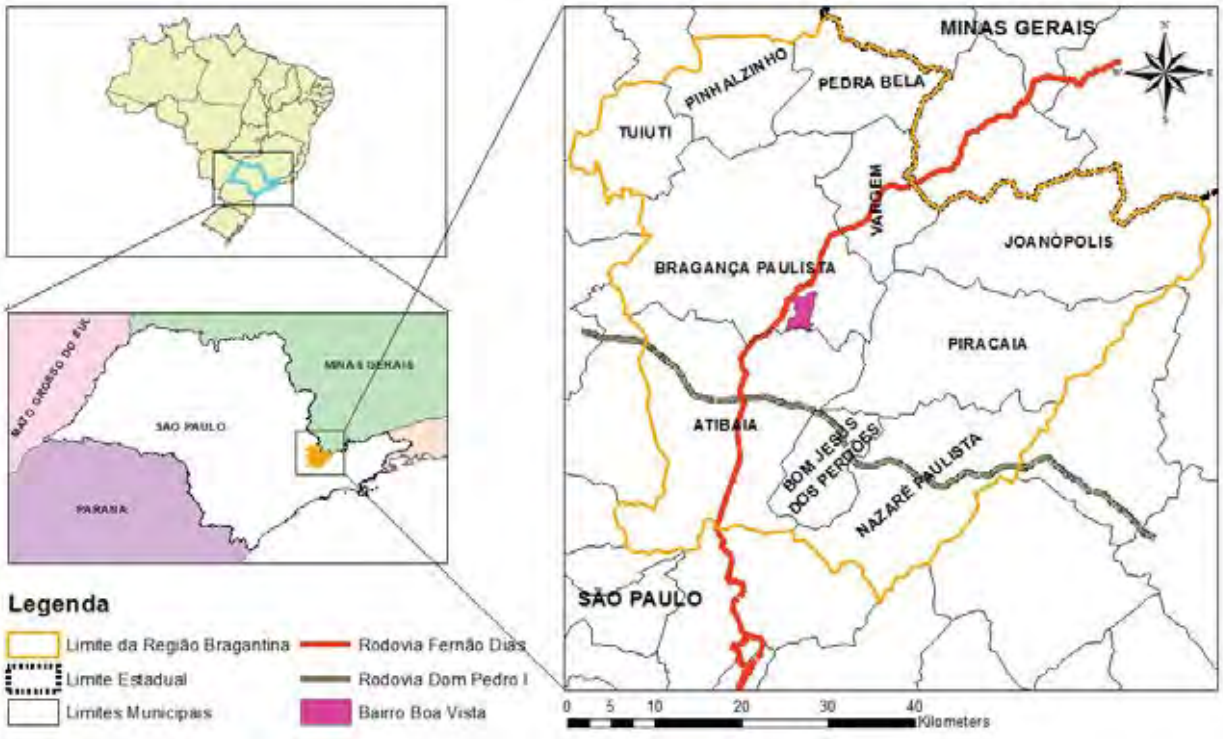
Assim, com o avanço das monoculturas do açúcar e café e o monopólio da terra, no século XIX, o caipira é obrigado a engajar-se no colonato, como assalariado rural; refugiar-se em terras distantes tornando-se parceiro dos grandes proprietários; ou, emigrar para os centros urbanos em crescimento. Este cenário foi agravado com a ampliação da criação de gado para o mercado urbano, devido à viabilidade da exploração das áreas mais remotas e de terras pobres ou ricas para esta atividade (RIBEIRO, 1995).

No que diz respeito ao contexto regional da área de estudo, é também com o advento (1830) e expansão do café (1854), que a economia deixa de ter suas bases na subsistência, provocando os primeiros abalos nas estruturas dos bairros rurais. Esse processo de mudanças no cenário sócio-econômico da Região Bragantina[7] (figura 1) torna-se ainda mais intenso por

[7] O contexto histórico da Região Bragantina retratado neste estudo relaciona-se aos atuais municípios: Bragança Paulista, Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Vargem, Joanópolis, Piracaia, Nazaré Paulista, Pedra Bela, Pinhalzinho e Tuiuti.

volta de 1950 com o desenvolvimento de novas atividades rurais e com o início da industrialização e do comércio. A partir de 1961, com a construção e posterior duplicação das rodovias interestaduais Fernão Dias e Dom Pedro I, e com a construção dos reservatórios que compõem o Sistema Cantareira[8], intensificaram-se os conflitos socioambientais[9], devido aos diferentes usos e interesses sobre os recursos hídricos regionais e à consolidação das atividades turística e imobiliária, culminando em uma expansão urbana acelerada (HOEFEL; VIANNA, 1996; BRAGANÇA PAULISTA, 1998).

Figura 1 – Localização da Região Bragantina



Elaboração: Fábio Bueno de Lima (2012)

Este cenário de desenvolvimento regional baseou-se muito mais nos princípios econômicos do que sociais e ambientais, principalmente devido ao fato de estar incorporado,

[8] O Sistema Cantareira foi construído visando suprir uma demanda crescente e solucionar o problema de abastecimento hídrico da RMSP, situado ao norte do município de São Paulo, transpondo o maciço da Serra da Cantareira, cuja tecnologia empregada foi considerada um marco na história do saneamento na região e no Brasil. O Sistema Cantareira constitui-se em um conjunto de obras hidráulicas de grande porte sendo composto por quatro reservatórios de regularização de vazões: Jaguary e Jacareí; Cachoeira; Atibainha e Juquery e abrange em sua totalidade cinco municípios da Região Bragantina: Bragança Paulista, Vargem, Piracaia, Joanópolis e Nazaré Paulista, e o município de Mairiporã (SABESP, 1989).

[9] O termo socioambiental utilizado aqui focaliza "o relacionamento dinâmico e interdependente entre o mundo biofísico e o mundo social." (LITTLE, 2004, p. 01).

desde o seu processo de formação, aos planos nacionais de exploração, tanto da população local, como de seus recursos naturais (LEITE, 1974; FADINI, 2005).

Embora os períodos econômicos bragantinos tenham sido mais tardios do que em outras regiões paulistas e mineiras, os mesmos reproduziram o papel brasileiro de fornecedores de produtos primários para fora de seus limites regionais através da submissão e exploração de sua mão-de-obra.

É notável também que, em sua história socioambiental, a paisagem bragantina foi gradativamente transformada para viabilizar os usos e cultivos considerados mais viáveis economicamente, enquanto que a maioria da população foi distanciada dos processos decisórios. Para Fadini (2005) estes acontecimentos ressaltam que a Região Bragantina esteve historicamente em sintonia com o projeto nacional que fundamentava-se no mito do desenvolvimento econômico[10].

Os períodos econômicos desta região foram marcados por momentos sucessivos de crescimento e estagnação, como a frustrada expectativa de riqueza através do ouro, o efêmero dinamismo do café, a tardia e atual industrialização que se contrapõe ao perfil ambiental regional, os impactos provocados pelas rodovias em busca de acessibilidade, a problemática socioambiental causada na construção do Sistema Cantareira, a criação e a não regulamentação da Área de Proteção Ambiental (APA) Sistema Cantareira[11] e das unidades de conservação que compõem o Sistema de Áreas Protegidas do Contínuo da Cantareira[12] (figura 2), e o turismo que não considera as necessidades das populações locais (FADINI, 2005).

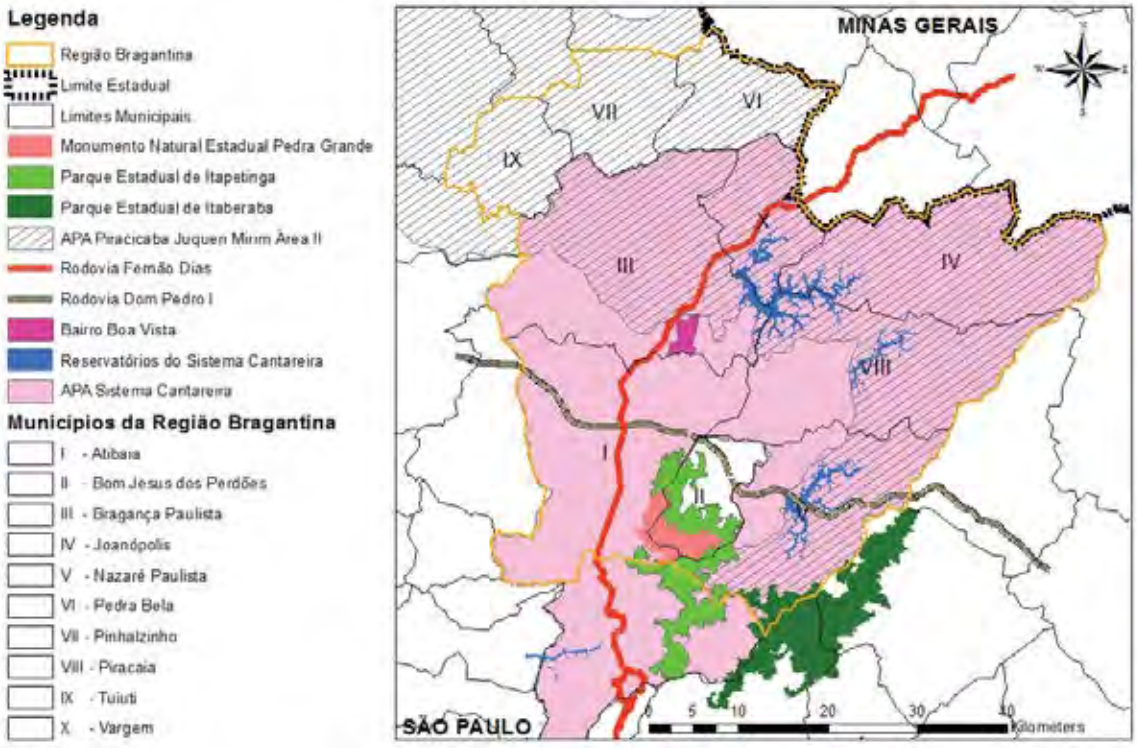
Atualmente, estes eventos intensificaram as mudanças dos aspectos naturais e culturais da região, interferindo diretamente no modo de vida dos moradores locais, em especial daqueles que ainda vivem nas áreas rurais (FADINI, 2005).

[10] Para Furtado (1974) a idéia do desenvolvimento como um mito, consubstancia-se na fantasia, como algo inalcançável no arcabouço de um sistema que destrói recursos naturais, agrava disparidades de renda e tende ainda a produzir uma homogeneização cultural, além da tentativa de reproduzir por uma minoria privilegiada dos países periféricos um consumo similar aos dos países ricos gerando intenso desperdício.

[11] A APA do Sistema Cantareira foi criada em 1998 visando à manutenção e melhoria da qualidade da água, principalmente nos municípios do entorno dos reservatórios do Sistema Cantareira, que abastecem a RMSP (SÃO PAULO, 2000) e regulam o fluxo de água para a Região Metropolitana de Campinas. Em 2009 iniciou-se o processo de criação do Conselho Gestor da APA visando à sua regulamentação.

[12] Trata-se de um mosaico de unidades de conservação, em sua maioria de proteção integral, que abrange parcialmente municípios da Região Bragantina, criado em 2010 pelo governo do Estado de São Paulo através da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo – Fundação Florestal.

Figura 2 – Empreendimentos na Região Bragantina



Elaboração: Fábio Bueno de Lima (2012)

Sob este contexto encontra-se o Bairro Boa Vista, escolhido como área de estudo por apresentar diferentes graus de transformações sócio-culturais e ambientais decorrentes da expansão urbana, intensificada, especialmente com a duplicação da rodovia interestadual Fernão Dias iniciada em 1993.

O Bairro Boa Vista (figura 3) possui uma área territorial de 9,16 km^2, com uma população estimada em 500 habitantes (IBGE, censo de 2010), e constitui-se como uma importante área de produção agropecuária do ponto de vista municipal, mesmo mediante o aumento de usos residencial, turístico e de lazer. A produção no bairro é realizada, principalmente, sob o âmbito familiar, não sendo rara, porém, a adoção do regime de parceria ou meação entre famílias vizinhas. As atividades produtivas são bastante diversificadas havendo criação de gado, silvicultura de eucalipto, floricultura, granjas de frango, cultivos de hortaliças e frutas diversas. No que diz respeito ao tamanho das propriedades, há uma predominância de pequeno porte, não ultrapassando 10 hectares[13].

Figura 3 – Delimitação do Bairro Boa Vista e Região denominada como Boa Vista dos Silva

Fonte: Google Earth (2009)

[13] Informações obtidas junto ao técnico da CATI – Bragança Paulista/SP (2012).

Cabe destacar que o Bairro Boa Vista apresenta delimitações simbólicas atribuídas pelos próprios moradores locais: Boa Vista dos Silva (figura 3), Boa Vista dos César, Boa Vista dos Rosa, Boa Vista dos Buoso e Centro Rural. Estas subdivisões relacionam-se ao predomínio das famílias pioneiras, sendo a maior parte delas descendentes de italianos, os quais, por sua vez, adaptaram o seu modo de vida à cultura caipira, e que contribuíram para a formação do bairro por meio de seu trabalho na terra.

Como um recorte da área de estudo optei em pesquisar o *Boa Vista dos Silva* devido à sua dinâmica cultural acentuada por um significativo fluxo migratório, impulsionado pela expectativa de melhores condições de trabalho e de moradia, bem como pela busca de tranquilidade e maior contato com a natureza. Sobre este último aspecto ressalta-se que trata-se de indivíduos vindos dos grandes centros urbanos - sobretudo da capital paulista - que escolheram o bairro como local de descanso, instalando suas chácaras de lazer, das quais muitas acabaram transformando-se em local de residência. Outro fator relevante na escolha deste bairro como área de estudo, é o seu dinamismo econômico, onde além da produção rural, cabe destacar o crescente turismo de segunda residência. É importante salientar que estes fatores citados acima encontram-se diretamente atrelados à duplicação da Rodovia Fernão Dias.

Esse dinamismo estimulado por fatores externos resultou em alterações na economia local, como a expansão da produção agrícola para comercialização, utilização de fertilizantes químicos e especulação imobiliária voltada ao turismo de segunda residência e construção de condomínios residenciais; bem como alterações nos hábitos alimentares, no vestuário, nas formas de sociabilidade, nas práticas religiosas, dentre outros.

Nesse sentido, é notável o seu distanciamento daquilo que autores como Candido (2001) e Ribeiro (1995) conceberam como bairro rural, onde já não é mais possível reconhecer no Boa Vista dos Silva aqueles elementos apontados como fundamentais para a constituição desses territórios, como os escassos recursos financeiros, a economia agrária de subsistência e os mutirões. Isso ocorre, pois o próprio meio rural encontra-se em transformação, onde os valores urbanos tornaram-se mais presentes na organização social local. Diante desse contexto, poderíamos nos questionar se estaríamos frente ao processo de desaparecimento dos bairros rurais, e, até mesmo, do ambiente rural.

Os estudos da antropóloga Maria José Carneiro sobre a questão rural (1998, 2008) apontam para uma necessidade de repensarmos essa categoria mediante as mudanças em curso nas dinâmicas sociais, econômicas e culturais do meio rural, e considerá-la como um

“processo dinâmico em constante reestruturação dos elementos da cultura local, mediante a incorporação de novos valores, hábitos e técnicas” (CARNEIRO, 2008, p. 35).

A autora em seu trabalho intitulado *Ruralidade: novas identidades em construção*, publicado em 1998, já apontava que o fenômeno rural era visto como inteiramente dependente da atividade produtiva que o dominava e que a industrialização ao estender suas consequências ao conjunto de territórios resultaria na dissolução do agrário, e na tendência à transformação uniformizadora das condições de vida no campo.

Carneiro (1998) ressalta que esta concepção era típica das décadas de 1960 e 1970 em que o desenvolvimento capitalista apontava para esse caminho de forma exclusiva e inexorável. Contudo, a partir de 1980, os próprios limites do modelo produtivista no campo e da expansão industrial nas cidades, possibilitou o surgimento de formas alternativas de reprodução social tanto no campo quanto nas cidades, sugerindo aos pesquisadores a relativização do tom generalizador das interpretações anteriores, reconsiderando a relação entre tradições culturais e o processo de modernização na agricultura.

Neste sentido, tornou-se possível repensar a questão rural, da qual a cultura caipira encontra-se inserida, e atentar-se aos diferentes processos de adaptação, como o próprio Candido (2001) já havia sinalizado em seu estudo junto aos parceiros de Bofete (1947-1954) ao buscar evidenciar os aspectos que indicam permanência de padrões tradicionais e aqueles que apontam para a alteração.

Carneiro (1998), apoiada nas idéias de Chamborredon e Rambaud, reforça então a necessidade de superar a distinção entre o rural e o urbano tanto de forma dicotômica quanto a de um *continuum* dominado pela cena urbana, enfatizando para uma

> [...] necessidade de proceder a análises mais específicas do rural, centradas nas relações sociais que se desenvolvem a partir de processos de integração das aldeias à economia global. Nesta visão, esse processo, ao invés de diluir as diferenças, pode propiciar o reforço de identidades apoiadas no pertencimento a uma localidade. Essa âncora territorial seria a base sobre a qual a cultura realizaria a interação entre o rural e o urbano de um modo determinado, ou seja, mantendo uma lógica própria que lhe garantiria a manutenção de uma identidade (CARNEIRO, 1998, s/p).

Esta concepção nos ajuda a perceber, no momento atual, como torna-se cada vez mais difícil delimitar fronteiras claras entre as cidades e os ambientes rurais a partir de uma classificação sustentada apenas em atividades econômicas ou mesmo em hábitos culturais. E, por outro lado, nos indica caminhos na busca pela compreensão de como o *sentimento de localidade*, a atribuição de um *valor moral sobre à terra* e a *sociabilidade pautada na religiosidade e solidariedade*, são aspectos permanentes na área de estudo.

Carneiro (1998), ainda sugere pensar o ‘rural’ e o ‘urbano’ a partir do ponto de vista dos agentes sociais que realizam essa interação, a fim de buscar romper com a dualidade inerente a essas categorias.

Neste sentido a noção de localidade, enquanto referência espacial como qualificadora de um universo de relações sociais específico - que para Carneiro (1998) não define a natureza rural ou urbana do grupo ou das práticas e relações sociais que ele desenvolve - mostra-se relevante para compreender em que contexto se constrói e reconstrói a identidade territorial.

> [...] o sentido de localidade não estará presente em todo e qualquer espaço, ele será tão mais forte quanto mais consolidada for a identidade do grupo, ou seja, quanto mais forte for o sentimento de pertencimento a uma dada localidade. Para tal, supõe-se que a lógica de existência do grupo se sustente em um conjunto de valores tidos como identitários e que serve para distingui-los dos demais. É na possibilidade de se estabelecerem relações de alteridade com os ‘de fora’ que reside a capacidade do grupo de definir a sua identidade sustentada no pertencimento a uma localidade. (CARNEIRO, 1998, s/p).

Para a autora, a identificação do reconhecimento de um determinado espaço como próprio ao indivíduo, à família e ao grupo mais amplo, pode ser revelado pela memória coletiva herdada de gerações anteriores, em que os marcos ou pontos de apoio dessa memória podem ser os próprios componentes naturais da paisagem, que persistem mesmo que transformados pela ação antrópica. Neste sentido, a memória coletiva, segundo Halbwachs (1990)[14], ao encontrar a sua força e duração no fato de ser sustentada por um conjunto de indivíduos cuja lembrança do passado é referida a condição de membros do grupo, informa também as mudanças adaptativas do grupo ao sugerir respostas aos novos estímulos ou obstáculos, através do movimento de resgate de determinadas práticas do passado podendo oferecer saídas alternativas às possíveis dificuldades enfrentadas pelo grupo (CARNEIRO, 1998).

Diante deste contexto algumas questões se mostraram relevantes para o direcionamento do presente estudo: (i) os fatores sócio-culturais externos implicam em que mudanças para os moradores do Boa Vista dos Silva?; (ii) como os moradores mais antigos percebem estas mudanças e as representam?; (iii) como se dá o processo de apropriação e re-apropriação do território?

Na tentativa de responder estas questões delineei como objetivo da pesquisa: investigar como as memórias e territorialidades dos moradores do bairro Boa Vista dos Silva

[14] Sobre o autor e obra referida ver página 24 e nota 17.

são reconstruídas mediante um contexto de mudanças. Como objetivos específicos encontram-se:

- Verificar as principais transformações dos aspectos socioeconômicos, ambientais e culturais regionais que interferem direta e indiretamente no Bairro Boa Vista dos Silva;
- Identificar as formas de territorialidades locais;
- Identificar como o passado é representado pelos moradores mais antigos no tempo presente;
- Analisar as mudanças e permanências no bairro Boa Vista dos Silva.

Esta dissertação encontra-se estruturada em três capítulos: *Capítulo 1. Aspectos históricos e culturais regionais*, *Capítulo 2. Memórias e territorialidades em movimento* e *Capítulo 3. Mudanças e permanências no Boa Vista dos Silva.*

No primeiro capítulo analiso o processo de constituição dos bairros rurais paulistas, assim como as principais transformações sócio-econômicas e ambientais da área de estudo e suas implicações no modo de vida das populações locais, partindo de uma perspectiva histórica regional para a local.

No segundo capítulo apresento os moradores *nascidos e criados* no bairro de estudo que participaram desta pesquisa, bem como as suas formas de expressão do sentimento de pertencimento ao lugar, além das suas representações sobre o passado e presente, e territorialidades.

No terceiro e último capítulo, analiso como os principais aspectos tidos como tradicionais são reelaborados frente às transformações do bairro. Busco, neste sentido, verificar como se dá o processo de re-organização deste grupo, constituído hoje por diversos atores sociais. Para representar esta situação de mudança, apresento as narrativas de uma das primeiras mulheres migrantes que também estreitou laços afetivos para com o Boa Vista dos Silva.

Metodologia

Para alcançar os objetivos estabelecidos, optei em basear esta pesquisa na memória daqueles que vivenciam este processo de mudança, privilegiando as narrativas orais enquanto principal fonte.

O conceito de memória adotado para este trabalho é o de memória coletiva proposto pelo sociólogo francês Maurice Halbwachs, construído sobre as bases da sociologia durkheimiana. Em seu livro póstumo *A memória coletiva,* publicado em 1950[15], memória

[15] Neste trabalho utilizarei a edição de 1990.

coletiva, diferentemente da memória nacional, oficial, não é concebida como uma imposição, mas sim como uma forma de reforçar os vínculos sociais por meio da adesão afetiva ao grupo (HALBWACHS, 1990); o que contribui também para compreendermos como essa memória coletiva interfere no processo de construção e reconstrução de territorialidades no Bairro Boa Vista dos Silva.

Neste sentido, a história oral se mostrou como importante instrumento para recolher as narrativas, por privilegiar "a realização de entrevistas com pessoas que participam de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo como forma de se aproximar do objeto de estudo" (ALBERTI, 1990, p. 1-2). Além disso, ao trabalhar com experiências de vida, a história oral atuou também como uma forma de aproximação entre mim e os moradores do bairro, revelando não ser apenas uma técnica metodológica de coleta de material.

Com relação à definição de história oral, esta é compreendida por Queiroz (1991) como:

> termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar. Colhida por meio de entrevistas de variada forma, ela registra a experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade. Neste último caso, busca-se uma convergência de relatos sobre um mesmo acontecimento ou sobre um período do tempo. (QUEIROZ, 1991, p. 5).

Os sujeitos ao reportarem às suas vidas relembram eventos sócio-culturais, nos quais, para além do perfil pessoal, há um conjunto de representações do meio e da época, que podem colaborar na identificação de problemáticas e reconstrução de um universo social a partir da construção da identidade do sujeito. Esta será realizada à medida que o depoente narra suas memórias e desenvolve a consciência do 'eu' através da interação de sua própria vivência com o grupo social (SCHÖRNER, 2006).

É notável a significativa contribuição da história oral para estudos de identidade, os quais para Meihy (2005) devem estar atentos com a diversidade e não apenas com as semelhanças e afinidades internas do grupo estudado. O autor ainda ressalta que esta metodologia se mostra como um mecanismo interessante para estudos voltados à análise dos processos de reorganização de identidades ou identificação em face às mudanças culturais por permitir a intimidade e a particularização dos processos de aceitação ou recusa dos valores 'novos'.

Como esta pesquisa também trilhará percursos identitários, correlacionados à memória e à territorialidade, em meio ao contexto de mudanças, fui à busca dos moradores *mais*

antigos do bairro[16], visando identificar as suas percepções e representações no presente sobre uma época vivida. Bosi (1994) acredita que ao se trabalhar com a memória de pessoas mais velhas, cujos saberes muitas vezes são marginalizados, um universo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos pode chegar-nos pelas suas memórias. "Momentos desse mundo perdido podem ser compreendidos por quem não os viveu e até humanizar o presente" (BOSI, 1994, p. 82). E, ainda, suas memórias podem ser trabalhadas como um "mediador entre a nossa geração e as testemunhas do passado" (BOSI, 2004, p. 16).

Para Gusmão (2011), o velho - ou idoso - ao portar uma maturidade pautada nas experiências de vida individuais e coletivas a serem comunicadas e compreendidas pela sociedade, exercendo um papel mediador nas tramas da vida social, aponta para a necessidade de pensarmos os diversos tempos e espaços em que o 'outro' se faz igualmente sujeito.

> Sendo assim, ele não constitui uma folha apagada pelo tempo ou a caminho disso. A cultura de que é portador resulta da vida em acontecimento, de sua rotina e das rupturas que lhe são próprias. Desse modo, a cultura que lhe é própria e por meio da qual decodifica a vida à sua volta representa a experiência vital de seu tempo e espaço em termos de si mesmo e como sujeito coletivo que é. É do interior da cultura que emerge um patrimônio cultural e social a um só tempo particular e universal. Da mesma forma, é no âmbito mais singular e mais geral da cultura que o debate da autonomia e dos direitos se coloca para aqueles que envelhecem. Nessa perspectiva, a velhice constitui um 'tempo estratégico' da vida em sociedade, no qual, simbolicamente, está em jogo a finitude de tudo que nos constitui como humanos, ou seja, a nossa identidade, a nossa alteridade. O problema desse 'outro', portanto, não está no velho ou na velhice por aquilo que é, senão pelo que representa. O que representa está em nós e na imagem que construímos de nós mesmos como *padrão* do que é *ser* de modo completo e pleno. (GUSMÃO, 2011, s/p, grifos do autor).

Gusmão e Alcântara (2008), ainda observam que a velhice e o envelhecimento são geralmente percebidos na modernidade como um "problema social" (GUSMÃO; ALCÂNTARA, 2008, p. 156), implicando numa necessidade de realizar investimentos em programas sociais, como uma forma de assegurar a proteção "contra os próprios medos impostos pela fragilidade da condição humana" (GUSMÃO, 2011, s/p). Gusmão (2011) ainda problematiza esta questão ao afirmar que a velhice do outro nos espelha e nos obriga a pensar e repensar as imposições, os limites e as possibilidades da cultura para, então, resgatarmos a integridade de ser e restabelecer o nós em novas bases. Neste sentido, "espera-se expulsar de dentro de cada um o outro, natural e decrépito, para buscar referências positivas no campo da cultura e do social" (GUSMÃO, 2011, s/p). No entanto, a autora questiona como é possível fazê-lo, se a modernidade nega ao velho a condição de sujeito, produto e produtor de cultura.

[16] Esta forma de identificação partiu dos próprios moradores, tanto dos mais jovens que reconheciam os mais velhos como tal, quanto dos mais velhos que se reconheciam como os mais antigos do bairro.

E conclui que o que está em jogo, é a natureza do social em que os velhos, de modo geral, constroem seu mundo (GUSMÃO, 2011).

Sob esta perspectiva há que se considerar também que não existe um único modo de ser velho e de viver a idade madura, já que existe uma interação entre o indivíduo e seu contexto, os quais encontram-se, por sua vez, em constante transformação (GUSMÃO; ALCÂNTARA, 2008).

No que diz respeito ao mundo rural, nota-se que não somente a paisagem muda, mas também as relações dos sujeitos com a terra, com outros sujeitos e com seu mundo, onde espaços e valores urbanos são mais presentes em sua vida cotidiana. Torna-se então, um desafio atual obter respostas plausíveis sobre como estas mudanças implicam em valores e atitudes que revelem estarem os mais velhos presos ou não ao mundo do 'antigamente' ou se estão mais flexíveis à modernização (GUSMÃO; ALCÂNTARA, 2008).

Gusmão e Alcântara (2008) alertam ainda para o fato de que:

> Não se pode esquecer de que velhos e velhice se constituem em meios culturais, físicos, sociais e econômicos específicos, todos relacionais, seja na família, seja fora dela. Assim, as transformações que ocorrem na sociedade, como um todo [...] afetam a dimensão local de vida e afetam diretamente a todos que aí estão em termos de seu desenvolvimento, educação, saúde, bem-estar, competências sociais e ritmos inerentes às práticas cotidianas, representações que possuem de si e do seu mundo (GUSMÃO; ALCÂNTARA, 2008, p. 169).

Considerando estas questões, busquei reconhecer os participantes desta pesquisa não somente como "guardiões de memórias de um lugar", mas, sobretudo como sujeitos sociais que vivenciaram e *vivenciam* as transformações em seus lugares de vida, cujas memórias são dotadas não somente por lembranças, mas também por visões de mundo e posicionamentos perante a sociedade.

Com relação à identificação dos sujeitos da pesquisa esta ocorreu mediante um levantamento prévio sobre a área de estudo, a fim de situar-me sobre o contexto histórico-social em que estes moradores encontram-se inseridos, como propõe Bosi (2004).

Foi sob esta perspectiva que decidi utilizar fontes documentais para caracterizar este contexto sob o âmbito local e regional. Neste sentido, realizei consultas a documentos, relatórios técnicos e acervos históricos em diversos órgãos governamentais e não governamentais como: Prefeitura Municipal, Secretarias de Meio Ambiente, Coordenadoria de Assistência Técnica Integral da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, universidades, associações da sociedade civil, assim como os estudos regionais realizados por pesquisadores do Centro de Estudos Ambientais Sociedades e Naturezas da Universidade São Francisco.

Contudo, ressalto que este levantamento não reflete o interesse em reconstruir historicamente o Bairro Boa Vista através de uma memória oficial, tampouco confirmar a veracidade das informações obtidas junto aos sujeitos participantes da pesquisa, mas sim levantar dados que contribuam para a compreensão do contexto geral em que encontra-se a área de estudo, conforme já havia mencionado.

Além do levantamento de fontes documentais, realizei trabalhos de campo[17], entre 2007 e 2008, nos quais foram realizadas observações diretas, registros fotográficos e conversas informais com os moradores locais, o que contribuiu, também, para a formação de uma rede de relações sociais.

A partir de 2008 foram iniciadas as pré-entrevistas, que serviram como um estudo exploratório (THOMPSON, 2002), que contribuíram no estreitamento dos laços que já havia estabelecido com determinados moradores e familiarizar-me com a prática da história oral, especialmente no uso do gravador, na postura e no processo de transcrição, possibilitando a continuidade aos demais encontros. O quadro abaixo permite visualizar o envolvimento dos moradores na pesquisa:

Quadro 1 – Aspectos gerais das entrevistas realizadas

Nome	Idade	Profissão Declarada	Origem	Nº de Encontros
Seu Idalmiro	81 anos	Lavrador	Boa Vista dos Silva	05
Dona Azélia	76 anos	Do Lar	Boa Vista dos Silva	05
Dona Benedicta	70 anos	Aposentada	Boa Vista dos Silva	05
Eunice*	45 anos	Lavradora	Boa Vista dos Silva	01
Alice*	51 anos	Lavradora	Adamantina	02
S.T.*	-	Lavrador	Boa Vista dos Silva	02
S.J. *	-	Lavrador	-	01

* Moradores que contribuíram com informações preciosas para a compreensão do atual contexto cultural do bairro relacionadas ao trabalho, religiosidade e à sociabilidade. Tais informações, sendo que nem todas foram gravadas, foram colhidas no decorrer da pesquisa por meio de conversas nas casas, nas festas religiosas e no próprio ambiente de trabalho.

As entrevistas mais densas, que ocorreram com o grupo formado pelos moradores mais antigos do Boa Vista dos Silva, foram realizadas em suas casas, geralmente nas varandas, e não eram raros os cafezinhos, os sucos, os bolos de fubá, de laranja... gentilezas que, após a superação da desconfiança, eram sempre mantidas, tornando o ambiente ainda mais acolhedor, revelando que estes moradores estavam sempre "prontos à hospitalidade desde que não surgissem dúvidas" (CANDIDO, 2001, p. 52, grifos do autor).

[17] Esta fase exploratória da pesquisa foi realizada no período em que estava elaborando a monografia *"Histórias do Mato": lembranças, imagens e histórias do Bairro Boa Vista, em Bragança Paulista/SP* (2009) para a conclusão do curso de especialização em arte-educação (FAAT - Atibaia).

Estas entrevistas, que eram agendadas previamente, foram gravadas e posteriormente arquivadas no computador através do programa *Voice Editing*, com informações relacionadas à data da realização da entrevista, tempo de duração e a autoria dos relatos, como sugerido por Thompson (2002).

Propus-me a seguir a sugestão de Bosi (2004) e Thompson (2002) de conhecer os lugares do Boa Vista dos Silva registrados na memória dos moradores e que historicamente foram sendo transformados. Entretanto, de forma muito interessante, essa proposta partiu dos próprios moradores entrevistados que demonstraram uma necessidade de sair do interior de suas casas para visualizarem e mostrarem tanto aspectos naturais e culturais que compõem a paisagem local para darem continuidade ao seu processo de rememoração. Alguns desses momentos e elementos paisagísticos apontados pelos entrevistados foram fotografados por mim. A paisagem é então, conforme Holzer (2000), compreendida neste contexto como um receptáculo de memória, por ser uma expressão física da ação do ser humano sobre a natureza.

Outro suporte visual que se mostrou relevante no processo de realização das entrevistas foram as fotografias, já que as entrevistas mais densas, relacionadas diretamente com histórias de vida, não foram guiadas por um roteiro de questões pré-estabelecido. Optei por este caminho por considerar mais interessante, do ponto de vista do trabalho de rememoração, que os entrevistados estabelecessem suas próprias trajetórias nesse processo, permitindo a identificação dos possíveis percursos estabelecidos por cada entrevistado em torno de uma temática comum: as transformações sócio-culturais ocorridas em seu bairro a partir do processo de urbanização.

Assim, no momento em que as fotografias eram reveladas pelos moradores vinham à tona diversas lembranças, as quais, por sua vez, lhes traziam outras tantas. Neste sentido, as fotos ao saírem das caixas, dos álbuns, desempenharam não apenas um papel de desencadeador de memórias, mas de orientação desse processo de rememoração, reconstrução e veiculação de memória, como já sinalizara Simson (2005).

A utilização metodológica da fotografia e relato oral é crescente em estudos na área de ciências humanas, dos quais podemos citar o trabalho de Bruno (2003) que em sua dissertação de mestrado *Retratos da Velhice. Um duplo percurso: metodológico e cognitivo* realizou uma reflexão metodológica em torno da memória de pessoas idosas, tendo como suportes a verbalidade e a visualidade; de Araújo e Mahfoud (2002) que no estudo intitulado *Memória Coletiva e Imagem Fotográfica: Elaboração da Experiência em uma Tradicional*

Comunidade Rural investigaram o trabalho de memória e seus significados na história individual e coletiva a partir da coleta de depoimentos sobre as impressões da população ao observar as fotos que estavam em exposição no bairro; e, de Simson (1991) que na sua tese de doutorado *Brancos e Negros no Carnaval Popular Paulistano (1914-1988)* utilizou a fotografia associada a outras fontes de dados para reconstrução da memória histórico-sociológica do carnaval paulistano.

Sob esta perspectiva metodológica cabe citar a análise de Samain (1995, p. 32-3) sobre as clássicas obras de Bronislaw Malinowski sobre os trobriandeses: *Os Argonautas do Pacífico Ocidental (1922), A Vida Sexual dos Selvagens (1929)* e *Os Jardins de Coral e suas Mágicas (1935)*. Sob um olhar atento a "etnografia visual" de Malinowski, o autor realiza as seguintes observações sobre a referida obra em seu contexto visual e textual:

- Uso crescente que Malinowski faz da fotografia, onde o texto dos *Argonautas do Pacífico Ocidental* incorpora 75 fotografias; 92 na *Vida Sexual dos Selvagens*; e, 116 *nos Jardins de Coral*, totalizando 283 fotografias ao longo dessas três obras complementares. Esse número é considerado por Samain (1995) elevado, se considerarmos a época (1914-18), as condições precárias de preparação das placas sensíveis, o arsenal necessário à revelação das chapas e dos filmes e a própria inexperiência profissional de Malinowski;
- Acompanhamento de cada uma das pranchas com uma legenda extremamente precisa. Sendo este elemento o mais importante e significativo para Samain (1995). Este recurso apresenta a mesma estrutura:

  – Título global, curto, sintético, relativo à fotografia ou à prancha;

  – Seguido de um breve comentário, espécie de boletim exploratório da cena registrada onde se sente que o autor faz questão de nunca isolar a fotografia ou prancha de seu contexto etnográfico mais amplo. Isso fica corroborado pelo fato de que – na maioria dos casos – Malinowski, ao concluir sua legenda, remete seu leitor a páginas precisas de seu comentário escrito ou – mais geralmente – a um 'capítulo', a uma 'divisão do capítulo', a tal 'parágrafo';

  – A mesma situação apresenta-se, desta vez, no corpo de seu próprio texto. Malinowski escreve e, de repente, abre um ou mais parênteses para assinalar ao seu leitor: 'Veja pranchas tais e tais…', 'Se você, leitor, quiser realmente entender o que relato, você deve necessariamente rever e olhar atentamente o que também mostro nas minhas pranchas'.

Samain (1995) conclui então que:

> [...] Existe, na utilização que Malinowski faz de suas fotografias, algo que ultrapassa – e de longe – a simples ilustração. Nesse vaivém entre as fotografias e as legendas remissivas ao seu próprio texto, o qual, por sua vez, reintroduz e reconduz o leitor na própria prancha visual que lhe corresponde, fica patente que, para Malinowski, o verbal e o pictórico (desenhos, esquemas e fotografias) são cúmplices necessários para a elaboração de uma antropologia descritiva aprofundada. Tal osmose é capital para ele. O texto não basta por si só. A fotografia, também não. Acoplados, inter-relacionados constantemente, então sim, ambos proporcionarão o sentido e a significação. (SAMAIN, 1995, p. 33-4).

A fotografia enquanto instrumento metodológico também foi utilizada como uma forma de aproximação entre mim e os moradores do Boa Vista dos Silva na medida em que eu retornava ao bairro com as cópias das fotos que havia tirado sobre os diversos aspectos do local, e das próprias fotos dos acervos familiares. Elas eram muito bem recebidas e comentadas[18].

As minhas observações em campo foram traduzidas tanto em forma de texto, por meio de anotações, quanto em imagem, pelo ato fotográfico, dos traços culturais que se mostraram significativos para a compreensão do processo da construção da memória coletiva.

Desta forma, as imagens[19] aqui utilizadas não são apenas ilustrações para a escrita, mas sim o meio pela qual elaborou-se um processo de rememoração, bem como uma forma de representação.

Para Martins (2008) a fotografia tornou-se praticamente um campo auxiliar das ciências sociais, já que é constituída por uma construção imaginária, expressão e momento do ato de conhecer a sociedade com recursos e horizontes próprios e peculiares, ou seja, um conhecimento construído, tornando-se cada vez mais documento e instrumento indispensáveis na leitura dos fenômenos sociais.

Alegre (1998) aponta que o uso de imagens nas ciências sociais não é algo recente, sendo um recurso antigo e bastante frequente, sobretudo na antropologia. Entretanto, a autora reforça que até o início da década de 1990 a imagem apresentava, geralmente, um caráter apenas complementar ao texto, uma ilustração do relato e prova documental da presença do etnógrafo, como um meio convincente de dar credibilidade ao autor, 'testemunha ocular' e intérprete autorizado das situações e experiências relatadas.

---

[18] Ao visualizar a sua fotografia junto ao seu violão, que estava com uma corda estourada, Seu Idalmiro, um dos moradores entrevistados, profere a frase: - *Ô a maquininha dela é bicho feio hein? Agora não acaba mais!*

[19] As fotos recolhidas ou produzidas foram arquivadas no computador mediante ficha técnica, constando informações como: tipo de foto, autor, fonte, entre outros.

Somente no início da década de 1990 é que assistimos um movimento crescente de estudos voltados para a análise social da imagem e de seus aspectos cognitivos e que procuram avaliar a importância das imagens na vida dos indivíduos e dos grupos sociais, colocando a questão da imagem como eixo central do estudo (VORONINA 1989 apud ALEGRE, 1998).

Cabe destacar que na história da antropologia visual, uma obra de significativa relevância é "Balinese Character (1942)" dos antropólogos Margaret Mead e Gregory Bateson, cujos trabalhos de campo foram realizados entre 1936 e 1938, em Bali e Nova Guiné. Achutti (1997) sustenta que embora não tenham sido os primeiros a utilizar a câmera para campo, foram talvez os primeiros a utilizar os recursos visuais como principal ferramenta no trabalho de levantamento de dados etnográficos, assumindo a imagem como eixo central do estudo.

Para Tacca (2005) a partir do estudo da imagem podemos "aproximar a representação imagética da noção de mundo de determinada cultura, por conter valores inerentes nos aspectos de sua produção e de sua conseqüente significação" (TACCA, 2005, p.11-12).

Este aspecto está diretamente relacionado à subjetividade, a qual configura-se numa questão central a ser enfrentada, pois

> [...] muitos materiais visuais, como desenho documental e a fotografia, costumam ser associados a um grau de 'autenticidade' da informação que, na verdade, não possuem. Apesar de todos os avanços da crítica teórica, penso que as ciências sociais, verbais por excelência, ainda tratam as imagens de forma positivista, como descrições da realidade e não como representações simbólicas, cuja leitura não apenas varia segundo o olhar do espectador como também é decorrente da própria natureza construída da imagem. (ALEGRE, 1998, p. 76-7).

Martins (2008) compartilha da mesma visão que a autora, mas acredita que na medida em que se intensifica o uso das imagens nas ciências sociais, considerando-as não apenas enquanto documentos em si, mas também como registro, abre um amplo terreno de indagações, dúvidas e experimentos que tanto enriquecem o conhecimento produzido por essas ciências quanto alargam a consciência das limitações que têm as técnicas de investigação conhecidas e consagradas ou a consciência de sua importância relativa[20].

Outro aspecto metodológico a ser considerado nesta pesquisa, além do uso da imagem, é a transcrição de entrevistas. Embora exista uma orientação para que os relatos sejam transcritos na íntegra (THOMPSON, 2002), com mínima intervenção do pesquisador, optei

[20] Martins (2008) ainda cita que Becker (1978) sistematizou dúvidas sobre a verdade da fotografia e sugere que as mesmas dúvidas se aplicam a outras formas de documentação utilizadas pelas ciências sociais, a começar pelo depoimento verbal, já que a fala também segue um roteiro, assim como a composição fotográfica segue uma intenção.

pela *transcriação*, método proposto por Meihy (2005, p. 195). Esta forma de transcrição permite ao pesquisador interpretar o discurso do outro, porém sem distorcê-lo. Entretanto, é fundamental que o narrador se reconheça no texto, pois em história oral, de acordo com o autor, esse reconhecimento procedido pela conferência e pela autorização determina se o colaborador se identificou ou não com o resultado, o que lhes confere a qualidade do texto.

Nesse sentido, Meihy compreende a história oral enquanto um método que possibilita a invenção de um discurso que se estabelece na interação entre pesquisador e narrador, enquanto sujeitos culturais e históricos, e que recria o passado a partir do presente, e não como uma forma de resgatar o passado e reconstruir a realidade social a partir do discurso fidedignamente transcrito do entrevistado (GALLIAN, 1991/1992).

Esta concepção está relacionada a uma reflexão construída de forma interdisciplinar, a partir de trabalhos que abordam, sobretudo, a problemática da escrita como produto do trabalho de campo, realizados na área da antropologia, linguística e semiótica (MEHY, 1990).

Para o autor os trabalhos que foram fundamentais para sua reflexão em torno desta questão foram, na área da antropologia, os trabalhos de Clifford Geertz, em especial, *El antropólogo como autor (1989)*. Como reflexões atualizadoras de outras áreas, ele cita o conjunto de artigos sobre diferentes ângulos do problema da textualização reunidos por Josué V. Harari, *Textual Strategies: perspectives in Post-Structuralist Criticism (1979).* Meihy (1990, p. 17) coloca que também foram significativos os debates constantes do livro editado por Stuart Plattner, *Text, play, an story: the construction and reconstruction of self and society (1984)* e os demais constantes da obra editada por James Clifford e G. E. Marcus, *Writing culture: the poetics and politics of ethnography (1986).*

O autor destaca, contudo, Roland Barthes como aquele que exerceu maior influência com as propostas de seu "teatro de linguagem". Sobre a representatividade da visão de Barthes, Meihy (1990) observa que:

> Barthes insiste em mostrar a inevitável interferência do caráter transformador usado nas narrativas 'científicas'. Considerando que todo resultado de estudos de pesquisas tem que se render à textualização, fase que medeia a pesquisa e os leitores, o autor mostrou que devido à imperiosidade da textualização, os escritores apelam para o inevitável 'teatro de linguagem', isto é, a soma dos recursos criativos (a invenção) como forma de 'convencer', 'mostrar competência' e 'enfeitiçar' os leitores. Esta observação é situada no debate promovido por Barthes sobre 'autores e escritores'; a respeito do conceito de autoria, Barthes apresenta uma variação onde distingue 'autores' de 'escritores', 'obra' de 'texto'.[21] (MEIHY, 1990, p. 30).

[21] Sobre este assunto Meihy (1990) recomenda a leitura de Rolands Barthes, *Authors and Writers* em Susan Sontag, *A Barthes Readers*, pp. 121-132. Considera também importante verificar as observações formuladas em artigo de Michel Foucault, *What is an author?* em Josué V. Harari, *Textual strategies: pespectives in post-structuralist criticism*, pp. 141-160.

Considerando tais questões e estudos Meihy (1990; 1991) propõe que no momento da produção do texto final, isto é, na passagem do estado de língua oral para a escrita, estas questões sejam consideradas, já que para o autor, o pesquisador não apenas interage na rememoração e na construção do discurso do narrador no momento da entrevista, mas também atua como recriador da entrevista através da transposição do discurso oral para o escrito. Neste sentido, ele deve se assumir como verdadeiro co-autor do documento, na medida em que a transposição não se limita apenas em transcrever a palavra dita. Na verdade, ela é um trabalho de reinvenção, de interpretação.

Estas reflexões contribuem para verificarmos que assim como a imagem carrega em si subjetividades, o texto também, pois o mesmo foi realizado a partir de uma relação dialógica e não neutra.

Gallian (1991/1992) ressalta que a produção de um texto que irá se instituir como documento, deve ser passível de interpretação, o que reforça a necessidade da explicitação e reconhecimento da intersubjetividade em todas as etapas do processo de criação do texto, pois permitem com que as conclusões e afirmações sobre o narrador, sua história e sua cultura sejam realizadas sob estas perspectivas.

Neste sentido, é pertinente considerar as reflexões de Clifford (1998) sobre o que ele chamou de autoridade[22] etnográfica, pois mesmo não se tratando de um estudo etnográfico, não se pode denegar que o processo de realização de entrevistas até a produção do texto final ocorreu a partir de relações intersubjetivas, o que pressupõe o envolvimento de, no mínimo, "dois sujeitos conscientes e politicamente significativos" (CLIFFORD, p. 1998, p.43). O que requer que a escrita seja construída enquanto uma negociação construtiva envolvendo estes sujeitos, de forma dialógica ou polifônica, que represente vozes e perspectivas diversas e que não seja construída monologicamente, como uma afirmação sobre, ou mesmo como uma interpretação de uma realidade, em que a interpretação ganha prioridade frente à experiência (CLIFFORD, 1998).

O texto final foi elaborado partindo destas reflexões, sendo que num primeiro momento optei por fazer uma transcrição literal para somente depois partir para a

[22] Como elucida José Reginaldo Santos Gonçalves (1998, p. 13) na apresentação da publicação de James Clifford *A experiência etnográfica. Antropologia e literatura no século XX*: "A noção de 'autoridade' é usada [...] no sentido de se pensarem as estratégias retóricas pelas quais o 'autor' (entendido não como um dado, mas como uma função) constrói a sua presença (ou ausência) no texto, assegurando em termos epistemológicos (mas também, ao mesmo tempo, assegurando em termos de poder) a legitimidade do seu discurso sobre aquele contexto social e cultural a ser representado. Desse modo, a 'autoridade' em questão não é apenas uma espécie de justificação para uma posição de superioridade do etnógrafo, mas na verdade é peça fundamental na própria constituição do texto e, simultaneamente, na articulação da experiência representada." (grifos do autor).

transcriação, buscando também sinalizar os gestos, as pausas e os silêncios decorrentes das falas.

Cabe ressaltar que as narrativas em seu formato aqui apresentadas, não representam de forma fiel o modo de falar dos moradores entrevistados, especialmente no que se refere à estrutura lingüística, pois demandaria um estudo aprofundado, o que não foi viável nesta pesquisa. Entretanto, procurei manter alguns elementos próprios da fala do morador rural da Região Bragantina, pois não podemos desconsiderá-la enquanto traço identitário individual e coletivo.

Acredito ser importante destacar que os participantes desta pesquisa não são reconhecidos enquanto informantes apenas, mas sim, enquanto *sujeitos* (CLIFFORD, 1998, p. 43), conforme já apontado anteriormente. Esse reconhecimento se refletiu no cuidado da abordagem; na explicação e esclarecimentos sobre os motivos e finalidades da pesquisa; no uso autorizado do gravador; na divulgação do nome e demais informações pessoais somente quando autorizada – mediante contrato de licença de uso de imagem e depoimentos (THOMPSON, 2002); e nas conversas em ambientes externos e nas casas desses atores.

No que diz respeito ao uso das fotografias sob o contexto metodológico apresentado, cabe aqui justificar que não elaborei legendas auto-explicativas pelo fato das imagens estarem incorporadas ao texto. Por esta razão é que adianto os créditos das fotografias recolhidas no contexto dos acervos familiares de Idalmiro Nunes de Macedo, Azélia Gomes de Macedo, Benedicta Apparecida Magiolli e Eunice Gomes de Moraes. Saliento que não foi objetivo deste estudo precisar as datas em que foram realizadas as fotos, as quais, por sua vez possuem autoria desconhecida. Com relação às fotografias de minha autoria informo que foram realizadas no período de 2007 a 2010.

Territorialidade e memória coletiva

Territorialidade

Considerando as problemáticas ligadas às diferentes formas com que os grupos sociais se relacionam, se organizam e se apropriam dos espaços nos quais estabelecem a sua produção e reprodução cultural, o conceito de territorialidade contribui na busca para a compreensão dessa dinâmica presente no Boa Vista dos Silva.

Este conceito está diretamente relacionado ao de território, o qual, por sua vez, apresenta múltiplas perspectivas. Para este estudo serão priorizadas as concepções que consideram a dimensão simbólica enquanto um elemento constitutivo de um território.

Raffestin (1993) ressalta que o território se forma a partir do espaço, no momento em que o ator social se apropria concreta ou abstratamente territorializando-o. Assim, o território pode ser concebido como um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder.

Sob este contexto é importante considerar a questão de domínio ou gestão de uma determinada área, a qual recebe uma função que estará diretamente relacionada à forma de apropriação que pode ocorrer tanto por grupos sociais quanto pelo poder público estatal e/ou poder das grandes empresas. Assim, ele assume um duplo sentido: “o controle de fato efetivo, legitimado pelo poder e por outro lado, vincula-se à dimensão afetiva e associa-se à identidade de grupos e à afetividade espacial” (FARIA, 2001, p. 115-6).

Constitui-se, assim, um campo de forças, uma rede de relações sociais que, conscientes de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre ‘nós’, os membros da coletividade e os ‘outros’, os de fora, os estranhos. Esse dinamismo, consequentemente, apresenta um caráter flexível, podendo ser tanto permanente quanto periódico, cíclico (SOUZA, 1995).

Desta forma, a continuidade e descontinuidade, a construção e desconstrução também passam a ser importantes elementos na concepção de território, no entanto, salienta-se que estes elementos não ocorrem de forma dicotômica, mas sim em constante interação.

Não é possível, então, concebermos o território apenas em seus aspectos físicos, pois fica evidenciado como os aspectos culturais são determinantes para a sua constituição. Santos (2003) ainda cita que também não se trata apenas de uma superposição de um conjunto de sistemas naturais e de um conjunto de coisas criadas pelo homem, mas de algo mais complexo, pois, para o autor, o território é o chão somado à identidade, ao fato e ao sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. “O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ela influi” (SANTOS, 2003, p. 96).

O território visto dentro da dimensão cultural pode então ser considerado como resultado de uma apropriação simbólica, da qual Haesbaert (2006, p. 93) destaca que “todo grupo se define essencialmente pelas ligações que estabelece no tempo, tecendo seus laços de

identidade na história e no espaço, apropriando-se de um território, *concreta* ou *simbolicamente*, onde se distribuem os marcos que orientam suas práticas sociais".

A essa dimensão simbólica do território, é que o conceito de territorialidade encontra-se diretamente ligado. Chávez (2002) define territorialidade como:

> a construção do espaço, a dotação de sentido ao lugar que se habita, ao qual se pertence através das práticas cotidianas. Práticas mediante as quais um determinado grupo social consegue reproduzir sua cultura. A territorialidade, então, poderia ser definida como o sentimento (caráter subjetivo) que emana da consciência de pertencer a um território (caráter objetivo). (CHÁVEZ, 2002, p.02).

Pode ser, então, traduzida como um esforço coletivo de um determinado grupo social para ocupar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território (LITTLE, 2002).

A partir destas concepções, é notável a relevância do presente enquanto elemento definidor da territorialidade, entretanto, ao analisar o território de qualquer grupo torna-se também relevante uma abordagem do passado.

Para Chávez (2002) a importância do tempo presente nesta perspectiva não elimina "o valor dos processos acontecidos no passado, a memória presente na corporalidade e nas paisagens, os acontecimentos que influenciaram nas capacidades perceptivas e cognitivas sobre o território" (CHÁVEZ, 2002, p.02), isto é, fatores que exercem influências na dotação de sentido ao lugar de vivência.

A territorialidade, segundo Casimir (1992 apud LITTLE, 2002), é uma força que está subentendida em qualquer grupo, cuja manifestação explícita depende de contingências históricas. O autor ainda aponta que o fato do território surgir diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos.

Esses processos são também marcados por disputas de poder, como colocado por Chávez (2002), que, sob o contexto do estado-nação, é possível notar ao longo da história a sucessão de processos de integração cujo objetivo era a supressão das identidades étnicas a partir da imposição de novas territorialidades, novas demarcações territoriais, novos regimes de propriedade e acesso aos recursos naturais e novas relações de produção.

No entanto, no decorrer desse processo observaram-se respostas múltiplas sobre tais imposições. De um lado, verificaram a instauração de processos que iam desde um declínio até a extinção de sistemas culturais locais, bem como a alienação e perda do território. E, por outro lado, foram registrados processos de resistências, assim como a atribuição de novos

sentidos ao território, conseguindo-se manter determinados elos fundamentais (CHÁVEZ, 2002).

Neste contexto, a noção de pertencimento ao lugar[23] - também denominado como noção de lugar ou noção de localidade - que é resultante da experiência vivida no território, acaba por ser um elemento intrínseco à territorialidade.

O elo afetivo existente entre o indivíduo ou um grupo e o lugar é definido por Tuan (1980) como topofilia, sendo que para o autor a consciência do passado é um elemento relevante nesta relação de valores com o lugar de vivência.

Little (2002) alerta que essa noção não deve ser confundida com a noção de originariedade, ou seja, o fato de ser o primeiro grupo a ocupar uma área geográfica. Para o autor, a situação de pertencer a um lugar refere-se a grupos que se constituíram em um local específico, independentemente de serem os primeiros. A noção de pertencimento a um lugar agrupa tanto os povos indígenas de uma área imemorial quanto os grupos que surgiram historicamente numa área através de processos de etnogênese e, portanto, contam que esse lugar representa seu verdadeiro e único território. “Ser de um lugar não requer uma relação necessária com etnicidade ou com raça [...] mas sim uma relação com um espaço físico determinado” (LITTLE, 2002, p. 10), o qual, por sua vez, leva a marca do grupo que o ocupou a partir de sua produção e reprodução cultural.

O autor acrescenta que nesse sentido a categoria de identidade pode se ampliar, à medida que a identidade de um grupo passa, entre outras coisas, pela relação com os territórios construídos com base no seu regime de propriedade, nos vínculos afetivos que mantém com seu território específico, na história da sua ocupação guardada na memória coletiva, no uso social que dá ao território e nas formas de defesa dele (LITTLE, 2002).

Essa dinâmica territorial coloca a multiplicidade de expressões como um aspecto fundamental da territorialidade, resultando em inúmeras possibilidades de construção de diferentes tipos de territórios, em que cada um apresenta suas peculiaridades socioculturais (LITTLE, 2002).

Por estas questões Chávez (2002) afirma que o território é uma categoria vital, porém não essencial, por justamente não ser definitiva. É uma categoria que é apreendida em cenários contíguos e alternos, adjacentes e separados, dependendo do tipo de interações

[23] O lugar está implícito à territorialidade por não ser “apenas um quadro de vida, mas um espaço vivido, isto é, de experiência sempre renovada, o que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro. A existência *naquele* espaço exerce um papel revelador sobre o mundo.” (SANTOS, 2003, p.114, grifo do autor).

estabelecidas com o ambiente e os repertórios culturais. “Territorialidades assim são essencialmente múltiplas, pois os agentes individuais têm percepções divergentes e admitem a co-presença de alteridades culturais” (CHÁVEZ, 2002, p. 3).

Neste sentido, podemos compreender o território como dinâmico e passível de transformações, ou como nas palavras de Chávez (2002, p.10): “unidade descontínua e híbrida”, concepção que também contribui para uma melhor compreensão sobre os processos de construção identitária, onde a territorialidade e a memória, tanto individual quanto coletiva, apresentam-se como elementos fundamentais.

Memória Coletiva

Ao considerarmos que os indivíduos pertencem e vivem em sociedade, a construção de suas memórias individuais está intimamente ligada à memória de um determinado grupo social, ou seja, à memória coletiva, pois, conforme Halbwachs (1990), os seres humanos vivem numa estrutura social e por esta razão as lembranças são retomadas a partir dessa referência coletiva, a partir de um grupo com o qual compartilha-se uma visão de mundo, cuja permanência de um vínculo afetivo permite atualizar uma identificação com a comunidade de referência, esteja esta presente ou ausente, e compreender-se numa perspectiva histórico-social.

Neste sentido, a memória deve ser compreendida como um fenômeno coletivo e social que reside no campo dos “acontecimentos” (POLLAK, 1992, p. 02) vividos, que carregam em si diversos significados, tanto individualmente quanto pela coletividade da qual o indivíduo se sente pertencer.

Pollak (1992) cita que além dos acontecimentos, são também elementos constituintes da memória, as pessoas e os lugares, estes por sua vez, são, para o autor, aqueles que particularmente estão ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico.

Para Halbwachs (1990), as imagens espaciais também desempenham um papel na memória coletiva, pois quando um grupo ocupa um determinado espaço ele o transforma à sua imagem, às suas necessidades, mas também se submete e se adapta aos elementos físicos que a ele resistem. O autor sustenta que quando ocorre um acontecimento considerado grave, este sempre provoca uma mudança nas relações do grupo com o lugar, podendo tornar os vínculos que o ligavam ao lugar mais claros, ou, num outro extremo, abalados.

Este movimento imbuído na memória nos traz também o seu caráter seletivo, pois “a necessidade de se utilizar o conhecimento da memória, e de esquecer assim como recordar, força-nos a selecionar, destilar, distorcer e transformar o passado, acomodando as lembranças às necessidades do presente” (LOWENTHAL, 1998, p. 77).

Para Pollak (1992) a memória também sofre mudanças no momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. Para o autor, as preocupações do momento, que podem ser pessoais ou políticas, constituem um elemento de organização da memória, nos revelando que a “memória é um fenômeno construído”, de forma consciente ou não, já que o fato das lembranças serem gravadas, excluídas, recalcadas, relembradas, é resultado de um trabalho de organização (POLLAK, 1992, p. 04).

Bosi (2004) apresenta a memória oral como um instrumento precioso na constituição da crônica do quotidiano, embora alerte para o risco de cair numa “‘ideologização’ da história do quotidiano, como se esta fosse o avesso oculto da história política hegemônica” (BOSI, 2004, p. 15). Neste sentido, a autora alerta para o fato de que “uma história de vida, ou mil histórias de vida jamais substituirão um conceito ou uma teoria da História”, sendo que os depoimentos colhidos, por mais ricos que sejam, não podem tomar o lugar de uma teoria totalizante que elucide estruturas e transformações econômicas, ou que explique um processo social, uma revolução política (BOSI, 2004, p. 49).

Aqui cabe salientar a diferença entre a memória e a história, onde, para Nora (1993), a memória é um fenômeno que ocorre no presente, e em diálogo com Halbwachs, emerge das experiências vivenciadas pelo grupo e se enraíza no espaço, no gesto, na imagem e no objeto. E da mesma forma que existem diversos grupos, também há múltiplas memórias, assim, ela é plural, coletiva e individualizada. Por outro lado, a história, nada mais é que uma representação do passado e apresenta uma vocação para o universal, já que ao mesmo tempo em que pertence a todos, não pertence a ninguém. E ainda, está atrelada apenas às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas (NORA 1993).

Bosi (2004) ainda enfatiza que a história ensinada pelas instituições educacionais, não aborda o passado recente, podendo parecer aos olhos do indivíduo “uma sucessão unilinear de luta de classes ou de tomadas de poder por diferentes forças. Ela afasta, como se fossem de menor importância, os aspectos do quotidiano e os microcomportamentos” (BOSI, 2004, p. 13).

Outro aspecto relevante da memória está na sua intrínseca relação com os processos de construção de identidades, por justamente trabalhar sobre um tempo experenciado, que passa

a ser reconstruído e revivenciado, possibilitando a ressignificação do sentido existencial, atualizando conteúdos experimentados. “A memória costura, tece o passado no presente, compondo tramas e enlaçando-se em novas possibilidades existenciais” (BARRETO, 2007, p. 164).

Sobre esta relação entre memória e identidade Lowental (1998) nos traz também a questão da continuidade, ao afirmar que:

> Relembrar o passado é crucial para nosso sentido de identidade: saber o que fomos confirma o que somos. Nossa continuidade depende inteiramente da memória; recordar experiências passadas nos liga a nossos *selves* anteriores, por mais diferente que tenhamos nos tornado. (LOWENTAL, 1998, p. 83).

Os sentidos existencial e de continuidade decorrentes da memória são também para Pollak (1992) determinantes no reconhecimento da memória enquanto elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva.

O autor aborda o sentimento de identidade associado ao sentido da imagem de si, para si e para os outros, ou seja, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida de si mesmo e que ela constrói e apresenta aos outros e a si mesmo, para acreditar na sua própria representação, “mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros” (POLLAK, 1992, p. 05).

Sob esta perspectiva o *outro* torna-se elemento decisivo nas construções de identidades e da própria memória, como nos sugere Pollak (1992):

> Ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo. (POLLAK, 1992, p. 05).

Pollak (1989) em referência à Halbwachs expressa que além da seletividade contida nos trabalhos de memória, há também que se considerar a existência de um processo de negociação para conciliar memória coletiva e memórias individuais:

> Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum (POLLAK, 1989, p.1-2).

E é sob este prisma que Pollak (1992) coloca o outro enquanto elemento fundamental para a compreensão dessa relação dinâmica entre memória e identidade e conclui que “se é possível o confronto entre a memória individual e a memória dos outros, isso mostra que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais” (POLLAK,

1992, p. 05), o que reforça a idéia de que o processo de construção de identidade se dá a partir das relações imersas na alteridade.

Nesta perspectiva, o conceito de representação torna significativo na construção identitária. A representação, segundo Woodward (2000), inclui:

> as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido a nossa experiência e àquilo que somos... Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar. A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar. (WOODWARD, 2000, p. 17).

Considerando estes elementos implícitos à memória coletiva, acreditamos que a "memória é um fio condutor para se entender a identidade e a territorialidade, sendo assim, a memória coletiva aparece como um discurso da alteridade, no qual a posse de uma história e de uma memória dão ao grupo sua identidade" (SANTOS, 2006, p. 44).

Estes pressupostos teóricos evidenciam, assim, como que os conceitos territorialidade, memória coletiva e identidade articulam-se entre si e fornecem pistas de como um espaço físico passa a ser carregado de símbolos e sentidos plurais e, ao mesmo tempo, contínuos e descontínuos.

Capítulo 1 ASPECTOS HISTÓRICOS E CULTURAIS REGIONAIS

1.1 Os bairros rurais paulistas: a construção de um modo de vida

A história dos bairros rurais paulistas pode ser contextualizada a partir do primeiro século da colonização brasileira, em que a região do nordeste apresentava maior dinamismo socioeconômico devido ao comércio da cana de açúcar, ao contrário da região sudeste, onde os núcleos paulistas eram formados por arraiais de casebres, sem grandes áreas de monocultura, habitados por famílias de colonizadores e seus índios cativos, tendo a cultura indígena como principal influência na realização das atividades cotidianas como lavoura, caça e pesca (RIBEIRO, 1995).

Segundo Ribeiro (1995), estas condições faziam com que os antigos paulistas se tornassem aventureiros, predispostos ao saqueio e sustentados por uma economia de subsistência de base tribal e tupi, que desbravaram o interior do Brasil em busca de ouro e de escravos para os engenhos nordestinos, nas aldeias indígenas, missões jesuítas e agrupamentos quilombolas.

Estes aventureiros, conhecidos como bandeirantes, iniciaram a colonização do oeste paulista adentrando nos sertões formando cidades móveis, roçando, caçando e pescando para se alimentarem. Nessas andanças, muitos paulistas fixaram-se em regiões distintas fazendo-se criadores de gado ou lavradores, formando uma sociedade que, por ser mais pobre, era também mais igualitária (RIBEIRO, 1995).

Ao final do século XVIII esta sociedade passou por grande transformação cultural, pois com o fim dos aluviões de ouro de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, vários ex-mineradores, vindos de diversas regiões do Brasil e de outros países, passaram a se fixar nas sociedades formadas pelos bandeirantes. Desta forma, influenciaram com seus aspectos culturais como artesanato, vestimentas rústicas e utensílios, onde antes predominavam características indígenas (RIBEIRO, 1995; CANDIDO, 2001).

Após a abolição da escravidão, os ex-escravos, abandonados à própria sorte, seguiram rumos distintos, onde a grande maioria migrou para os centros urbanos, ocupando lugares e postos de trabalho periféricos. Entretanto, houve aqueles que conseguiram manter-se ligados à terra, seja trabalhando como camaradas assalariados nas fazendas, seja ocupando terras devolutas e praticando lavouras de subsistência (CAMARGO, 2004). Foi nesta última forma de trabalho, que esta parcela da população negra integrou-se aos núcleos rurais, ressiginificando-os a partir de seus traços culturais.

É a partir dessa inter-relação étnica que se constitui um modo de vida rural paulista, na qual a população encontra-se dispersa, buscando suprir apenas as suas necessidades básicas para sobrevivência, dando início a constituição dos bairros rurais paulistas.

Contudo, é importante salientar que o processo da formação da cultura caipira, correlacionada à história do povoamento de São Paulo, foi marcado pela violência contra os índios, seguida pela luta para expulsão dos posseiros e, finalmente, pela adoção do sistema escravocrata (SETÚBAL, 2005).

Dean (1977) verificou que as fronteiras agrárias do estado de São Paulo foram conquistadas de forma bastante violenta:

> O sistema social das grandes fazendas era de extrema violência. A expulsão dos posseiros, a defesa dos limites imprecisos das propriedades, a supervisão da força de trabalho escravizada, o controle social dos que não tinham terras, tudo exigia o emprego da força. Agregados eram recrutados como capangas, uma polícia particular que guardava as divisas e executava qualquer ato violento que o fazendeiro lhes ordenasse, até mesmo assassinatos (DEAN, 1977, p. 36).

No entanto, conforme Brandão (1983), no interior dos bairros rurais, os caipiras dos sertões de São Paulo souberam desenvolver um modo de vida regido por códigos estreitos de trocas entre eles e com os outros. Para o autor, esses códigos de relações baseados no trabalho, no respeito mútuo, nos valores da fé religiosa do catolicismo camponês, na honra e na solidariedade mostravam-se extremamente criativos.

A violência e o controle social da violência, segundo Brandão (1983), não destruíram os valores de honra e solidariedade, condição da identidade e da existência do camponês. Elas acabaram sendo parte da vida cotidiana, no trabalho, nos dias de festa, nas modas de viola, nos rituais devotos dos mundos do sertão. Atravessaram os domínios da vida de um grupo social que precisou aprender lições de ataque e defesa para sobreviver física, social e simbolicamente: a bravura, o desafio permanente, a honra manchada que ‘se lava com sangue’.

Como apontado por Setubal (2005, p. 27), “a coragem pessoal é, no entanto, entremeada por uma humildade hospitaleira” expressa nas relações sociais, concretizadas no bairro rural, o lugar deste grupo.

Candido (2001) definiu os bairros rurais como grupo de vizinhança de moradia dispersa, porém de contornos suficientemente consistentes para delimitar um bairro, tanto no espaço geográfico quanto no espaço social, proporcionando aos habitantes a noção de lhe pertencer, que os distinguiam dos demais bairros da área.

O morador rural ao conhecer e pertencer a seu bairro sentia-se diretamente a ele ligado, defendendo benefícios e vantagens em seu nome (CANDIDO, 2001; QUEIROZ, 1973), demonstrando, assim, um sentimento topofílico, isto é, um elo afetivo com o lugar (TUAN, 1980).

Sobre a dinâmica entre bairros rurais e centros urbanos, Queiroz (1973) descreve:

> Cada bairro se compunha de famílias conjugais autônomas, autárquicas, lavrando independentemente suas roças quando e como queriam. Não podiam, porém prescindir do auxílio dos vizinhos sem grave diminuição dos seus recursos, pois suas técnicas eram as mais rudimentares. O mutirão, a troca de dias de serviço e outras formas de auxílio mútuo eram as soluções adotadas para resolver a escassez de mão de obra, por um lado, e, por outro lado, a escassez dos meios para obtê-la; pois cultivar a terra apenas com os braços da família não era muito produtivo, não havendo também dinheiro para comprar escravos e, mais tarde, para alugar assalariados. O trabalho rural em comum se tornava assim uma segunda maneira de congregar os habitantes do bairro, além das festas religiosas. (QUEIROZ, 1973, p.4).

Essa descrição é complementada por Brandão (1983), o qual cita que no momento em que a lavoura passa de familiar à comunitária, o trabalho rural torna-se um ritual de troca e solidariedade através do mutirão, conforme também destacado por Queiroz (1973).

Candido (2001) coloca que o mutirão:

> Consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação etc. Geralmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho. Mas não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram. Este chamado não falta, porque é praticamente impossível a um lavrador, que só dispõe de mão-de- obra doméstica, dar conta do ano agrícola sem cooperação vicinal. (CANDIDO, 2001, p. 88).

Candido (2001, p. 94) aponta que a sociabilidade vicinal também é expressa pela vida lúdico-religiosa, que constituiria num "complexo de atividades que transcendem o âmbito familiar, encontrando no bairro a sua unidade básica de manifestação". Desta forma,

> poderíamos definir o bairro como o agrupamento mais ou menos denso de vizinhança, cujos limites se definem pela participação dos moradores nos festejos religiosos locais. Quer os mais amplos e organizados, geralmente com apoio na capela consagrada a determinado santo; quer os menos formais, promovidos em caráter doméstico. Vemos assim, que o trabalho e a religião se associam para configurar o âmbito e o funcionamento do grupo de vizinhança, cujas moradias, constituem unidade, na medida em que participam no sistema destas atividades. (CANDIDO, 2001, p.94-95).

Neste sentido, observava-se nestas comunidades um alto grau de organização social, voltada para a realização mínima de suas necessidades, através do trabalho em conjunto,

apresentando, desta maneira, certa independência do Estado para a busca de soluções próprias dos problemas.

No entanto, Brandão (1983) ressalta que esse grupo não isolava-se totalmente, pois estes mantinham uma vida coletiva intensa com os sujeitos intermediários de suas trocas econômicas, pois, apesar de residirem em bairros distantes, encontravam-se sempre em movimento: periodicamente deslocavam-se para as áreas de comércio, outros bairros e outras cidades, por questões de trabalho, visita ou rituais.

Com a expansão da economia capitalista, muitos dos aspectos que caracterizaram os bairros rurais - escassos recursos financeiros, economia agrária de subsistência e mutirões - passaram por um processo de transformação provocando reações diversas entre os grupos sociais pertencentes a estes territórios.

Candido (2001) observou em suas pesquisas junto aos parceiros de Bofete/SP (1947-1954), aspectos que identificavam mudanças e persistências dos traços implícitos à cultura caipira, como aceitação dos traços impostos e propostos, aceitação apenas dos traços impostos e rejeição de ambos.

Observamos então um dinamismo cultural sobre o qual valores tidos como tradicionais - construídos historicamente - tornam-se passíveis de ressignificação nos levando a concebê-los como mutáveis e dinâmicos e não como perenes e imutáveis, como podemos verificar na definição de Hobsbawm (1984) sobre tradição inventada:

> O termo tradição inventada é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as tradições realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas - e se estabeleceram com enorme rapidez. [...] Por tradição inventada entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. (HOBSBAWM, 1984, p. 9-10).

Ao retomarmos a questão mais específica do processo de transformação cultural das áreas rurais mediante a expansão urbana, cabe aqui salientar as considerações de Carneiro (1998) quando ela verifica que esse processo não ocorre de forma única em toda a sua extensão. A autora complementa afirmando que, se as medidas modernizadoras sobre a agricultura foram moldadas no padrão de produção, e de vida, urbano-industrial, seus efeitos sobre a população local e a maneira como esta reage a tais injunções não são, de modo algum, uniformes, assim como tais medidas não atingem com a mesma intensidade e proporções as diferentes categorias de produtores, se expressando de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos.

Diante disso, torna-se relevante considerarmos para este estudo o conceito de campesinidade de Klaas Wortmann (1990), construído a partir de análises de diversas etnografias brasileiras elaboradas em diferentes lugares e temporalidades. Distanciando-se daquela concepção de campesinato associado apenas à economia, o autor discute o campesinato como uma ordem moral. Neste sentido, a campesinidade deve ser entendida como uma qualidade presente em maior ou menor grau em distintos grupos específicos (WOORTMANN K., 1990).

Assim, o conceito de valor de uso, exemplifica o autor, assume outro valor: o de uso enquanto valor. Deste modo,

> Não se vê a terra como objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade; não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e repensado no contexto de valorações éticas. Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria. Estou tratando, pois, de valores sociais; não do valor trabalho, mas do trabalho enquanto valor ético. Esta tentativa se afasta, portanto, da tendência economicista que vê o campesinato como um modo de produção com sua lógica própria ou como o resultado de determinações impostas pela lógica do capital (WOORTMANN K., 1990, p. 12).

O autor ressalta que a campesinidade não é uma categoria imutável, manifestando-se, também, em graus distintos de articulação ambígua com a modernidade, podendo, então, ser observados em determinados grupos o convívio de concepções morais sobre a terra com concepções capitalistas. Isso se dá, pois

> pessoas de carne e osso são como disse, ambíguas e se movem em dois mundos. Disso resulta que a campesinidade não é uma prisão cultural. Enquanto pessoa concreta, o sitiante não é radicalmente distinto de pessoas 'modernas'. [...] Os valores que focalizei e as práticas tradicionais a que me referi emergem de relações sociais, isto é, são parte de uma ordem social (não de características psicológicas individuais) historicamente constituída (WOORTMANN K.., 1990, p. 69).

Tais percepções evidenciam o dinamismo envolto ao universo rural, ressaltando a sua complexidade frente ao momento atual. Podemos pensar então os bairros rurais como territórios construídos e reconstruídos de forma contínua, onde desta forma, expressam-se múltiplas territorialidades, em que consequentemente o tempo passado e o tempo presente encontram-se num movimento constante de reinterpretações.

Assim, busca-se evidenciar por meio da história regional as diversas territorialidades em temporalidades distintas, a fim de situar-nos sobre em qual contexto socioeconômico insere-se o Boa Vista dos Silva.

1.2 Região Bragantina: do bolsão de cultura caipira às unidades de conservação

Sob influência direta da Serra da Mantiqueira, a Região Bragantina teve a ocupação de suas terras iniciada no século XVII a partir da concessão de sesmarias[24]. Ressalta-se, contudo, que a propriedade legal das terras não implicava na ocupação efetiva, mesmo havendo, teoricamente, prazos determinados e punições para aqueles que não as ocupassem e as beneficiassem com culturas e melhoramentos, conforme revela o estudo econômico e social da Região Bragantina sobre o período de 1653 a 1836, realizado por Beatriz W. de Cerqueira Leite (1974)[25].

No sertão Bragantino, a distribuição de terras processava-se principalmente de São Paulo, assim como o contingente humano que povoou a região, impulsionado pelo movimento das entradas e bandeiras. Para Leite (1974):

> As condições geográficas de São Paulo e adjacências facilitavam a penetração no sertão. Por ausência de uma riqueza econômica, o homem não se prendia ao solo. O fato de ser a sociedade marcada pela presença de clãs, vivendo em constantes disputas e rivalidades, e interessada em expedições sertanistas, também explica que de São Paulo tivessem saído os homens que ocuparam a Bragantina. (LEITE, 1974, p. 223).

Foi, entretanto, no decorrer do século XVIII que se intensificou tanto a posse jurídica da terra, quanto o povoamento efetivo, sendo que a concentração de tais posses, por meio de sesmarias, iria coincidir com os limites de uma área configurada por aspectos característicos, a qual veio a constituir a então chamada Região Bragantina (LEITE, 1974).

Para a autora, o fato dos núcleos pertencentes à Bragantina serem dotados de elementos físicos, como relevo, clima e solo, e culturais, como tipo de povoamento, atividade econômica baseada na agricultura e na pecuária, comuns, conferia à Bragantina uma "unidade regional" (LEITE, 1974, p. 7-8), sobre a qual, mesmo havendo diferenças entre os núcleos estudados não eram de ordem a comprometer essa unidade.

A ocupação da região ocorreu a partir de suas partes mais baixas, onde existiam cursos d'água, e de forma bastante dispersa, sendo que somente após a viabilização da canalização da água é que houve a ocupação no alto das colinas, coincidindo com a urbanização dos núcleos. A partir de então, surgiram pobres e pequenas vilas – as quais vieram posteriormente

[24] O primeiro documento que se refere à concessão de sesmaria em Atibaia, núcleo mais antigo da Região Bragantina, é de 1638 (LEITE, 1974).

[25] O estudo de Leite (1974) abrange o surgimento e desenvolvimento dos três primeiros núcleos da Bragantina: Atibaia, Nazaré e Bragança e encontra-se dividido em três partes denominadas como: O Povoamento (1653-1769), A Expansão (1769-1797) e O Desenvolvimento (1797-1836). Este estudo apresenta-se como principal referência sobre a micro história da Região Bragantina no período em questão.

a caracterizarem-se como bairros rurais - que apresentavam um agrupamento social constituído em sua maioria por pequenos proprietários e posseiros, tropeiros, negros escravos, agregados[26] e índios guarulhos[27].

A primeira instituição que surgiu com o estabelecimento dessa crescente população foi a Igreja. Este fenômeno para Leite (1974) relacionava-se ao fato de que no Brasil, o sentimento católico, encontrava-se muito impregnado na população levando-a, desde que se constituía um povoado, a procurar os meios de erigir capela, de preparar um altar, de escolher um santo padroeiro e de obter assistência de um padre.

Com relação aos pequenos núcleos rurais sem recursos, que não podiam manter um eclesiástico, vinha periodicamente um padre de lugares próximos e mais desenvolvidos, a fim de realizar os batizados, casamentos e celebrar missas pelas almas dos mortos (LEITE, 1974). Esta prática é ainda muito presente na atualidade, podendo ser observada em diversos bairros rurais da região. Neste sentido, é notável a relevância da Igreja não apenas como instituição, regulamentando a vida cotidiana da população, mas também como forma de expressão da religiosidade regional.

No que se refere às atividades econômicas da Bragantina, a produção agropecuária de subsistência constituía-se como a principal. Desta forma, nas propriedades menores, era muito raro o emprego de mão-de-obra escrava, cabendo ao dono, juntamente com os filhos, o cuidado do necessário à sobrevivência: preparo do solo, plantação e colheita dos gêneros. A ausência de escravos se explicava pelas poucas exigências de um sistema simples de cultivo, mas, sobretudo, pela própria carência de recursos, já que a grande maioria da população era constituída de pequenos lavradores que respondiam por uma reduzida produção agrícola e pela criação de algumas cabeças de gado. Neste sentido, a cultura de subsistência[28] foi uma atividade marcante na economia da Região Bragantina até o início da última década do século XVIII (LEITE, 1974).

---

[26] Leite (1974) define como agregados àqueles que prestavam serviços ao fazendeiro, em troca de moradia, alimentação e outros serviços, sendo que às vezes, famílias inteiras tornavam-se agregadas. Cabe também salientarmos que, segundo Mesquita (1977), os agregados constituíam-se como parentes, amigos ou estranhos que se congregavam a um grupo familiar, e também não caracterizavam-se apenas como pessoas desafortunadas, havendo casos de senhores de escravos sob esta condição, refutando a idéia do termo agregado associado, apenas, à pessoas desafortunadas.

[27] O grupo de índios guarulhos constituía-se por alguns índios livres e uma maioria composta por escravos. Embora a legislação do Reino proibisse a escravização dessa população indígena, não observava-se na prática o cumprimento da lei. (LEITE, 1974).

[28] Constituída pela produção de cana-de-açúcar, aguardente, milho, feijão, arroz, mandioca, tubérculos, algodão e o toucinho. As técnicas utilizadas na lavoura eram bastante rudimentares e as estradas eram poucas e de sofrível acesso, contribuindo para limitar o movimento do comércio de gêneros. (LEITE, 1974).

Outro aspecto característico da produção agrícola regional da época foi o cultivo de cereais que provocou maior desgaste e empobrecimento do solo - denominado vulgarmente de salmourão[29] - devido a estas espécies serem de ciclo vegetativo de poucos meses, ficando o solo exposto no resto do ano (cultura temporária). Assim, conseguiam-se as melhores colheitas em terras novas, logo após a derrubada das matas, pois, com o decorrer do tempo, embora houvesse uma agricultura itinerante, os terrenos já não produziam com a mesma facilidade do começo (LEITE, 1974).

Tal atividade juntamente com pecuária, abertura de caminhos, trilhas e estradas, e, posterior exploração em busca do ouro, constituíram-se como os principais fatores na alteração da paisagem regional, caracterizada por extensas áreas florestais, das quais grande parte foi suprimida, com as derrubadas, queimadas e plantios (LEITE, 1974).

O próprio estado de conservação de áreas florestais influenciou, juntamente com outros fatores, no rápido desenvolvimento de Bragança [Paulista], nascida no século XVIII, frente aos antigos núcleos de Atibaia e Nazaré, surgidos no século XVII, os quais:

> tiveram, como todos os núcleos brasileiros de então, escassas condições de desenvolvimento. Quando apareceram melhores possibilidades, quando dispunham de maiores recursos econômicos, melhores vias de acesso a São Paulo, meios de transporte mais organizados, já contavam com terras cansadas, enquanto Bragança, cuja origem data de um século depois, dispunha, além dos melhoramentos que beneficiavam toda a zona, a vantagem de possuir terras ainda virgens, nas quais, derrubando matas e iniciando plantações, se obtinham os frutos abundantes que as primeiras colheitas sempre produzem. É o problema da época do povoamento e das circunstâncias diferentes do século XVII e do século XVIII que, ligado ao problema de terras férteis, explica as diferenças entre os núcleos da Bragantina. (LEITE, 1974, p. 69-70).

Tal acentuado crescimento contribuiu para que a região passasse a ser conhecida pelo nome do seu mais importante núcleo: Região Bragantina. Mesmo diante de seu rápido desenvolvimento, Bragança não ficou imune às dificuldades que atingiam a economia e o comércio da Bragantina em seu período de expansão (1769 – 1797), sendo eles: o recrutamento militar, que prejudicou o desenvolvimento da lavoura, na medida em que

[29] Segundo Leite (1974) os solos da Bragantina são oriundos de rochas cristalinas, sendo em geral pesados, com pouca profundidade, o que os torna impróprios para determinadas culturas. São impermeáveis e retém boa porção d'água, o que faz com que a produção não seja prejudicada em épocas de menor pluviosidade. Também possuem alto teor de potássio e significativo teor de matéria orgânica. Em geral, são constituídos de terras razoavelmente boas, denominadas vulgarmente de salmourão, tipos de solos que se adaptam ao cultivo de cereais, como milho, feijão, arroz e mandioca, que constituíram a base da economia bragantina em diversos períodos históricos.

obrigava os homens a deixarem suas propriedades para lutar nas guerras do sul[30]; os caminhos e estradas deteriorados; e, o contrabando de gêneros no comércio (LEITE, 1974).

Além destes problemas acentuados no século XVIII, a Bragantina se deparou com uma busca frustrada pelo ouro, o que ainda implicou em conflitos de limites entre os governos de São Paulo e Minas Gerais. A identificação do ouro na região ocorreu nas margens do rio Jaguari, despertando interesse dos mineiros que visavam cada vez mais à posse de terras paulistas. Mais tarde, percebeu-se que o ouro era muito escasso, o que de um lado atenuou os conflitos, mas, de outro, manteve a Bragantina numa posição modesta no cenário econômico nacional (LEITE, 1974).

Leite (1974) sustenta que a região adquiriu maior florescimento econômico no período de 1797 a 1836, denominado por ela como *Desenvolvimento*. Neste período a sua população apresenta uma maior complexidade social, pois além de ser constituída por grupos de grandes proprietários, lavradores, tropeiros, negociantes e artesãos, o número de escravos era significativamente maior[31] que o período anterior, assim como o número de migrantes provenientes de diversas regiões do Estado de São Paulo e de outros estados do sudeste brasileiro, além de ainda existir um pequeno grupo de imigrantes[32].

A autora coloca que embora não tenha sido uma fase de "extraordinário" crescimento, houve nela um nítido progresso em relação aos períodos anteriores. Esse desenvolvimento pautava-se ainda na produção rural, reforçando sua importância para o cenário econômico regional.

A Bragantina, então, mantinha o predomínio agrário com preponderância de fazendas mistas, sobretudo em Bragança Paulista, voltadas especialmente para a lavoura de milho e criação de suínos. Embora o núcleo urbano representasse a organização política, econômica e social, no qual encontrava-se a sede da organização administrativa local - a câmara, a igreja e o centro comercial -, este apresentava pouca importância, já que sua finalidade era quase que

[30] O recrutamento militar foi motivado para defesa das fronteiras do sul do país das pretensões castelhanas e captura de índios. Neste sentido, foram realizadas diversas expedições ao sul que colocavam em situação de risco a população masculina de São Paulo e dos municípios paulistas. (LEITE, 1974).

[31] Foram registrados como local de origem da população negra e escrava da Bragantina os países Benguela, Angola, Guiné e Congo, assim como estados e cidades brasileiros: Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo, Parnaíba, Minas Gerais, Taubaté, Arraial de São Gonçalo, Jundiaí, Moji e Bragança. Neste período registrou-se o aumento de fugas, desavenças entre escravos e senhores, assim como uma pequena rebelião (LEITE, 1974). Leite (1974) salienta que essa tensão era, entretanto, bem menor que a verificada em outras áreas do Brasil.

[32] Em 1833 havia o registro em Bragança da presença de dez estrangeiros, entre os quais: cinco portugueses, dois italianos, um alemão, um persa e um espanhol. (LEITE, 1974).

complementar o ambiente rural, onde a riqueza econômica regional provinha da produção oriunda da terra (LEITE, 1974).

A importância do ambiente rural frente ao núcleo urbano refletia-se também na organização da vida cotidiana da população, já que a maior parte desta população residia na área rural e raramente deixava o seu ambiente, sendo que vez por outra, uma comemoração religiosa, especialmente as procissões, atraía para a sede os moradores dos sítios e fazendas. O núcleo urbano vivia na grande dependência do campo, pois era ele que movimentava a vila e dele é que saíam os homens que exerciam as atividades chamadas urbanas (LEITE, 1974).

> [...] o núcleo urbano ainda era muito roceiro, muito rural. Além de seus dirigentes serem fazendeiros, por conseguinte homens presos ao campo, a própria sede material da vila não tinha uma organização nitidamente urbana. Ruas em que as cabras e porcos circulam com certa liberdade, em que tropas transitam com frequência, em que se fazem corridas de cavalos, não podiam ser ruas segundo uma concepção urbana. E Bragança era o maior núcleo da Bragantina. Os melhoramentos urbanos também estavam no começo. (LEITE, 1974, p. 216).

Considerando estes aspectos socioeconômicos, Leite (1974) conclui em seu estudo que o desenvolvimento da Bragantina, no período de 1653 a 1836, ocorreu sem grandes complexidades, onde as mudanças ocorridas nos núcleos não afetaram a *unidade* regional por ela enfatizada:

> Atibaia, por exemplo, povoado antigo, que teve um desenvolvimento medíocre, sem graves crises, sem grandes alterações ou bruscas mudanças. Povoação que se tornou vila após um século de seu aparecimento; que viveu numa economia que se prendia ao consumo, mas se abria sem grande destaque ao abastecimento de outros núcleos. Município agrícola e pastoril. Sociedade simples, semelhante à de dezenas de outras vilas brasileiras. Uma história do cotidiano, sem brilhos, nem glórias. História que se registra, porque é acontecimento, mas não empolga e não tem senão pequena repercussão no conjunto da história geral do país. Essa evolução foi também a de Nazaré, que não chegou, inclusive, no período estudado, a ter condições para sua elevação à vila. E, se, Bragança, em decorrência de fatos particulares que a favoreceram, teve maior desenvolvimento, este não foi de modo a alterar a visão geral da Bragantina como zona de ocorrência de mudanças de ritmo lento. (LEITE, 1974, p. 8).

Neste sentido, as mudanças ocorridas na Região Bragantina no período de 1653 a 1836, conforme conclui Leite (1974), apresentam ritmo lento, já que não identificaram-se registros de grandes transformações, grandes curvas de crescimento populacional, de produção e de exportação, não se enquadrando aos grandes interesses mercantis da economia brasileira da época. Foi somente com a produção do café que a Bragantina se ligou, embora modestamente, às áreas que representavam os interesses gerais da economia nacional.

Assim foi, também, quanto às atividades mercantis açucareira e pecuária, as quais embora não tenham ocorrido de forma tão intensa quanto em outras áreas do Estado, estas contribuíram para o início de um efetivo desenvolvimento econômico na região na segunda

metade do século XVIII e início do século XIX, já que antes a economia baseava-se principalmente na cultura de subsistência. Entretanto, a participação da região no ciclo da cana-de-açúcar foi curta e essa atividade, no começo do século XIX, já se encontrava em decadência (SEBRAE, 2000).

Conforme já apontado por Leite (1974) a inserção da Bragantina na produção cafeeira, a partir de 1830, coloca-a no contexto da economia nacional, representando uma nova fase de desenvolvimento econômico regional, como região produtora para o mercado internacional no ciclo que se iniciava (BRAGANÇA PAULISTA, 1998).

Segundo Fadini (2005), embora a produção cafeeira tenha sido significativa na região, ocorreram sérios empecilhos, como a baixa disponibilidade de mão-de-obra e de transportes, além do relevo que devido ao seu aspecto montanhoso com altitude crescente em direção a Minas Gerais, impunha acentuada limitação à expansão da produção.

Uma alternativa identificada para suprir a escassez de mão-de-obra foi o estímulo à imigração européia, sobretudo a italiana, que, a partir de 1860, começou a tornar-se regular, ainda que com fluxo pequeno (SEBRAE, 2000).

Quanto aos meios de transportes, até a chegada da ferrovia, o café era transportado por tropas de muares, provenientes da região de Minas Gerais, com a qual intensificou-se o intercâmbio comercial a partir do século XIX ainda durante o período do açúcar. Este problema somente foi solucionado com a chegada da ferrovia em 1884, quando inaugurou-se a *Estrada de Ferro Bragantina*, ligada à Santos-Jundiaí. O próprio processo de implantação das ferrovias revelou o caráter não preferencial da região para a expansão do café, uma vez que a ferrovia chegou a Bragança Paulista depois de ter alcançado localidades do oeste paulista muito mais distantes do porto de exportação do café (FADINI, 2005).

A partir de 1905, a Região Bragantina presenciou um rápido declínio da sua lavoura cafeeira. Terras mais novas e produtivas atraíram os fazendeiros já capitalizados e outras áreas do interior paulista passaram a destacar-se na produção e exportação desse gênero (BRAGANÇA PAULISTA, 1998).

A produção cafeeira tinha induzido o aumento da população, a formação de novas cidades, o desenvolvimento urbano, a diversificação do sistema de transporte, a expansão do comércio interno, do setor de serviços, do sistema de crédito, da produção e consumo de energia (BRAGANÇA PAULISTA, 1998). Porém com sua decadência, ficaram significativos impactos sócio-econômicos que refletiram-se na redução de empregos, na menor circulação de dinheiro e no empobrecimento de parte da população; bem como ambientais, como o

desrespeito à topografia acidentada e à devastação extensiva da cobertura vegetal que provocou o empobrecimento e até a exaustão quase completa dos solos, intensificando os processos erosivos, originando pastos, sobretudo, nas encostas da Mantiqueira (AB' SABER e BERNARDES, 1958 apud FADINI, 2005).

Mesmo diante destes impactos, a região ainda mantém aquele padrão de transformação mais lento que as demais regiões do estado, como observara Leite (1974). O fato desta região não ter acompanhado em simultâneo os períodos econômicos nacionais e estaduais, devido à dificuldade de acesso - rodovias e transporte - e relevo montanhoso - ocupação limitada nas elevadas altitudes dos topos de morros -, permitiu a manutenção de algumas características históricas, culturais e naturais significativas, relevantes e singulares (FADINI, 2005). Estas características despertariam, mais tarde, interesses de ordens distintas: desenvolvimentistas e ambientalistas, que influenciariam na construção de um quadro socioeconômico mais complexo, acentuando os impactos iniciados com o processo de intensificação da industrialização.

Algumas regiões do estado de São Paulo que declinavam na produção do café voltaram-se, a partir de 1930, para um gradativo processo de industrialização. O capital acumulado pela lavoura cafeeira passou a ser investido, com o incentivo do governo, na indústria substitutiva de importações (BRAGANÇA PAULISTA, 1998).

Mesmo a Região Bragantina tendo apresentado potencial para o desenvolvimento industrial por possuir os atributos necessários por meio da herança da cafeicultura, não acompanhou de pronto tal tendência, consolidando-se como fornecedora de produtos alimentícios e outros gêneros para mercado interno, especialmente para a capital paulista. Bragança Paulista, por exemplo, investiu inicialmente em setores de produção de materiais industrializados de baixa capitalização e de elevada demanda como os de produção de materiais para construção. Neste sentido, a indústria oleira se desenvolveu, produzindo telhas, blocos e tijolos em quantidades que excediam àquelas consumidas localmente, para comercializá-las nas cidades vizinhas, e, especialmente, em São Paulo (BRAGANÇA PAULISTA, 1998).

A industrialização intensifica-se na Região Bragantina em meados da década de 1960, onde os bairros rurais regionais passaram a consolidar-se como importantes áreas voltadas ao atendimento das atividades complementares aos núcleos urbanos, como o incremento do gado, da batata e o trabalho em olarias, sendo esta última, a propulsora da introdução do eucalipto, espécie exótica, para produção de lenha e carvão (FADINI, 2005).

Fadini (2005) em referência à Ab'Saber e Bernardes (1958), aponta que tal quadro impulsionou uma silvicultura itinerante ou uma 'agricultura da lenha', que se mantém até os dias atuais, sendo cada vez mais constante a substituição de áreas de pasto, de matas em regeneração e de antigas áreas de produção agrícola já desgastadas para o cultivo de eucalipto, consolidando em uma importante atividade econômica regional, porém questionável sob o ponto de vista ambiental, dado seu potencial impacto sobre o solo e recursos hídricos.

No que diz respeito ao cultivo de batata, importante atividade entre 1950 e 1960, cabe ressaltar que foi também responsável pela intensificação da imigração japonesa para a região, substituindo parte significativa dos antigos cafezais. Essa atividade, no entanto, pouco contribuiu para fixar o homem no meio rural, pois grande parte dos plantadores de batata arrendavam as terras e rapidamente, depois de dois ou três plantios, em razão das peculiaridades desse cultivo, como doenças e esgotamento do solo, migravam para outras regiões em busca de novas terras. Consequentemente, houve um significativo deslocamento da batata para o Paraná e o sul de Minas e as áreas cultivadas com esse produto foram ocupadas por pastagens e pela expansão da cultura do milho (SEBRAE, 2000).

Conforme já exposto, embora existissem algumas atividades industriais voltadas à transformação e ao beneficiamento dos produtos agrícolas, até o final da década de 1950 o desenvolvimento industrial da região ainda era incipiente (SEBRAE, 2000). A indústria passou a ter um papel transformador mais significativo na Bragantina a partir das décadas de 1960 e 1970, no processo de interiorização da indústria paulista, sendo um marco para o início de um novo período da formação econômica da região, caracterizando-se como de industrialização recente (FADINI, 2005).

Como decorrência do processo de industrialização regional obtêm-se a acentuação do êxodo rural, com consequente expansão das áreas urbanas, muitas vezes sem infraestrutura para receber este contingente populacional, e o advento de problemas urbanos como desemprego, aumento da pobreza, violência, e ainda um maior comprometimento do já fragilizado ecossistema local, a partir da maior vulnerabilidade do solo, água e ar às poluições (FADINI, 2005).

Diante desse contexto de industrialização regional, a Bragantina passa a ser então área de interesse para o desenvolvimento da economia paulista e brasileira, e nesse sentido, diversos empreendimentos foram implantados visando o fomento e assegurar a continuidade da expansão industrial, dinamizando a região e provocando intensas e aceleradas mudanças que já vinham ocorrendo, de forma mais significativa, desde o ciclo do café.

A construção e posterior duplicação de rodovias interestaduais (figura 2) é um reflexo desse atual contexto da região. As Rodovias Fernão Dias, construída em 1961 para ligar São Paulo a Minas Gerais, e a Dom Pedro I, construída na década de 1970, que liga a Região Metropolitana de Campinas ao Vale do Paraíba, ao facilitarem a comunicação com grandes centros urbanos abrindo um acesso para o tráfego de mercadorias e matérias primas, constituem-se como um importante corredor de transporte tanto para abastecer o mercado interno quanto para exportar.

Para autores que desenvolvem estudos socioambientais na região (HOEFFEL; VIANA 1996; FADINI, 2005), o investimento em tais rodovias, também facilitando o acesso à região, conferiu um dinamismo econômico para a Bragantina, exercendo forte influência regional e determinando um processo de expansão industrial e urbana, além de um incremento turístico, porém, de baixo retorno social local.

Esta concepção se relaciona à observação de problemas ambientais e sociais direta e indiretamente ligados às rodovias, tais como: desmatamentos; desvio dos cursos de rios e córregos; supressão de nascentes; alteração do relevo devido aos taludes; assim como aos impactos associados à diminuição da tranquilidade local, em função de acidentes e ruídos em toda a região decorrentes de um tráfego crescente (FADINI, 2005). Ademais, a região passou a ser utilizada para o transporte de mercadorias e matérias primas, instalação de indústrias de grande porte e especulação imobiliária (WHATELY; CUNHA, 2007).

Nesse mesmo período, ocorreu também a construção dos grandes reservatórios[33] (figura 2) que compõem o Sistema Cantareira de Abastecimento de Água, acrescentando mudanças significativas à região de estudo. A implantação destes reservatórios vem suprindo uma considerável porção de água para a Região Metropolitana de São Paulo (66%) e para Campinas (85%), implicando na retirada de 33 m^3/s da bacia, o que provocou o agravamento dos conflitos de uso da água no rio Jaguari e, principalmente, nos rios Atibaia e Piracicaba (ENTRE SERRAS E ÁGUAS, 1998; HOEFFEL; MACHADO; FADINI, 2005).

A formação desse sistema de abastecimento público ocorreu devido à necessidade ocasionada pela urbanização acelerada e pelo intenso crescimento demográfico da metrópole de São Paulo em decorrência do processo de industrialização, iniciado na década de 1950. Identificou-se, assim, a premente necessidade de se encontrar mananciais protegidos distantes

[33] Reservatório do Rio Juqueri (Paiva Castro), em Mairiporã, o único que não integra a Região Bragantina, concluído em 1972; Reservatório do rio Cachoeira, em Piracaia, concluído em 1972; Reservatório do rio Atibainha, concluído em 1973, em Nazaré Paulista; e o Reservatório dos rios Jaguary e Jacareí, concluído em 1981, nos municípios de Vargem, Bragança Paulista, Joanópolis e Piracaia. (FADINI, 2005).

dos grandes centros urbanos, e assim teve início, em 1965, a implantação do Sistema Cantareira, inaugurado em 1973, entrando em operação no ano posterior (WHATELY; CUNHA, 2007).

Este empreendimento implicou no deslocamento compulsório de sitiantes de diversos bairros rurais da região. Como apontado por pesquisadores que se dedicaram a estudar tal fenômeno (HOEFFEL; VIANA, 1996; RODRIGUES, 1999), o impacto sobre tais bairros foi significativamente marcante, pois implicou na inundação de áreas dos vales, das várzeas e das terras férteis, supressão de nascentes e afluentes da bacia hidrográfica, bem como a desapropriação dos moradores de suas terras, provocando uma desorganização das atividades econômicas e culturais, inviabilizando parte da agropecuária, provocando, consequentemente, o êxodo rural[34].

Outro aspecto importante que cabe destacarmos refere-se ao fato de que a construção dos reservatórios, ocorrida no contexto político autoritário do final dos anos 1960, apresenta a característica geral da implantação dos grandes empreendimentos públicos do período da ditadura militar brasileira, na qual a população diretamente afetada ficava à margem do processo decisório (RODRIGUES, 1999). Neste sentido, o processo de deslocamento compulsório ao qual os sitiantes da Região Bragantina ficaram submetidos com a construção destes reservatórios

> transcorreu numa conjuntura político-social temporalmente delimitada, em que a construção de uma obra de iniciativa estatal, da natureza de um projeto hídrico para abastecimento, não era submetido às restrições legais do legislativo e órgãos ambientais como o é no presente. Assim, sob a égide de um regime político autoritário, cuja estratégia de legitimação adveio de um modelo de desenvolvimento econômico, ficou a população deslocada, submetida a uma determinação legal e à determinações da própria obra. (RODRIGUES, 1999, p. 12).

Sob o ponto de vista de gerenciamento dos recursos hídricos regionais, Vargas (1997) considera a situação crítica tanto em termos de vazão quanto de usos – urbanos, industriais e agrícolas - e enfatiza a necessidade de um gerenciamento especial que considere um monitoramento da qualidade e quantidade dos recursos hídricos, uma gestão integrada que envolva usuários e Estado e a implantação de programas de racionalização do uso da água. O autor ressalta também os problemas gerados pelo Sistema Cantareira, que ao reverter água para a Região Metropolitana de São Paulo agrava os conflitos hídricos e sociais na região.

[34] Os sitiantes desprovidos dos títulos de terras, fato ainda muito comum em determinados bairros rurais, não dispunham de nenhum direito legal sobre a propriedade e foram excluídos do processo de indenização. As indenizações pagas pelas terras foram insuficientes até mesmo para a aquisição de outra propriedade nos centros urbanos como Bragança Paulista, Nazaré Paulista, Bom Jesus dos Perdões, dentre outras. (RODRIGUES, 1999).

Cabe também destacar que as rodovias associadas aos grandes reservatórios (figuras 4 e 5) conferiram em uma nova dinâmica à região, impulsionando novas atividades econômicas, das quais destaca-se o turismo pautado essencialmente no mercado imobiliário, cujo principal apelo publicitário é o ambiente bucólico em meio à natureza preservada. Estas características despertaram o interesse de novos moradores vindos dos grandes centros urbanos por estas localidades, que não se limitam apenas aos bairros 'banhados' pelas represas, mas também aos bairros rurais, cujo acesso é facilitado pelas rodovias (HOEFFEL; FADINI; SUAREZ, 2007).

Figura 4 - Rodovia Fernão Dias

Rodovia Fernão Dias em trecho de mata atlântica
Fonte: Whately e Cunha (2007)

Figura 5 - Rodovia Dom Pedro I

Rodovia Dom Pedro I sobre reservatório do Sistema Cantareira
Fonte: Whately e Cunha (2007)

Os interesses especulativos no setor imobiliário, impulsionados pela expansão turística, provocou a fragmentação das terras próximas ou não das represas, onde têm sido criados loteamentos regulares e também clandestinos, para a instalação de chácaras de lazer. Deste modo, moradores de outras regiões e até mesmo de outros estados passaram a adquirir tais terras, já que parte significativa dos pequenos proprietários rurais não consegue mais, devido às dificuldades econômicas e valorização de terras para o mercado imobiliário, manterem-se no campo exercendo as atividades tradicionais (HOEFFEL; FADINI; SUAREZ, 2007).

Ressalta-se que muitas vezes esse processo de especulação imobiliária articula-se às extensas áreas de pasto, que gradativamente deixam de ser produtivas e tornam-se áreas de reserva de mercado, aguardando o momento oportuno para serem incorporadas ao processo de especulação imobiliária (HOEFFEL; MACHADO; FADINI, 2005).

Diante desse quadro de conflitos de interesses e de usos, o governo do Estado de São Paulo designou a região[35] que comporta os grandes reservatórios da Cantareira como unidade de conservação ambiental[36] de uso sustentável: Área de Proteção Ambiental – APA, tendo em vista a manutenção e melhoria da qualidade da água, especialmente nos municípios localizados no entorno dos reservatórios do Sistema Cantareira, que abastecem a Região Metropolitana de São Paulo.

Criou-se então as *APA's*[37] *Piracicaba Juqueri-Mirim Área II* (1987), e a *Sistema Cantareira* - a qual sobrepõe-se a APA Piracicaba Juqueri-Mirim – (1998) (figura 2). De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (2000), que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação, conceitua-se como APA:

> Uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem estar das populações humanas e tem como objetivo básico proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. (BRASIL, 2000).

Como observado por HOEFFEL et al (2008), apesar desta medida ter propósitos justificáveis sob o ponto de vista da conservação, a mesma porém, implicou para as populações rurais restrições econômicas significativas em relação ao uso da terra e de práticas agrícolas, como, por exemplo, a proibição de cultivos temporários no entorno do reservatório, que se tornaram desafios a serem resolvidos. Os autores verificaram que embora alternativas de renda sustentáveis tenham sido analisadas, apenas algumas iniciativas pontuais foram implementadas por indivíduos, Instituições Públicas ou Organizações Não Governamentais locais.

---

[35] São os municípios que integram a APA Sistema Cantareira: Mairiporã, Atibaia, Nazaré Paulista, Piracaia, Joanópolis, Vargem e Bragança Paulista. A APA Piracicaba Juqueri-Mirim - Área II é composta pelos municípios: Nazaré Paulista, Piracaia, Pedra Bela, Bragança Paulista, Tuiuti, Vargem, Amparo, Campinas, Holambra, Jaguariúna, Joanópolis, Monte Alegre do Sul, Morungaba, Pedreira, Pinhalzinho, Serra Negra, Socorro, Santo Antônio de Posse.

[36] As unidades de conservação foram criadas com o objetivo de minimizar os impactos ambientais causados pela ocupação desordenada em áreas com características naturais e culturais singulares, assim como difundir na sociedade a importância da preservação e conservação (SÃO PAULO, 2000). De acordo com SNUC (2000) entende-se por unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

[37] O processo de regulamentação das referidas APAs iniciou-se somente em 2009 com a criação do Conselho Gestor Unificado das APAs Piracicaba/Juqueri-mirim - área II, Sistema Cantareira e Bairro da Usina.

No ano de 2010, sob as justificativas de assegurar a produção de água com qualidade para a Região Metropolitana de São Paulo, conforto climático, belas paisagens, lazer e a conservação da biodiversidade o Governo do Estado de São Paulo a criou um mosaico de unidades de conservação denominado como Sistema de Áreas Protegidas do Contínuo da Cantareira: Serras do Itaberaba e Itapetinga[38] (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2010).

Na Região Bragantina esse sistema de áreas protegidas atingiu os municípios de Atibaia, Nazaré Paulista e Bom Jesus dos Perdões, por meio dos Parques Estaduais de Itaberaba[39], em menor proporção, e Itapetinga[40], além do Monumento Natural Estadual da Pedra Grande[41] (figura 2).

Todas estas UCs enquadram-se na categoria de proteção integral, sendo a categoria Parque, a mais restritiva, implicando na desapropriação de moradores e atividades econômicas que estejam inseridos na área delimitada. Estas medidas reforçam a idéia de que a gestão brasileira, e estadual, sobre os recursos naturais é direcionada sob uma visão ambiental conservacionista, que reflete, como apontado por Fernandez (2009), uma concepção antagônica da relação homem natureza, e que defende sistematicamente a criação de espaços integralmente protegidos das interferências humanas.

Observamos a partir dessa breve contextualização histórica da Região Bragantina, que percorreu os 400 anos de sua existência e desenvolvimento, que os bairros rurais foram, e são, o palco das principais mudanças ocorridas frente ao franco processo de expansão urbana regional. A participação tardia, e em muitos casos efêmeras, nos ciclos econômicos nacionais revelaram um ritmo de crescimento regional lento e até mesmo considerado sem grandes complexidades, a exemplo das análises de Leite realizadas em 1974.

Com a intensificação da industrialização, os bairros rurais configuraram-se em áreas de interesses para suprirem necessidades implícitas à expansão urbana, como reservas de terras para o mercado imobiliário e industrialização; nascentes, rios e demais corpos d´água

[38] A nomenclatura refere-se à ampliação do sistema de áreas protegidas regional e compor, conjuntamente com o Parque Estadual da Cantareira, um extenso remanescente florestal protegido de toda a região metropolitana de São Paulo. Para tanto, criou-se as unidades: Parques Estaduais de Itaberaba e de Itapetinga, o Monumento Natural Estadual da Pedra Grande e a Floresta Estadual de Guarulhos, totalizando uma área de 28,6 mil ha (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2010).

[39] O Parque Estadual de Itaberaba abrange parcialmente os municípios de Guarulhos, Mairiporã, *Nazaré Paulista*, Arujá e Santa Isabel.

[40] O Parque Estadual de Itapetinga atinge parte dos municípios de Mairiporã, *Nazaré Paulista*, *Atibaia* e *Bom Jesus dos Perdões*.

[41] O Monumento Natural Estadual da Pedra Grande abrange parcialmente *Atibaia*, *Bom Jesus dos Perdões*, Mairiporã e *Nazaré Paulista*.

para abastecimento das populações dos grandes centros urbanos; natureza e beleza cênica voltadas às necessidades de lazer, turismo, preservação ambiental e estabelecimento de novas moradias de demandas surgidas nos grandes centros urbanos.

A partir dos estudos que abordaram a questão da transformação é notável como o ritmo do desenvolvimento regional acentuou-se, de modo a provocar na região múltiplas territorialidades, geralmente decorrentes de processos conflituosos, a partir do qual as diferenças entre determinados municípios, bairros, acentuam-se em muito, diferentemente da realidade identificada por Leite (1974) em seu período estudado, provocando novas re-configurações territoriais.

1.3 Boa Vista dos Silva: um bairro rural paulista em transformação

O Bairro Boa Vista, localizado na região sul de Bragança Paulista, teve a sua formação iniciada ao final do século XIX, tendo como principais moradores os imigrantes italianos, os quais, em sua maioria vieram ao Brasil como colonos das fazendas produtoras de café, dos quais muitos a partir do trabalho árduo no campo conseguiram estabelecer suas próprias áreas produtivas, especialmente voltadas ao plantio de café. As terras da região em que encontrava-se o Boa Vista consideradas férteis e baratas atraíram diversas famílias para o local que também era dotado de uma significativa biodiversidade e recursos hídricos (BARLETTA, 2000).

Segundo Camargo (2004) o grupo mais numeroso de imigrantes para o Brasil foi o dos italianos, que foram obrigados a deixar seu país pela situação de guerra e de miséria em que se encontravam no final do século XIX. Um dos fatores que contribuiu para que estes colonos imigrantes se emancipassem era a possibilidade de venda, troca ou transformação do que excedia ao consumo familiar nas roças de subsistência e criação de animais que lhes era permitido, o que possibilitava ao colono possuir uma reserva para comprar uma pequena propriedade. Assim, os colonos italianos também acabaram por se tornar verdadeiros nômades, mudando-se ao final da colheita em busca de vida melhor, de melhores terras e condições de trabalho (SETUBAL, 2005).

A topografia acidentada da Região Bragantina também remetia a estes imigrantes lembranças de sua terra natal e o Bairro Boa Vista ainda apresentava uma característica bastante peculiar sob o ponto de vista paisagístico, pois de qualquer um de seus espigões era possível visualizar as formações mais elevadas da Mantiqueira na região, como o Pico do Lopo - Vargem, a Pedra Grande - Atibaia, a montanha do Guaripocaba - Bragança Paulista e a

montanha do Paco - Piracaia, característica que certamente está relacionada à sua denominação (BARLETTA, 2000).

Cabe destacar que a primeira família a se estabelecer no Boa Vista foi a Silva Pinto, tendo como patriarca o lavrador Francisco da Silva Pinto, e paulatinamente, outras famílias vieram para o bairro (BARLETTA, 2000). Os imigrantes italianos mostraram uma grande abertura em relação ao modo de vida local, "tanto que logo se assistiu a uma caipirização de seus costumes" (SETUBAL, 2005, p. 25), resultando em uma nova dinâmica cultural e sócio-econômica local, que também influenciaria na auto-organização espacial do bairro, especialmente no que diz respeito às suas delimitações e denominações.

A partir das pesquisas em campo pude observar que, na verdade, houve uma re-organização espacial, na qual o Boa Vista foi subdividido em Boa Vista dos César, Boa Vista dos Rosa, Centro Rural, Boa Vista dos Buoso e Boa Vista dos Silva, sendo este último o núcleo mais antigo. Os fatores determinantes para a delimitação dos bairros estavam relacionados principalmente ao parentesco e à propriedade:

> *Não existia Boa Vista dos Silva naquele tempo, faz mais ou menos uns sessenta anos pra cá, é por aí. É porque tinha gente de sobrenome dos Silva, os mais véio era os Silva então colocou Boa Vista dos Silva.*
>
> Dona Benedicta

> *E o pai dela* [de Dona Azélia] *é nascido e criado por aqui, nasceu e morreu aqui. Toda a vida foi daqui. A família... o Bairro é do Boa Vista dos Silva e ele era Geraldino da Silva Pinto* [filho de Francisco da Silva Pinto]. *O bairro era um sítio grande.*
>
> Seu Idalmiro

> *O meu pai tinha esse sítio aqui, mas não era só esse aqui. Porque se fosse tudo daqui, era uma fazenda, né? Só que ele tinha essa parte aqui, era tudo dele e pra fora daqui tinha mais dois sítio do tamanho desse aqui.* [...] *Geraldino da Silva Pinto e Rosa Gomes da Silva.*
>
> Dona Azélia

Candido (2001) observa que muitas vezes o surgimento de um bairro rural está relacionado à origem familiar:

> O bairro, com efeito, podia ser iniciado por determinada família, que ocupava a terra e estabelecia as bases da sua exploração e povoamento. [...] Ao fundamento territorial, juntava-se o vínculo da solidariedade de parentesco, fortalecendo a unidade do bairro e desenvolvendo a sua consciência própria. (CANDIDO, 2001, p. 101).

No que diz respeito ao Boa Vista, a formação de novos bairros, resultante de uma subdivisão, estava relacionada muito mais à chegada de diversas famílias imigrantes do que à ampliação da família Silva Pinto. A subdivisão da propriedade entre os familiares não implicou na criação de novos bairros - como verificado por Candido (2001) em Bofete - visto que os descendentes da família Silva Pinto, dos quais muitos casaram-se com italianos, estão concentrados na mesma porção do Boa Vista, a *dos Silva*.

Cabe ressaltar que o bairro, entretanto, apresenta um movimento migratório bastante dinâmico, pois além da presença de descendentes de italianos, se estabeleceram no bairro imigrantes japoneses motivados também pela possibilidade de produzir cultivos agrícolas, sobretudo de batatas. Posteriormente, o bairro contou com a presença de migrantes nordestinos, vindos principalmente do estado de Alagoas, além de migrantes de outras regiões do estado de São Paulo. Há também citadinos que migraram para o bairro em busca de moradia própria e de baixo custo, os quais mantém o trabalho na cidade. Esse dinamismo acentua a multiplicidade no território.

Esse aqui é tudo japoneizada [...] *era colega.*
Esse aqui era um conhecido nosso.
Nóis trabaiava com japonês, então tinha
muito conhecido, nóis ia em festa de japonês
tudo ia, nóis ia em festa de japonês e
tinha mais pro lado de Atibaia [município vizinho de Bragança Paulista].

Dona Benedicta

Esse aqui era os nosso patrão, que nóis trabaiava, nóis plantava batata, eu trabaiei sete ano pros japonês. Eles chegaram aqui, que eu tinha 12... Acho que chegou com 15 ano, chegou aqui, não sei, não lembro bem... O único que usava sapato era só os japonês, trabaiei sete ano com japonês de pé no chão, no meio da geada, e os japonês com seu sapato. Eles usava um negócio na mão assim pra não queimar as mão deles. Só eles usava, mas os outro tudo descalço, de quarquer jeito usava, não é igualzinho agora.

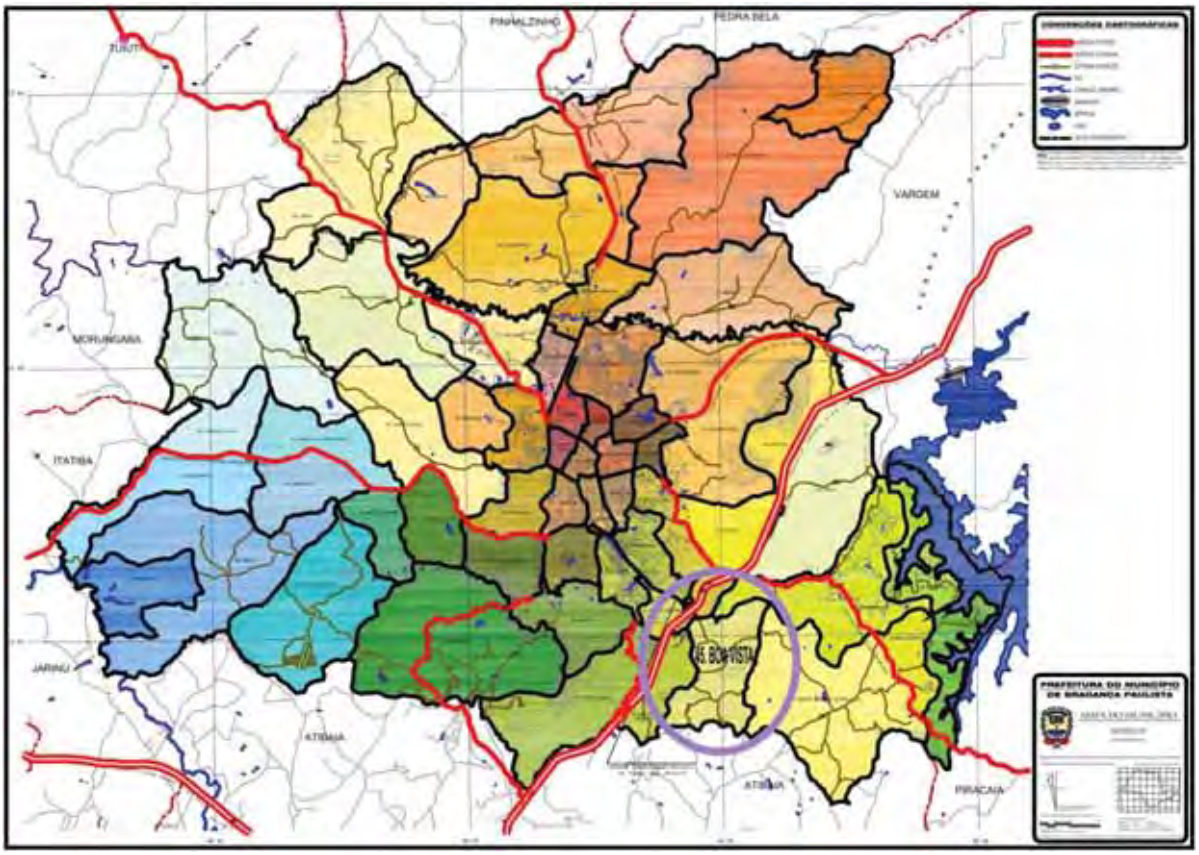
Dona Benedicta

Esse aqui é a italianada, tudo italiano, dos mais antigo mesmo, esse aqui tá, acho que são só que tá vivo é esse e esse aqui só, os outros já faleceu. É os meu tio, esse aqui é irmão do meu pai, irmão do meu pai, tudo italiano sabe?

Dona Benedicta

No entanto, o Boa Vista em suas múltiplas territorialidades não é reconhecido pelo poder público, sendo este representado no Plano Diretor, importante instrumento de organização territorial, como um único bairro com delimitações claras e bem definidas (figura 6).

Figura 6 - Abairramento de Bragança Paulista



Mapa de abairramento de Bragança Paulista de onde é possível verificar as delimitações do Bairro Boa Vista no Plano Diretor do município (2007)
Fonte: Bragança Paulista (2007)

Como identificado por Sperendio e Hoeffel (2010) o Boa Vista dos Silva apresenta uma produção agrícola[42] (figura 7), pautada especialmente no cultivo de tomate, flores e hortaliças, bastante expressiva para o município de Bragança Paulista, visto que parte significativa da área agrícola dos bairros vizinhos ao Boa Vista dos Silva foi inundada com a construção do Reservatório dos Rios Jaguary/Jacareí pertencente ao complexo de abastecimento público Sistema Cantareira.

[42] Em 2008 foram registradas pela CATI 74 unidades produtivas agrícolas, numa área total de 1.312,0 hectares, das quais também encontram-se aquelas destinadas ao reflorestamento de eucalipto e à criação de gado de corte e leite (SPERENDIO; HOEFFEL, 2010).

Figura 7 – Usos agrícolas no Boa Vista dos Silva

Fonte: Autora (2010)

Os autores ainda chamam a atenção para a questão da segurança do trabalhador rural do Boa Vista dos Silva em relação ao uso extensivo e inadequado de agrotóxicos, que por sua vez, contamina o solo e o lençol freático, culminado em potencial disseminador de doenças para os produtores agrícolas e moradores locais (SPERENDIO; HOEFFEL, 2010).

Embora a atividade agrícola ainda esteja presente e diversificada no Boa Vista dos Silva, ela não é prioritária para o desenvolvimento local, sendo o turismo reconhecido como importante meio de desenvolvimento, como podemos observar no Plano Diretor (2007), em sua Seção II - das Macrozonas, que estabeleceu o Bairro Boa Vista, do qual o Boa Vista dos Silva faz parte, como *macrozona rural urbanizável*, definida como:

> Aquela destinada à exploração rural, turística e de lazer, em que a ocupação deve ser especialmente planejada, visando: a) explorar as potencialidades da região, incentivando o turismo rural; b) ao ordenamento e ao direcionamento de áreas urbanizadas localizadas próximas aos núcleos rurais produtivos; e c) consolidar a tendência local em ocupação para fins de lazer. (BRAGANÇA PAULISTA, 2007).

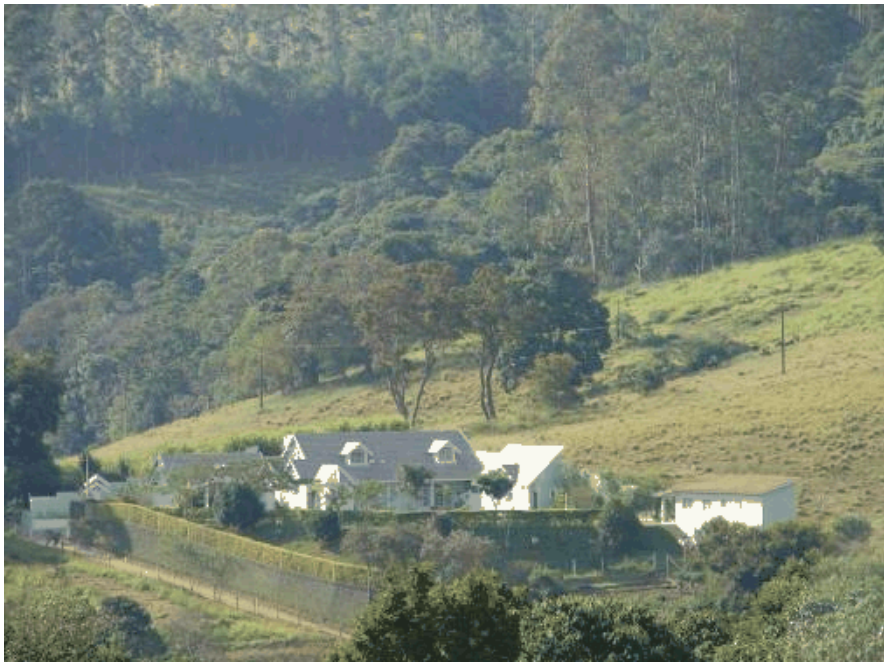
De fato, o turismo no local é crescente e o fato do Plano Diretor pretender “consolidar a tendência local em ocupação para fins de lazer” reflete um interesse em estabelecer políticas públicas que fomentem esta atividade no Boa Vista. No entanto, cabe questionar sobre *qual* turismo busca-se para estas áreas.

Estudos sobre o fenômeno do turismo na Região Bragantina observaram que a sua fundamentação se dá, principalmente, pela especulação imobiliária associada a empreendimentos de alto impacto social e ambiental, como a duplicação das rodovias interestaduais Fernão Dias e Dom Pedro I e a implantação do Sistema Cantareira, culminando em diversos conflitos socioambientais, especialmente no que diz respeito ao uso e ocupação do solo (HOEFFEL et al., 2008).

Estes empreendimentos ao facilitarem o acesso e estimularem a criação de uma imagem de paraíso natural associando os remanescentes de Mata Atlântica aos reservatórios do Sistema Cantareira como "natureza preservada", constituindo em um lugar tranquilo, de beleza cênica, ideal para o lazer e descanso, atraem, assim, diversos turistas vindos, em sua maioria, da capital do estado de São Paulo que se hospedam em condomínios fechados e em chácaras de lazer (HOEFEL; FADINI; SUAREZ, 2007).

O turismo ocorrente no Boa Vista dos Silva é aquele denominado como *turismo de segunda residência* (figura 8), que é realizado por turistas que possuem residência em um determinado local para ser utilizada somente nos finais de semana, feriados prolongados e férias, ou como nas palavras de Tulik (1995, p. 21) "um alojamento turístico particular, utilizado temporariamente, nos momentos de lazer, por pessoas que têm seu domicílio permanente num outro lugar".

Figura 8 – Segunda residência no Boa Vista dos Silva



Fonte: Sperandio e Hoeffel (2010)

Assis (2003) observou que o refúgio frequente dos turistas em suas residências secundárias acaba por influenciar na construção de identidades e territorialidades, entendidas também como um campo de forças, que muitas vezes, desencadeiam conflitos sócio-culturais entre a população ‘veranista’ e a ‘nativa’.

Neste sentido, é notável a divisão simbólica estabelecida entre os moradores locais e aqueles que possuem chácara de lazer, marcada, principalmente, pelo fato de não haver um convívio social entre os grupos.

Certa vez, quando estava realizando os primeiros trabalhos de campo no Boa Vista dos Silva, bati na porta de uma propriedade, sem saber se era de lazer ou de moradia, um homem me atendeu e disse à ele que estava procurando obter informações a respeito dos costumes, da história do bairro, e ele logo respondeu: *“- Ah, eu não sou daqui... Nisso aí quem pode te ajudar são os moradores mesmo”*.

Capítulo 2 MEMÓRIAS E TERRITORIALIDADES EM MOVIMENTO

Era uma estrada cheia de árvore... Esse não é do meu tempo, era tempo dos tropeiros. Você já ouviu falar. Então, tinha uma estrada lá que eles, isso já vem contado dos mais antigos, tinha uma estrada de tropeiro que passava lá; diz que passava até por aqui perto de casa, eles andava com aqueles burros, sabe? Naquele tempo nem era cargueiro, era tropa memo, ponhava aqueles malão em cima dos burro, que a turma conta. Na televisão às vezes passa isso. E diz que quando morria gente no caminho sabe o que eles faziam? Porque não tinha cemitério, aonde morria, eles enterrava. Diz que aqui nessa casinha do meu vizinho, ali enterraram um daquele tempo da tropa ainda. Que eles enterravam em quarquer lugar, esse a minha mãe contava que vinham contando pra ela também, porque nóis não lembra desse tempo, nóis... quando que eu vou lembrar desse tempo dos tropeiro? Ah, coitada! Eu lembro esses negócio de cargueiro, carro de boi, até lembro, carro de boi ainda tem. Cargueiro quase não tem mais... mas antigamente tinha trole, mas na televisão ainda tem trole, sabe o que que é trole? É aquele igualzinho charrete, mas tem quatro rodas e era puxado por cavalo memo; charrete era de duas rodas e o trole era quatro e é mais compridinho na frente, mais compridinho atrás. Mas o dos tropeiro eu não lembro, esse aí a minha mãe contava que ele andava. Aqui não passava carro, só assim, cavalo, boi, essas coisa, isso aí eu lembro. Passava aqui a boiada e passava também as ovelha, era bonito viu? Às vezes ficava uma ovelha atrás, a turma pegava. Depois nunca mais passou, começaram a trazer transporte como caminhão né? A estrada aqui é muito rodada credo! Vai fazer pista aqui, agora vai ficar mesmo um... vai ficar uma estrada que é muito perigoso. Mas cada distância tinha uma cancela pra abrir. Era difícil sair viu? Precisava ir uma outra pessoa pra abrir, é isso aí eu lembro, até aí eu lembro. Agora eu lembro do tempo antigo meu, mas o bem antigo mesmo os outro nem sabe. Os outro por aí que tem 40, 50 ano, não sabe nada, ah, coitado! É que a idade da gente já tá 70 ano, dá pra lembrar de arguma coisa né?

Dona Benedicta

> [...] *O irmão da minha esposa é antigo também. Não antigo, antigo, porque antigo era o pai dela, né? Mas a gente que foi criado por aqui, a família é tudo daqui mesmo, a gente não sabe o que se passava lá pra trás do meu sogro. Mas pra frente a gente sabe, a gente viveu muito tempo junto aqui, o casal de véio. Então a gente num... e n'aí, na época que começamo conhecer por gente, as coisa num tinha muita... era como era. Quando a gente começou conhecer esse bairro aqui era tudo mato, não tinha terra plantada, fazia planta nos outros lugares pra fora; suponhamo que tinha lavoura de café bastante e terreno pra fora e aqui era só mato. E os vizinho tudo afastado um do outro, não se ouvia barulho; energia elétrica num tinha, só lampiãozinho de querosene. Aí acendia uma luzinha lá e acabou.*
>
> *A estradaiada era tudo ruim mesmo e ficou muito tempo assim, só depois que veio incentivando. A gente começou a entrar naquela área, suponhamo, não é falando isso aí pra querer se engrandecer, pra se aparecer não. Não, político nunca fui, só que a gente foi entendendo o direito que a gente tinha,aí a gente começou a se meter no meio, eu e mais um companheiro, fomo na prefeitura. O prefeito atendeu a gente, aí a prefeitura negou, falou que não podia fazer a estrada. Então... pagamo. Todo mundo do bairro inteiro, eu e o outro rapaz, suponhamo, era os cabeça. Conversamo com todo mundo e cada pessoa dava uma quantia de dinheiro, assim que podia. Tinha argum que dava mais, até gente de fora ajudava. Não é eu que fiz, nem a prefeitura que fez. Então, com bastante mais força, aí eu peguei o dinheiro paguei a máquina de estrada de Vargem, aí abrimo a estrada e o vice-prefeito de Vargem, da prefeitura do outro lado, arrumou um caminhão dele pra puxar terra pra gente.* [...] *Daí abrimo toda estrada. Mas tudo foi nóis que fizemo, porque política toda a vida é assim mesmo: só faz pra ele, pra gente não se faz nada. Então tem que ter uma pessoa que tome providência. Quando tem uma reunião de política, quando eu tô lá dentro, a turma arguma coisa nem fala, nem fala porque já sabe... Então é por aí assim. Então a gente é bem antigo. E aí vai mudando.*
>
> Seu Idalmiro

Rememorar não é reviver o passado fidedignamente, como enfatiza Bosi (1994), mas sim transformá-lo em uma nova vivência atribuída de novos sentidos e significados no tempo presente. E é sob esta perspectiva que as narrativas sobre as experiências de vida no Bairro Boa Vista dos Silva pelos seus moradores *mais antigos* são aqui apresentadas, cujos fios das lembranças estão envoltos numa trama coletiva.

2.1 Os narradores

2.1.1 Benedicta Apparecida Magiolli

O meu primeiro contato com Dona Benedicta, de 70 anos, foi durante um jogo de futebol num campo do bairro próximo a sua residência. Na ocasião ela estava vendendo, com seu esposo Seu Toninho, salgados e bebidas para o público presente. Perguntei sobre as festas do bairro e ela contou que sempre realizava festa, principalmente pra São Gonçalo, em seu terreiro.

Então fiquei de retornar ao bairro para saber mais das festas, porém isso somente ocorreu um ano depois e Dona Benedicta não lembrava-se de mim, mas, muito simpática, concordou em me receber um dia em sua casa para contar as histórias do bairro.

Nos primeiros contatos ela não se mostrou muito disposta a contar tais histórias e pensei que seria difícil envolvê-la diretamente na pesquisa. E foi quando ela me mostrou um livro que retratava as casas antigas de diversos bairros rurais - e parte da história dos mesmos - que quase tive certeza de que ela não estava mesmo interessada, pois Dona Benedicta ao observar a minha surpresa com a quantidade de imagens fotográficas de Bragança Paulista contidas no livro, disse de forma espontânea:

> *Por isso que eu falo pra você, já tá tudo escrito é mais fácil pro cê. A gente num precisa ficar contando.*

Então respondi de imediato:

> *Ah...mas com certeza a senhora tem mais histórias pra contar do que está escrito aqui!*

E foi assim que iniciamos as nossas entrevistas e a cada encontro ela se mostrava interessada em contar as histórias do *tempo dos antigos*, como dizia. Benedicta é uma mulher muito bem humorada e, assim, como não poderia deixar de ser, suas narrativas são marcadas por risadas e exclamações, reflexos de sua espontaneidade:

> *Uma vez eu fiquei de tirar uma foto dentro da capelinha com dois vaso de flor, ah coitado! Saiu só... saiu só os vaso de flor, não saiu eu. Ô mai...* [risos].

Ao observar uma foto em que estava com os filhos na charrete, na qual *ia pra cima e pra baixo*, se perde no reconhecimento dos filhos:

Ói, era tudo meus filhos!
Então, esse aqui é o filho mais velho, esse aqui o segundo,
e o...esse aqui...ué? Eu tô confusa com as criançada, era... o Nivaldo esse, é o Norivaldo, o Norail,
o Nivaldo, Nelson e Nilson. Eu não tinha ainda os mais novo.
Tinha só cinco filhos aqui quando tirou a foto.

Assim, mesmo ao narrar episódios tristes como o falecimento de um dos seus filhos e o acidente de sua mãe no monjolo, ou mesmo quando preocupa-se com a diminuição de algumas festas religiosas, sua fala não é melancólica, o que não significa insensibilidade perante à lembrança.

Foi sob este clima que Benedicta me recebeu em sua casa e narrava suas lembranças, trajetórias de vida. Filha de italiano casado com brasileira nasceu e criou-se no Bairro Boa Vista dos Silva e desde a infância até a vida adulta casada trabalha no campo. Para ela a aquisição da primeira caminhonete da família utilizada para a comercialização de sua produção de hortaliças na feira de Bragança Paulista, foi um importante marco em sua trajetória de vida:

E esse aqui é a lembrança do caminhonete, que a gente tinha seis filho aqui, e esse aqui foi o primeiro caminhonete que nóis compramo pra trabalhar, pra fazer feira, primeiro caminhonete, de 1951.

Dona Benedicta era namoradeira e dizia que nunca imaginava casar com seu atual esposo, Seu Toninho, também lavrador e nascido no bairro, e violeiro, com quem teve sete filhos, pois viviam brigando quando criança:

> *Imagine! O meu marido!?! O meu marido, estudei junto com ele na escola! Nessa escola que abriu lá, nóis estudamo junto; brigava, se pegava, ele brigava com o meu irmãozinho* [...]*, tinha que apartar a briga dos dois. Eu maltratava ele, xingava ele de cascudo, maltratava ele de tudo quanto era nome, depois foi ficando, ele foi crescendo, eu também, no fim ele namorou tantas moças, eu também tanto; até japonês namorei, e depois fui casar com ele. Pra onde vai as coisas!*

Ao relembrar este episódio ela começa a procurar as fotos de seu casamento e pede que eu as fotografe:

Ah...tira de noiva porque é antigo também. Dá pra tirar os dois de a par? Esse aqui é de 1961, [19] *61 nóis tiremo essa foto aqui, eu e meu marido casamo em* [19]*61. Preto e branco é bem antigo...*

Esse aqui é da dupla Franco e Zé Verdade, é o nome dele, o meu marido era Franco, que tocava viola, e o irmão dele era Zé Verdade, tocava violão. Era violeiro.

Dona Benedicta e seu esposo davam Festa pra São Gonçalo com bastante frequência, mas após a fatalidade com seu filho, não mais as realizou em seu terreiro, pois para o seu esposo a lembrança da morte do filho, que gostava e participava ativamente nas festas, sempre foi muito difícil, tanto que não há nos cômodos de sua casa fotografias do filho falecido.

A sua sala é repleta por retratos de seus familiares, especialmente dos netos, e também possui alguns quadros que ela trouxe de Aparecida do Norte, pois se identificou muito com a paisagem retratada. Para ela a pintura da paisagem rural, as moradas, as cercas, enfim cada detalhe representado remete ao seu bairro, diferentemente dos quadros que têm casas *modernas*, de *grã-finos.*

Para Benedicta, tudo que remeta ao passado do Boa Vista dos Silva, envolvendo o trabalho no campo, a paisagem, a arquitetura, é apreciado por ela, incluindo-se também o cinema. Quando perguntei quais os filmes preferidos ela respondeu apenas gostar dos filmes do Mazzaropi, os únicos que consegue assistir até o final, por conta da paisagem e também pela comicidade do ator.

Benedicta em todo o período de contato sempre surpreendeu, seja com uma fotografia nova, seja com uma história nova. Na última vez que a encontrei, para ter notícias suas e falar sobre o andamento da pesquisa, na hora em que estava indo embora ela me contou ter trabalhado num circo no bairro e eu surpresa disse:

> Pesquisadora: *Você nunca me contou!*
>
> Dona Benedicta: *Ah, ainda tem muita coisa que você nem sabe....não posso contar tudo de uma vez* [risos]!
>
> Pesquisadora: *Então, tá... quero saber dessa história direito depois hein* [risos]?

2.1.2 Idalmiro Nunes de Macedo

O principal motivo que me levou a bater pela primeira vez na casa de Seu Idalmiro foi a estrutura de sua moradia, a existência da capela, do terreiro de café, o rancho, a árvore. Quando ele me atendeu estava de chapéu, bota, com a camisa e calça dobradas, logo percebi que havia interrompido o seu trabalho no trato de sua pequena criação.

Muito desconfiado conversou comigo no portão e quando comentei que estava interessada na cultura e história do bairro, logo respondeu: - *Isso aí é com a gente mesmo*, então confirmei se onde estava ainda era o Boa Vista, pois na época eu ainda não estava familiarizada com o bairro, e ele enfatizou: *aqui é o Boa Vista* ***dos Silva*** e isso me intrigou já que as minhas pesquisas nos órgãos municipais indicavam apenas a existência do Boa Vista...

Certa vez, Seu Idalmiro comentou que outras pessoas quiseram conversar com ele sobre os recursos hídricos locais, mas não quis *dar muita atenção,* pois não se interessava pelo assunto e confessou que decidiu me atender por eu me interessar pelo *tempo dos antigo,* pois percebe que nem todas as pessoas têm esse tipo de interesse nos dias de hoje.

Seu Idalmiro, de 81 anos, nasceu no bairro e casou-se em 1953 com Dona Azélia, descendente da família Silva Pinto, com quem teve três filhos, e orgulha-se de ter colaborado no desenvolvimento do bairro através de seu ofício, o de lavrador, atuante até os dias de hoje.

Esses aqui é uma lembrança né? Não é isso aí? Quer dizer que tudo essas fotos aqui é uma lembrança antiga. Há muito anos atrás, que já faz uns 50 ano, esse aqui né? É a primeira filha.

[...] *Bom, esse aqui é um dos filho que acompanhava a gente a cavalo quando mexia com boi. É só ele de homem.*

Para ele o passado era o *tempo nosso*, pois nele tocava viola, fazia Festa de São Gonçalo que durava 12 horas, tinha uma atuação política, mobilizando os moradores para busca de melhorias no bairro, mantinha bastante contato com pessoas de outras localidades, se constituindo numa figura importante e reconhecida no bairro, pois os outros moradores sempre o citavam como importante colaborador nesta pesquisa, por ele *saber de tudo.*

Bom esse aqui era um compadre da gente, e nóis era sócio de mexer com boi junto entendeu? Era companheiro meu. O outro é eu, e aqui nóis tamo no terreiro da minha casa, pra trás lá né? É...onde tá o piso aqui ói.

Ele morou por um tempo em São Paulo, mas disse não se adaptar com o ritmo, o jeito da cidade, preferia ir apenas à cidade para visitar amigos, tocar em festas de aniversário, de casamento. Para ele, o seu lugar é o Boa Vista dos Silva e se pudesse ficaria o dia inteiro só conversando sobre as festas, os passeios, os carros de boi, o cafezal, e não ficaria cansado, por que:

> *É o que eu digo né, era... hoje, é, eu não quero dizer que não seja bonito, mas naquela época era mais bonito, era mais gostoso.*

2.1.3 Azélia Gomes de Macedo

Após ter conquistado a confiança de Seu Idalmiro, conheci a sua esposa Dona Azélia com seus 76 anos, filha de Geraldino da Silva Pinto e Rosa Gomes da Silva. Dona Azélia casou-se aos 18 anos e já conhecia Seu Idalmiro desde pequena, já que ambos haviam nascido no mesmo bairro e estão há 58 anos juntos.

Percebi uma forte ligação entre o *casal de véio*, como Seu Idalmiro refere-se a eles, tanto que praticamente todas as entrevistas foram realizadas com o casal e diferentemente das dificuldades que geralmente nos deparamos em entrevistas coletivas, como por exemplo, a exibição de uns e a inibição de outros, eles respeitavam o momento do outro e estabeleciam um diálogo. No entanto, entre uma conversa ou outra, Dona Azélia se retirava para dar uma olhada nas panelas, no bisneto, sempre preocupada com o andamento dos afazeres domésticos.

Esse aqui nóis tiremo antes de nascer a primeira filha meu né? E, essa outra já tava junto com a minha filha mais velha.

Nos raros momentos em que ficamos sozinhas ela confessou-me estar preocupada com a saúde de seu esposo, especialmente com a visão, e desabafou dizendo que envelhecer não é fácil.

Mas para ela a época mais difícil era a lida na roça, pois trabalhavam o dia inteiro, sem segurança, faziam tudo a pé, ou seja, não tinham as mesmas facilidades de hoje e se admira com as crianças que reclamam de ir à escola, *que é do lado*, sendo que antes era quase uma hora de caminhada, isso quando não iam até o município de Bom Jesus dos Perdões a pé para passear!

> Dona Azélia: [...] *Nóis saía a pé aqui e ia em Perdões* [Bom Jesus dos Perdões] *a pé, daí ele então levava armoço pra nóis armoçar na estrada, aí tinha os cavalo com cargueiro com carga; aí ponhava num lado e outro noutro e levava puxando, ele ia montado e ele ia puxando os cargueiros, ele levava as coisa pra comer lá, aí nóis ficava oito dias lá, sete, oito dias lá passeando.*
>
> Seu Idalmiro: *Dá pra acreditar que nóis saía daqui andando e ia até lá andando a pé? Saía uma turma daqui, meninada, naquele tempo tinha muita moça bonita, sabe? Aquele meninada, criançada tudo, só criança que não podia, claro que não, ia por cima de cargueiro, mas aquela meninada, o pessoal ia tudo andando, brincando pro caminho, conversando tudo alegre e contente, não se via ninguém de cara feia. Era a coisa mais bonita que tinha. É o que eu digo.*

Diferentemente de Seu Idalmiro que gostava de contar os detalhes dos acontecimentos, tanto os alegres quanto os mais difíceis, Dona Azélia era mais breve nos comentários, mas sua expressão e o seu silêncio indicavam que determinados assuntos a incomodavam. Uma vez Seu Idalmiro ao comentar o falecimento de seu compadre durante o trabalho, ela disse: *"a gente tá querendo esquecer as coisas e você tá querendo que a gente lembre?"*.

Foi a situação mais difícil e delicada que me deparei, então disse que não gostaria de criar nenhum constrangimento e sem pensar muito perguntei sobre o que ela gostaria de lembrar e de modo muito interessante ela reagiu de uma forma como se desse conta de que poderia *escolher* o que narrar e a partir de então suas histórias se voltaram às festas, à reunião dos amigos, dos vizinhos, dos familiares, à identificação do bisneto com a vida na roça.

Essa aqui é de quando eu era solteira, em Aparecida do Norte. Era tudo saião xadrez. Ah, nóis fazia permanente. Naquele tempo fazia permanente com ferrinho quente [risos]. *Hoje é permanente fria. Enrola, mas é fria, né? Líquido fria. E naquele tempo tinha uns ferrinhos assim, ói, até morava na praça a cabeleireira. Nóis ia fazer permanente toda vez que tinha festa em Perdões; ia na Aparecida, nóis ia fazer permanente. Eu e minhas irmã. Daí eles enrolava aqueles ferrinhos que cê cheirava cabelo queimado só!* [risos]. *Eu, minha comadre, todas nóis daqui do bairro ia fazer permanente. E aqui nessa foto o permanente nosso já tá comprido.*

E separou várias fotos de familiares e amigos de quem ela muito gostava, das quais muitas encontram-se em seu estado físico desgastado, porém capazes ainda de ascender boas lembranças:

Essa aqui também desde que era solteira acompanhava eu, amiga, desde solteira, casou, continua a mesma coisa.

Essa aqui é casada com meu primo e toda vida eu se dou com ela.

Essa aqui é a minha tia também que eu gostava muito dela, nossa!

Esse aqui tá com as duas menina.

E aqui tá a turma inteira ói.

2.1.4 Arranjos Visuais da Memória

Tendo em vista a riqueza de seus acervos fotográficos familiares e as inúmeras possibilidades de representação de suas memórias, propus que os entrevistados reorganizassem este conjunto de imagens[43], tendo em vista as suas histórias de vida, como pequenos álbuns pessoais, para a criação dos *arranjos visuais da memória* proposto por Bruno (2003).

A percepção de Rodrigues [200-] sobre os álbuns de família nos ajuda a compreender as motivações desta proposta:

> A memória de um álbum de família é uma memória construída. Definimos os momentos que gostaríamos de congelar numa imagem e arrumamos esses momentos da maneira que achamos melhor. Por meio de fotos, construímos e definimos nosso passado a respeito de alguns acontecimentos, escolhendo o que gostaríamos de lembrar durante o resto de nossas vidas: não fotografamos nossa história, mas sim, a construímos a partir da nossa coleção de fotos. (RODRIGUES, [200-], p. 5).

A proposta da elaboração dos arranjos visuais de Bruno (2003) também parte da concepção de memória construída, trabalhada, e busca pensar

> no que representariam esses conjuntos de fotografias, escolhidas e organizadas, incluídas ou excluídas; pensar no que significou para os informantes trabalhar com fragmentos de memória até compor (e recompor) narrativa(s) de história(s) de suas vidas, eis o motivo primordial que sinaliza para o esforço da apresentação dos [...] 'Arranjos Visuais da Memória'. Esses arranjos e suas respectivas ordenações são, a nosso ver, expressivos de todo um trabalho operacional da memória sensorial. (BRUNO, 2003, p. 131).

A partir da concepção destes mosaicos, constituídos por fragmentos de memória, enquanto uma forma de representação, algumas questões tornam-se implícitas como "o sentido da imagem de si, para si e para os outros" (POLLAK, 1992, p. 05). Neste sentido, caberíamos questionar como Seu Idalmiro, Dona Azélia e Dona Benedicta gostariam de ser percebidos? E, assim, quais seriam as imagens mais significativas para eles naquele momento da entrevista? E o que elas nos revelariam?

Num primeiro contato com as caixas e os álbuns de família, após a proposta, ao observarem algumas fotografias se expressavam com frases do tipo: - *ah esse aqui não serve* ou: - *esse não sei quem tá na foto, não posso falar nada,* dando início ao processo de seleção e exclusão das fotografias, revelando, também, que nem todas representavam um valor afetivo ou até mesmo histórico para eles, já que eles não estavam trabalhando com uma quantidade de imagens limitada.

---

[43] As fotografias dos nossos narradores encontravam guardadas em pequenos álbuns, mas, sobretudo, em diversas caixas.

Os conjuntos apresentaram uma quantidade que variou entre 8 a 11 fotos, e poderiam ser organizadas de forma vertical, horizontal ou circular. Após a seleção e organização, ao observarem o conjunto das imagens eles expressaram as principais motivações da escolha, dando-nos pistas sobre a sua representatividade na re-construção de suas histórias de vida e de suas identidades.

Arranjo Visual da Memória de Dona Benedicta

O mais antigo é esse. Esse aqui é a da mãe dele [de seu esposo], *esse aqui é o mais antigo né? O mais antigo é esse. Agora esse aqui, o mais antigo... esse é o mais antigo. Agora tem esses uns... que os mais antiguinho é esse aqui do Franco e Zé Verdade, assim dá né? Vamos por esse aqui assim. Será que fica bom assim? ...Eu achava que ficava melhor, os mais parecido, se ficar um no alto não vai ficar bem, não fica né? Se ficar de roda assim vai ficar meio...e se fazer de um jeito só fica tudo num tipo só né?*

Eu vou tirar os mais antigo, vou deixar os mais antigo primeiro, eu quero bem antigo, bem antigo mesmo agora! Que vê? Olha, tudo antigo! Preto e branco é antigo mesmo!

Arranjo Visual da Memória de Seu Idalmiro

Mais você fala pra mim ponhá aí? Isso não é comigo, fazer desenho não é comigo, hein? Pode ser assim? Esses um aqui. Esse quando eu tava trabalhando encostando o muro, nóis batendo o cimento aqui ói. Não tô ponhando de cabeça pra baixo não? Esses são as foto que a gente gosta assim mais né? Ih mais agora só saiu de cavalo aqui! Então, deixe esse aqui mais perto entrar no mangueira tá? Agora esse aqui que nóis usava pra laçar sabe? Você sabe o quê que é laçar?

Põe aqui ou põe de lado? Bom...essa fotografia aqui eu tô meio... tô achando que quase num...bom, faz assim tira esse um. Ah não! Aqui tá o mangueirão, opa! Eu não posso esquecer dele não! Os cavalo tão aqui e o mangueira tá aqui. Bom, mais vamos deixar do jeito que tá assim. Tira esse aqui viu?

Essas são a que eu mais gosto... Aí vai sair foto de cavaleiro, boi de rodeio, vai sair um monte de coisa aí, cavalo e boi de rodeio é mais bonito que gente.

Arranjo Visual da Memória de Dona Azélia

Coloquei um do lado do outro porque eu gosto de tudo, desses um eu gosto de tudo.

A partir dos Arranjos Visuais da Memória criados pelos moradores do Boa Vista dos Silva é possível identificarmos alguns elementos que são marcantes em suas memórias. No *Arranjo Visual da Memória de Dona Azélia*, que optou por escolher 08 imagens, verificamos uma forte presença do tema *família*, retratado nas fotografias de casamentos, de adultos com crianças, pais e filhos, sendo que na maioria dessas fotos a *moradia* aparece como importante elemento simbólico, assim como a *religiosidade*.

D. Azélia ao expressar verbalmente a motivação pela escolha das fotos ressalta as *relações de amizade*, pautadas especialmente nas relações de *parentesco*, que tinha e tem com as mulheres das fotografias: primas, tias e a amiga dos tempos de juventude, já os primos e tios também são citados, mas apenas para situar o grau de parentesco. A sua presença é sempre observada com seus familiares: esposo e filhos, demonstrando a representatividade da família em sua história de vida. Por considerar que todas as fotos são importantes, D. Azélia preferiu organizá-las uma ao lado da outra de forma horizontal[44], que tende a conduzir o nosso olhar para uma dimensão, dando-nos a sensação de estabilidade.

No *Arranjo Visual da Memória de Seu Idalmiro*, o tema *família* é representado por duas fotos, com a predominância feminina: a de sua filha mais velha e junto à sua esposa e novamente a filha mais velha, já as demais fotografias estão diretamente ligadas ao *trabalho*, ao trabalho do campo, representadas pela figura masculina. Seu Idalmiro, homem, chefe de família e lavrador, é retratado sempre de forma ativa, onde o cavalo e gado constituem-se como importantes símbolos de seu trabalho. Esta representação se estende ao seu único filho, retratado sempre montado no cavalo seja no momento de trabalho ou na pose para a foto.

Duas fotos são dedicadas exclusivamente aos animais que cuidava: os cavalos que eram utilizados para tocar o gado e o boi de rodeio com que trabalhou por oito anos, mas devido a um acidente que ocorreu com seu parente Seu Idalmiro deixou de freqüentar os rodeios. As suas *relações de amizades* também estavam relacionadas com o trabalho, sendo que os amigos foram fotografados em um mutirão para a construção do mangueirão e um amigo e compadre é retratado ao lado de S. Idalmiro montado em seu cavalo, já que ambos eram, além de amigos, sócios em trabalhos de rodeio.

Os arranjos do casal D. Azélia e S. Idalmiro revelam uma característica muito presente nas famílias tradicionais: a representação da figura feminina associada à casa, à família e a representação da figura masculina, que está ligada ao trabalho. No entanto, Candido (2001)

[44] Bruno (2003) verificou que o traçado de forma horizontal parece ser aquele que visualmente nos é o mais familiar, considerada como uma forma linear de associar as imagens.

cita que a mulher, na estrutura familiar das áreas rurais paulista, tem um sacrifício muito maior com relação ao marido no casamento, pois

> não apenas lhe compete todo o trabalho de casa – que na roça compreende fazer roupas, pilar cereais, fazer farinha, além das atribuições culinárias e de arranjo doméstico – mas, ainda, labutar ao seu lado. (CANDIDO, 2001, p. 300).

Outro aspecto interessante que se revela ao identificarmos os principais temas retratados nos arranjos do casal, sendo eles, a família e o trabalho, remete no que Woortmann K. (1990) chamou de *valor moral da terra*, no qual o valor família e valor trabalho se interpenetram.

Retornando à análise individual do arranjo visual de Seu Idalmiro, cabe citar um evento interessante: a sua opção em retirar uma foto após a finalização do arranjo, representada graficamente pelo retângulo em branco, que ocorreu após a seleção e organização das 10 imagens escolhidas:

> *Essa é uma foto passageira, que tava no meio dos outros aí né? Pode tirar fora esse aí...*

Neste momento de reconstrução da memória suscitada pelas imagens em que Seu Idalmiro retira uma determinada fotografia de seu arranjo visual pode ser vista como um esquecimento, ao menos aos olhos, como que se a exclusão da foto lhe permitisse "apagar" as lembranças provenientes desta imagem de sua memória.

Cabe ressaltar que, conforme Fernandes e Park (2006), embora o processo de esquecimento esteja associado ao deixar de existir, ao contrário da lembrança, que traz consigo o "potencial da lembrança", a relação entre ambos não pode ser encarada como dicotomizada, já que serão os mecanismos vinculados aos processos de esquecimento que viabilizarão as possíveis emersões das memórias (IZQUIERDO, 2004 apud FERNANDES; PARK, 2006).

A organização dos conjuntos de fotos de Seu Idalmiro foi vista como uma criação artística para ele difícil, já que: - *fazer desenho não é comigo, hein?* No entanto, mostrou-se bastante interessado e preocupado com a sua montagem de fotos, que representavam a sua antiga rotina de trabalho, organizando-as de forma verticalizada[45], nesta forma "temos, de repente, o sentimento ou, pelo menos, a sensação de ter perdido o 'fio da meada', ao procurar uma estrutura significativa, que conectaria as imagens entre si" (BRUNO, 2003, p. 158).

[45] Bruno (2003) verifica que no traçado de forma vertical – quando as imagens vão, desta vez, se associando de cima para baixo – , nosso olhar se agita e se perturba. Esse novo modelo cria uma espécie de embaralhamento visual.

Com relação ao *Arranjo Visual da Memória de Dona Benedicta*, a *família* também se faz bastante presente, sendo que em apenas uma foto ela aparece com suas amigas dos tempos de juventude, havendo a presença do pai, dos irmãos, marido, filhos e parentes. Notamos, a partir do conjunto de imagens, uma trajetória da sua vida: a infância, a juventude e a vida de casada com seus filhos e demais familiares. Observamos também um interesse em mostrar diferentes momentos de sua história, ou até mesmo *retratar uma época*: o pai imigrante que serviu o exército, a infância junto aos seus irmãos, o estilo de roupa e cabelo da época, a Igreja velha de Aparecida, a sua descendência italiana, o tempo da mocidade, as conquistas como a primeira caminhonete comprada juntamente com seu marido para trabalharem, o marido e o cunhado que eram violeiros, a bicicleta do filho que hoje já não existe mais.

Para Simson (2005)

> As fotografias de antanho também exercem função importantíssima na transmissão para as gerações mais jovens de informações sobre o passado familiar. Através das imagens que nos restaram e das histórias que nos chegam pelas tramas da rede familiar, construímos uma interpretação da figura e da atuação de nossos antepassados no tecido social e a transmitimos para as novas gerações. (SIMSON, 2005, p. 20).

Durante a seleção das imagens para a composição de seu arranjo visual, o esposo de Dona Benedicta estava presente somente observando, no entanto quando viu a foto dos moradores do bairro em Aparecida (foto marcada em vermelho) sugeriu que ela escolhesse também essa foto:

> *Põe a da romaria de Aparecida, que nóis ia de caminhão antigamente. Esse aqui era tudo do bairro, eu tô aí no meio, eu era criança tinha 8 anos, aí tem a minha mãe...*

Essa sua participação pode ser vista como um desejo em compartilhar a lembrança de que teve ao ver a fotografia: a infância, a viagem, família e amigos do bairro, lembranças que foram compartilhadas e que Dona Benedicta optou por incluí-la em seu arranjo visual da memória, talvez por vontade própria - por considerar tanto as lembranças de seu esposo e dos amigos do bairro como parte também de sua memória - ou apenas para satisfazer o desejo de seu marido:

> *E esse aqui é uma lembrança da turma do bairro, todo do bairro, todo aqui do bairro que iam de caminhão.*

Seu esposo completa a fala de Dona Benedicta com mais uma lembrança:

> *Nóis ficava uma semana em Aparecida, alugava aqueles quartinho né? Era tudo aqui a mãe dela, tá aqui também, eles iam de caminhão colocava uma tora no caminhão e iam pra lá passar uma semana.*

Seu Idalmiro também compartilha da mesma lembrança que o esposo de Dona Benedicta e descreve uma imagem muito semelhante à representada na fotografia acima:

> *É veja bem, é um caminhão, um caminhão grande, com coberto de cerado, bancada tudo de tábua e lotava de gente pra ir na Aparecida, não é que nem hoje, que ia de ônibus, suponhamo, nos dia de hoje com toda facilidade, era diferente. E daí a gente ia na Aparecida. Chegava lá, nóis ficava dois, três dias lá, tudo tumultuado, naqueles quarto. A muierada tudo naquele quarto de lá e os home tudo nesse quarto de cá. Era tudo assim o bairro nosso, entendeu? O povo do bairro era assim, as muiér separava tudo, ficava lá com as crianças pequena lá, naquele quarto de lá e os home ficava tudo tumultuado, dormia tudo de quanto é jeito só pra ficar lá uns dois, três dias na Aparecida.*
>
> Seu Idalmiro

Assim, os arranjos visuais também nos permitem verificar a importância das fotografias de família na reconstrução das histórias de vida dos narradores, as quais, por sua vez, são contextualizadas num lugar, o Bairro Boa Vista dos Silva, e estão imbricadas numa memória coletiva.

Halbwachs (1990) considera que as lembranças não estão em um ponto fixo da memória, mas sim reconstruídas de modo constante através da sua evocação. As lembranças são retomadas a partir da referência coletiva, pois ela está enraizada na vida social, a partir da evocação dos outros, já que nunca estamos sós. Neste sentido a memória individual existe sempre a partir da memória coletiva, confundindo uma à outra, em que cada vez que há uma evocação de um fato, existe uma reconstrução do passado a partir da referência de um determinado grupo social.

Cabe lembrar que a memória é móvel e neste sentido, conforme as palavras de Portelli (2004), as versões das pessoas sobre seus passados mudam quando elas próprias mudam.

> [...] Os narradores estabelecem, portanto, serem tanto a mesma pessoa de sempre, quanto uma outra pessoa. Assim, as estórias mudam tanto com a quantidade de tempo (a experiência acumulada pelo narrador), quanto com a qualidade do tempo (os aspectos que ele quer enfatizar durante a narrativa). Nenhuma estória será contada duas vezes de forma idêntica. Cada estória que ouvimos é única. (PORTELLI, 2004, p. 298).

Este dinamismo da memória também se reflete na construção de identidades, pois quando mudamos, a nossa identidade também é transformada, recriada, reinventada, assim como os nossos lugares de vivência que também estão em constante transformação.

2.2 Histórias Vividas no Boa Vista dos Silva

As lembranças individuais foram articuladas, tendo em consideração que as memórias individuais se remetem ao coletivo, a memória coletiva. A estruturação desta seção ocorreu mediante a verificação de que os temas *trabalho*, *moradia* e *religiosidade* encontravam-se fortemente presentes nas narrativas sobre as transformações no Bairro Boa Vista dos Silva, permitindo, assim, a reconstrução de uma narrativa constituída por diferentes pessoas que vivenciaram uma época comum.

2.2.1 Que mais nóis trabaiamo

Todos os moradores entrevistados têm uma história de vida ligada ao trabalho no campo, na *lida com a roça*, no *meio do cafezal*. Até hoje eles possuem uma *plantaçãozinha* uma *criaçãozinha* em uma escala bem menor que cinqüenta anos atrás, mas que além de ser para consumo próprio é de onde provém parte da renda familiar.

Entretanto, o trabalho atual foi pouco relatado, sendo as atividades que obtiveram maior destaque foram: a lavoura de café, a criação de gado e a produção de farinha. Estes trabalhos, agrícola e pecuária, são representados em suas narrativas como fundamentais para a formação e desenvolvimento do bairro, o que os tornam sujeitos ativos, onde através do suor, do conhecimento, do sofrimento, se constituíram em figuras representativas e reconhecidas no bairro.

Bom esse é do tempo que eu arriava o meu cavalo aqui uma hora da madrugada, duas hora da madrugada, e saía a cavalo, pra andar 30, 40 quilômetro lá pra Vargem, lá pra...todo esses lugar né? Pra Pinhalzinho, ia a cavalo daqui lá atrás de criação né?

Seu Idalmiro

E não eram poucas as dificuldades inerentes ao trabalho no meio rural, como narra Seu Idalmiro ao observar uma foto de seu boi de rodeio:

Esse aqui é um boi de rodeio que eu adorava muito e eu fiz este tipo de coisa oito ano a fio, eu tinha...mai era oito boi né? Só que o boi mais famoso foi esse aqui né? E daí, é um negócio meio desagradável, mas... Eu tinha um parente que é casado com uma prima dela e era amigo da gente de andar em rodeio com caminhão pra levar esses boi em rodeio. Aí quando foi em um rodeio em Monte Verde [MG]*, que a gente mexia em tudo esses lugar não? Um boi derrubou ele... depois de três dia morreu, com 25 anos mais ou menos, 28. Então daí nessa hora eu vendi esse boi e parei de ir em rodeio, que a gente ficou sentido né? Então é por aí assim que a gente fazia era isso, entendeu? A diversão da gente era essa aqui né, mas depois que aconteceu o acidente com o parente lá, deixei disso aí. A gente sente né, uma pessoa que tá trabalhando muito...*

Seu Idalmiro

Ao trabalho no campo implica-se todo um conjunto de saberes, apreendidos no cotidiano, envolvendo a preparação do solo, o plantio, o trato da terra, a colheita e o transporte.

> *Então bargueava café, na época que era café bargueava nos burro de cangaia e no terreiro tinha uma caixa de água, lavava primeiro o café e depois tirava da água, punha no terreiro pra secar. Era assim, o terreiro de ladrilho já era antigo, pra poder mexer com café. E aqui tinha um paiol grande que a gente guardava milho, nesse lugar aqui, que depois desmanchou porque não usava mais, não? E tinha um poço de água aqui* [...]. *Era isso aqui, vamos supor assim, a gente não tinha trator, só carro de boi e mais de cangaia que se trata, então punha a cangaia no burro e de lá suponhamo, pra bardear café. As fazenda tudo era assim, né? Então a gente carregava, ia lá carregava o café pro cafezal, dentro daqueles cargueiros chegava dentro do tanque de água pra lavar o café primeiro pra depois ponhá pra secar, daí então mexia tudo aquele café e depois tirava com a peneira e jogava no terreiro pra secar.*
>
> *Então era por aí assim, milho também era a mesma coisa, muito bom, não usava, não tinha, só usava carro de boi e burro de cangaia outra coisa não existia.*
>
> Seu Idalmiro

O trabalho pressupunha também de um conhecimento muito apurado do bairro, já que toda a sua característica física como estradas, topografia, tipo do solo, recursos hídricos, influenciaria diretamente em sua produção. O fato dos narradores terem vivenciado de forma intensa no bairro desde sua infância é traduzido na intimidade que eles têm para com o lugar. E este sentimento fica muito claro na narrativa de Dona Benedicta sobre seus afazeres domésticos:

> *Antigamente eu vinha lavar roupa aqui na pedra. A água era limpa naquele tempo! E, agora não dá mais! Eu vinha quando era tempo de roça e usava aquelas roupa de saco, saco de açúcar, pra trabaiar, então vinha lavar. Nossa eu subia todo dia aqui, subia uma vez só? Subia uma porção de vez. Todo dia... Ah, eu não tinha medo.*
>
> *Começava lá embaixo e vinha subindo as pedra, ai que gostoso que é! Eu lavava roupa lá em cima, tinha pedra lá eu fazia, eu batia na pedra, num instantinho limpava! Eu vinha sozinha. Era acostumada, fui nascida e criada aqui. Ché, esse baruio pra nóis não fazia diferença nenhuma. Agora o pessoal que vem de fora já acha baruio da cachoeira e faz bem baruio. No dia em que chove, dá enchente, hum...dá um baruião!*
>
> Dona Benedicta

Neste sentido, percebemos que a topofilia dos narradores está profundamente ligada ao apego à terra, pois é dela que, também, ganham a vida. Para Tuan (1980),

> este sentimento de fusão com a natureza não é simples metáfora. Os músculos e as cicatrizes testemunham a intimidade física do contato. A topofilia do agricultor está formada desta intimidade física, da dependência material e do fato de que a terra é um repositório de lembranças. (TUAN, 1980, p. 111).

Verificamos que a forma de trabalho mais marcante na memória das narradoras é a produção de farinha de milho que contava com uma forte presença feminina, envolvendo diferentes gerações e demandava muito esforço e dedicação.

> [...] *Nóis fazia farinha, a mãe amanhecia lá. Nóis ia dormir pra lá cada noite trabaiá fazia muita farinha assim que fazia bastante farinha né? Aquelas sacada de farinha assim, daí nóis cada noite ia um pouco dormir com ela lá. Mai quem fazia torrava a farinha mesmo no tacho daquele fogão era minha avó né? Ela ficava direto ali sentada, ali no banquinho* [..] *e aquele fogaréu ali, fazia aquele fogo e o fornão assim, e ela passava a farinha e fazia assim ói* [gestual com a mão] *e via o monjolão branco assim.* [...] *Óia que trabaiera? Ai meu Deus do céu...morrer assim!?!* [...] *E daí socava, tinha que socar o milho primeiro, depois ponhava de molho no tanque de água, aquele tancão, tudo aquele sacaiada. Ficava oito dias curtindo o milho ali na, ali, pra depois socar outra vez pra fazer a farinha. É, socava duas vezes. Socava pra primeiro curtir, depois você tirava o saco e ponhava no balaião assim de bambu e aí ocê com a mão ói, nóis, com a mão assim, e lavar e secar todo dia assim pra lavar aquele caldo grosso pra depois socar de novo pra fazer a farinha. Ai credo, que mais nóis trabaiamo...*
>
> Dona Azélia

Longe de ser uma tarefa fácil, realizada em diversas etapas, não raro era a ocorrência de acidentes como narra Dona Benedicta:

> *Nossa! Aquela poliazona que eu mostrei no rodão é um perigo. Minha mãe pegou um dia na engrenagem. Que precisava engatar a engrenagem assim ó, pegava um dentro do outro, e aí as duas engrenagens um outro jogava a outra, e acredite que pegou a minha mãe; um dia ela foi pôr a correia naquela polia grande e engatou e pegou ela e com tudo assim na engrenage, aí ela, nossa!, gritou pra Nossa Senhora que acalmasse o rodão. Porque o rodão é difícil de parar por causa da água, e aí deu pra vim ela tirou. Ela tava de luto ainda, ela tava com um vestidão preto, aí aquele lá arrancou a saia dela assim e ainda pegou o joeio dela ficou um buracão, apodreceu tudo, aquele tamanho de buraco, ela não foi no médico, ficou apodrecendo, foi por Deus não ter pegado a perna dela, quase que ela morreu lá sozinha; ela trabaiava sozinho depois que ela ficou viúva. Ia fazer quase um ano que o meu pai tinha falecido, e ela tava de luto ainda com roupa preto, porque a turma usava; faz tempo que não usa mais, né? Naquele tempo usava a roupa preto; falecia um, tudo de roupa preto, não usava roupa vermelha assim. Agora não tem mais. E ela gritava, quase morreu, viu? Pegou naquela engrenage ali, ói, era tocada a água, quase foi direto. Era muito perigoso trabaiar naquela época. Vixe, era perigoso! Ela trabaiou ainda lá, coitada, depois que meu pai faleceu, muitos anos. Ela continuou porque tinha que criar nóis, nóis era tudo pequenininho. Precisava trabaiar sozinha mesmo. Depois nóis crescemo, aí ajudava ela. Mas precisava estudar também. Aí eu ia na escola e ela trabaiava sozinha, eu tinha dó dela trabaiar no solão quente... sozinha... Mas fazer o quê, né? Precisava.*

Após um longo momento de narrativas em torno do trabalho que realizavam, Dona Azélia silencia-se por um instante e conclui o quanto era árduo:

> Dona Azélia: *A turma fala assim: "tô cansado" e tem razão, viu? A gente não agüenta fazer mais nada quase... faz o serviçinho da casa porque...*
>
> Seu Idalmiro: *É... só sei que... se a gente começar a contar essas coisa...*
>
> Dona Azélia: *Ih nossa! Gente do sítio sofre! Gente da cidade sofre, mas não é tanto, né? Óia, calor, sor, chuva, nóis ficava, ói, em pinto de moiado. Quando nóis ia*

> *carpí café, banana, debaixo de chuva. Às vezes num tinha, nóis ponhava plastiquinho nas costa e vai...*
>
> Seu Idalmiro: *Eles iam embora cedo pra trazer enxada nas costa, cá enxada no ombro assim; carpi café, pra pegar estrada assim, suponhamo, daqui até lá uns dois quilômetros e depois a mãe dela pegava, trazia aquele galãozão de comida e ponhava dentro da embalagem e ponhava na cabeça assim e levava...*
>
> Dona Azélia: *É sem segurança, nem nada. E subia todo esse cemitério aqui... não tinha aquele eucalipto. Era um triinho, era só um coisinha assim no meio do mato, ela subia aqui pra levar comida pra nóis e nóis subia também pra nóis trabaiar.*

Para Candido (2001) a influencia urbana, mesmo que remota, introduz novos hábitos que contribuem para transformar o panorama tecnológico, em que confecção de utensílios domésticos e a produção de determinados alimentos, como a farinha, vão desaparecendo e novas necessidades surgem, influenciadas, especialmente, pelo aspecto econômico e o psíquico.

> [...] A mulher que vê a possibilidade de escapar ao esforço penoso de pilar o arroz começa a achar insuportável esta tarefa e a se sentir diminuída quando a executa, enquanto nas formas retrógradas de vida caipira este e outros esforços mais duros são aceitos sem discussão, visto como não há alternativas. (CANDIDO, 2001, p.227).

O autor observa neste exemplo a importância do prestígio associado às práticas e usos urbanos, sendo que, muitas vezes, a pessoa se sente diminuída quando é obrigada a manter os que se vão tornando, comparativamente, desprezados.

Porém, mesmo diante das intempéries narradas o trabalho do passado é venerado e sua diminuição lamentada, sendo que as restrições mais citadas estão relacionadas a uma adaptação ao contexto atual imposta por fatores externos:

> [...] *Bom, eu...se fosse pra mim, vamo supor, vortar a usar, suponhamo, hoje, eu queria um carro de boi, entendeu?* [risos]. *Que a gente adorava trabaiar com carro de quatro boi, suponhamo, né? Direto e chegava de tarde aqui, vê se as coisas é diferente de hoje não é não? Eu pergunto pra você: a gente pode chegar aqui e sortar um boi pra andar por aí? Não pode, né? Você sabe disso. Antigamente a gente trabaiava com carro de boi no lenheiro pra cortar lenha, quando chegava de tarde tirava, sortava os boi aqui; os boi bebia água, comia e iria pra onde queria, no outro dia cedo a gente levantava e ficava oiando assim se o boi tava vindo pra cá, não precisava fechar o boi, entendeu? Sendo que hoje tem que trancar tudo...*
>
> Seu Idalmiro

> [...] *Era tudo assim* [cafezal], *depois mudou tudo. Agora não pode roçar, mas naquele tempo era assim... Era tudo.*
>
> Dona Benedicta

2.2.2 Eu fui nascida e criada nesta casa

A casa, é um elemento bastante recorrente nas memórias dos moradores do Boa Vista entrevistados, retratada como abrigo, lugar da família. Estão a ela intrínseca a terra e o trabalho.

Woortmann, E. e Woortmann, K. (1997) observaram que a estrutura espacial do sítio camponês obedece tanto a dimensões práticas quanto simbólicas, sendo a casa o ponto de partida para a distribuição das áreas que compõem o sítio.

Candido (2001) coloca que cada casa é núcleo de um pequeno sistema de moradia, pois parte significativa das atividades domésticas se realiza no seu exterior como nos relata Seu Idalmiro:

> *...Então, a casinha nossa era diferente. Era tudo madeira, tudo pintado de branco. A telha, acho que tem arguma pra mostrar pro cê; era telha comum que se trata, e depois que a gente usou essa telha inglesa, antigamente não existia. Antigamente era tudo comum, era diferente. A turma até fabricava telha na olaria aqui. Então é isso aí, viu? E tinha um lugar que a gente tirava leite de uma vaca, e uma parte aqui era um cocho de madeira que tinha que a gente amarrava o cavalo ali pra comer milho, suponhamo, e arriava. E ainda tinha dois cômodos atrás da porteira, lá que era de guardar arreio de tropa; que tinha tropa de burro, de bardear café, de cafezar...*
>
> *Então bardeava café, na época que era café bardeava nos burro de cangaia e no terreiro tinha uma caixa de água, lavava primeiro o café e depois tirava da água, punha no terreiro pra secar. Era assim, o terreiro de ladrilho já era antigo, pra poder mexer com café. E aqui tinha um paiol grande que a gente guardava milho, nesse lugar aqui, que depois desmanchou porque não usava mais. E tinha um poço de água aqui também. Tinha meio alqueire de mato, é o que tinha por aqui. Naquela época tinha bastante bicho, tinha mais que hoje, hoje é difícil. Os bicho, coitado não tem n'onde morar, não é isso aí? Acabou tudo de mata, suponhamo. Passarinho, tinha muito passarinho. Esses passarinho de raça, suponhamo, em quarquer lugar encontrava, hoje tem que procurar arguns, não se vê mais... e vem acabando. E tudo quanto é casa tinha capela. O fato é que até hoje ainda tem bastante casa que tem, não é só aqui. Mas tem arguma delas, suponhamo, que demoliram a igreja que tinha e num fizeram mais. Porque vai acabando os mais véios, os mais novo num tá aí com isso, entendeu? Muda tudo. E tudo as coisa pra fazer tem que ter união. Porque a pessoa sozinho pode começar a fazer, mas num vai longe. Agora quando tem bastante gente unido, quer dizer que um dá coragem pra outro. É o que acontece, é a união. Mas hoje também é difícil.*

Dentre as características das moradias privilegiadas nas narrativas encontram-se as mais antigas, aquelas que resistiram às reformas e que as diferenciam das construções mais atuais, sendo que cada resquício de sua arquitetura original, que talvez passasse despercebido num olhar mais desatento, era lembrado.

> *A casa era no mesmo lugar, só que ela tava caindo e nóis desmontamo tudo e fizemo de novo. Fizemo de tijolo, era de madeira, entendeu? Os esteio que ela tinha tá fincado, ali na frente no rancho, madeira boa que nunca acabou e nunca acaba. Coisa antiga que tava aqui é o terreiro. Que a casa é esse aqui, que depois desmontamo; esse aqui que era diferente, hoje nóis temo no mesmo lugar só que diferente. Era de telha, do jeito que tá aqui suponhamo, e tinha essa porta aqui e fogão era aqui, que tinha essa chaminé aqui. O piso do fogão daquela época ainda tá ali. Aquele pedaço de cimento meio avermeiado, aquele ali era n'onde a gente sentava à noite, tá até hoje ali...*
>
> Seu Idalmiro

As reformas nas casas centenárias eram realizadas principalmente pelo desgaste das madeiras - especialmente as portas e as janelas que não resistiram ao cupim -, das telhas, e, também, como no caso de Dona Benedicta, pela necessidade de ampliar os cômodos para melhor acomodar a família que crescera. Aquilo que na propriedade que não tivesse mais uso se desgastou com o tempo ou foi removido na reforma para a ampliação do espaço para novos usos.

A casa em que Dona Benedicta nasceu e cresceu ficou como herança para sua sobrinha Eunice que a reformou pelo fato de seu estado de conservação estar comprometido. Dona Benedicta e Eunice fazem questão de salientar que a estrutura da casa não foi alterada,

ocorrendo somente pequenas mudanças, como a troca das portas e janelas que haviam sido tomadas pelo cupim.

A casa da minha mãe saiu tão bonita aqui, né? Agora a casa mais antiga do bairro, que tá assim, é a da minha mãe mesmo, o resto tá tudo reformado, o dela não tem área, não tem nada, tá bem... só trocou as janela.

Dona Benedicta

Eunice fotografou parte do processo da reforma e ao observarmos a sequência de suas fotos notamos que a última foto representando a finalização da obra, tirada em perspectiva diferente das demais, oculta a não conclusão da mesma. Esta constatação pode ser verificada na última fotografia que tirei num trabalho de campo em 2010.

Pesquisadora: *Em que época que você reformou?*

Eunice: *Acho que foi em 80...90 acho que eu reformei essa casa aqui. Acho que tava com uns 30 ano. Porque eu reformei e morei com a vó, né? Casei e fui morar com ela, depois ela faleceu e fiquei com a casa, aí ficou assim. Ah, ela tava... o cupim pegou o telhado né? O maderamento.*

Antes era vidraça assim, era vidraça, era tudo aquela janela de abrir. O tijolo é o mesmo, tijolo antigo, aqui só mudou as porta assim né? Essa cor rosa é a mesma [risos], *aí eu reformei por dentro e a frente. É que ficou pra rebocá e acabou...o tempo passa, e a gente acabou ficando né?*

Pesquisadora: *E por que fotografou?*

Eunice: *Pra ficar de lembrança né?*

As moradias também desempenhavam um papel importante na sociabilidade local, pois não raro eram realizados festejos religiosos nesses espaços envolvendo praticamente toda vizinhança. Neste sentido, as moradias, como observado por Candido (2001) podem ser percebidas como uma unidade, na medida em que participam no sistema das atividades voltadas à religião - e ao trabalho - que configuram o âmbito e o funcionamento do grupo de vizinhança.

> *Chegava o dia da Festa, dia seis, aí, nossa! Todo mundo ia comer em casa; todo mundo do bairro aqui que ia na Festa lá chegava em casa pra tomar café, armoçar com nóis, a mãe fazia...*
>
> Dona Azélia

Além da realização frequente de festas, foi relatado também que as visitas nas casas dos vizinhos eram consideradas como passeios, regados a muita prosa e cantorias. Seu Idalmiro e Dona Azélia, observam, no entanto, que este costume local está perdendo espaço para a televisão, interferindo diretamente na sociabilidade local:

> Seu Idalmiro: *Agora não é que nem hoje e o assunto era tudo diferente, hoje não, hoje cê chega em vários lugar, eu até sou contra isso, chega em vários lugar, suponhamo, a pessoa vem e espeta a gente, vamo entrar pra dentro, venha aqui pro cê vê, tô assistindo um filme aqui, venha ver. Aí já atropela eu, porque eu não sou disso, eu não gosto dessas coisas. Quer dizer, que se uma pessoa chegar aqui na minha casa, se ele quiser entrar lá pra dentro e assistir, ver arguma coisa na televisão, tudo bem. Se não, eu não vou convidar pra assistir televisão. A pessoa vem na casa da gente pra conversar outro assunto e não é pra assistir televisão, não é verdade?*
>
> Dona Azélia: *Antigamente ia na casa da pessoa pra conversar um com outro, que nem nóis agora. Nóis antigamente saía pra ir um na casa do outro passear, de noite, depois da janta, dava uma hora, nóis saía; todo mundo aqui no bairro. Mas hoje, não tem nada disso, hoje a gente não vai em lugar nenhum, aí chega de noite cansada, aí senta na sala e vai assistir televisão. Assistir novela* [risos].

Outro fator de mudança presentes nas narrativas que discorreram sobre a moradia foi o adensamento populacional decorrente do processo de urbanização, que traz à cena arquiteturas que diferem das existentes no bairro que são consideradas como mais simples, que apresentam uma estrutura que remete à memória do bairro.

> *Ah aumentou, aumentou... Aqui não tinha nada era só as capela. Aumentou todas essas casaiada, aumentou. Não tinha nada, nada. Só tinha uma casa ali antigo no meio do mato. Agora tem casa que acho que a turma do outro país que fazem em outro formato. É diferente aquela casa lá, é uma casa que não sei de onde que é, se é da Argentina ou é dos Estados Unido não sei, é casa diferente.*
>
> Dona Benedicta

Halbwachs (1990) tendo em vista a importância da referência espacial no processo de rememoração, questiona sobre qual razão nos apegamos aos objetos, aquilo que é físico, e não desejamos que não mudem e continuem a nos fazer companhia. Para o autor,

> [...] Nossa casa, nossos móveis e a maneira segundo a qual estão dispostos, o arranjo dos cômodos onde vivemos, lembram-nos nossa família e os amigos que víamos geralmente neste quadro, pois a região do espaço que nos cerca de modo permanente e suas diversas partes [...] refletem aquilo que nos distinguem de todas as outras. (HALBWACHS, 1990, p. 131).

A referência espacial a partir, neste caso, da arquitetura, revelou como que a organização física da *morada* alterou-se ao longo dos tempos, mas seus diversos significados, sobretudo àqueles ligados à família, trabalho, se mantiveram. Observaremos como a questão da religiosidade também atrela-se à este referencial espacial, a moradia.

2.2.2 Tem uma igreja lá em cima no morro

O universo religioso, essencialmente católico, é representado como algo dotado de uma beleza cuja expressão maior se dava, especialmente, na reunião dos moradores e na organização comunitária. Estes fatores atribuíam à religiosidade uma importante função social para a vida no bairro ultrapassando os aspectos subjetivos da fé.

> *Tinha muita gente que fazia o pedido. Fazia um pedido pra quarquer tipo de coisa, suponhamo, que a pessoa oferecia e quando chegava na hora não acreditava chegar o dia de festa pra ir cumprir com aquela obrigação. Então daí era três dia de festa, era aquela turma de gente! Ali na igreja do Matão. Só pro cê ter uma idéia, quando tinha uma festa ali, vinha banda de música de Atibaia tocar ali. Na Santa Luzia era a mesma coisa: a turma tudo de quarquer jeito, ninguém se aprontava, ninguém se alisava muito pra ir em festa não, porque num tinha precisão. Não é que nem hoje não, que era tudo diferente. Chegava lá, era tudo aquele fogueirão; aquele fogão tudo ali, no meio daqueles mato ali, tudo o que comer, bastante, existia. E era por aí assim, entendeu? Quando fazia uma reza na casa ou na igreja, que era um costume de antigamente aqui, nem que fosse dia de semana mutuava de gente, hoje se a pessoa fizer uma reza lá capaz de num aparecer duas três pessoas, suponhamo, porque tá ocupado na casa, assistindo televisão, porque agora tem esse negócio, antigamente era bem diferente. A festa junina que se trata. Aqui era em vários lugar, na casa da nossa comadre, lá na outra casa pra frente, lá pra cima tinha outra igrejinha que fazia festa também a mesma coisa, era no sábado num lugar, no outro sábado no outro, a gente não se vencia, todo sábado tinha festa. No mês de maio, no mês de julho, suponhamo, todo sábado, tinha festa p'rum lado e pro outro. No bairro inteiro. E toda a vida foi assim, não é isso aí? E o povo num via a hora de chegar o dia pra ir numa festa, agora hoje é diferente, hoje num existe mais essa coisa, ninguém faz mais.*
>
> Seu Idalmiro

Candido (2001), observou que a religiosidade caipira, juntamente com o trabalho, são importantes elementos constitutivos de um bairro rural. E aponta também para o "caráter sincrético" (CANDIDO, 2001, p.94) da religião nos bairros rurais, sendo ao mesmo tempo recreativo e religioso, explicando a força da religiosidade caipira como fator de sociabilidade, como verificado no Bairro Boa Vista dos Silva a partir das narrativas.

> *Ia* [passear] *em Bom Jesus dos Perdões também. Meu pai ia em festa em Perdões levava nóis, e nóis tinha duas irmã caçula que num agüentava ir a pé.* [...]*. Tinha casa em Perdões; a casa nossa era quase em frente a da igreja, nóis ia assistir missa quase todo dia.*
>
> Dona Azélia

As festas e as rezas não concentravam-se em uma única capela, que era a expressão simbólica da religiosidade familiar marcada nas moradias, mas, sim em toda vizinhança. As capelas eram construídas dedicadas ao santo de devoção da família como forma de pagamento de uma promessa. São lugares sagrados nos quais são depositados sua fé e pedidos de proteção divina. A participação do clero nestes espaços é mínima, sendo que este é solicitado geralmente para benzê-la ou realizar uma missa para uma ocasião especial, como morte ou casamento, sendo que atualmente estas últimas solicitações são menos realizadas.

É capela de Santa Cruz. Essa capela eu construí em [19]*57, fui eu que montei ela. É porque toda a vida a gente gostou disso, né? Porque tinha as igrejas naquela estrada, naquela estrada que sobe.*

Dona Benedicta conta que teve um sinal divino sobre a identificação do autor do crime que causou a morte de seu filho, e a capela, junto aos seus santos, são protagonistas neste evento:

> *Eu coloquei a foto do meu filho ali no altar da capelinha ói, porque em casa não podia por que meu marido ficava triste, ficava olhando era pior... Aí o que eu fiz: guardei. Mas veio o padre aqui e eu mostrei a foto, aí ele mandou por neste cantinho aqui que eu tenho pra São Longuinho aqui né? O São Longuinho é difícil de ter, ele tem só uma perninha ói... O São Longuinho dizem que ele procura as coisa que não acha né? E Santo Expedito também né? E aí, justo aqui! Eu falei justo aqui que não achei o assassino dele ainda!*

Ferraz (1995) em seu trabalho sobre arquitetura rural na Serra da Mantiqueira, observou a influência do modo de vida caipira e da paisagem da Serra “na arquitetura simples

e despojada, porém sábia e engenhosa" (FERRAZ, 1995, p.18). Mais especificamente sobre as capelas, o autor relatou características bastante semelhantes com as retratadas no Boa Vista dos Silva:

> Presença marcante na paisagem é a das capelinhas e também a das simples cruzes de beira de estrada. Às vezes, elas servem como marco (cruz) de uma morte ali ocorrida, mas, em geral, são mesmo capelas para novenas, festejos religiosos e para o pagamento de promessas. Geralmente são decoradas externamente com ramos de bambu e, no interior, com arranjos de flores de papel crepom ou de papel laminado recortado, que lembram os tradicionais arranjos florais do Minho, no norte de Portugal (FERRAZ, 1995, p.20).

No entanto, no bairro são poucas as capelas que encontram-se conservadas, muitas já são ruínas, reflexo de um abandono, desuso, por diversas motivações como: mudança de religião; desinteresse pelas gerações mais novas que herdaram a propriedade; a não identificação do atual proprietário, geralmente vindo de outro lugar, com a religiosidade católica e/ou história do lugar; ou, até mesmo, por insensibilidade ou falta de conhecimento sobre a relevância deste patrimônio arquitetônico local, já que muitas capelas são centenárias.

Falar sobre esta situação emociona os moradores do Boa Vista dos Silva já que a maior parte de suas narrativas sobre a religiosidade no bairro estão atreladas às capelas.

> *Tem uma igreja lá em cima no morro, você nunca reparou, né? Ali, antigamente, que nóis fala, suponhamo, que era antigamente mesmo, por volta dos quarenta ano pra trás mais ou menos, ali quando tinha festa ali, não era um dia de festa, era três dia de festa. Era assim. Mais mutuava de gente que enchia tudo. Tudo que é povo que tava ali se alimentava tudo de graça, o dono da igreja, o dono da festa dava tudo pra todo mundo, era uma festa linda. Hoje só tem igreja e não tem mais nada... O dono antigo faz muitos ano que morreu, depois a família vendeu um pedacinho pra outro e aquele negócio vai se acabando...* [silêncio]. *Daqui do terreiro eu mostro, é aquela que cê indo daqui pra lá não tem outra, só tem ela, bem no meio do morro lá em cima quase terminando o morro dá pra ver, mas tá abandonada, a gente sente assim, quando começa a lembrar, naquela época a união era demais.*
>
> Seu Idalmiro

Dona Benedicta me convidou para dar uma volta no bairro e propondo um percurso em torno das capelas antigas. Ela estava bem animada pois fazia muito tempo que não saía para ver se as capelas *estavam sendo bem cuidadas*. Ela reconhecia todas: as capelas dos antigos cemitérios - no bairro haviam dois -; as mais antigas, *as dos véios*; e as de beiras de estradas, que por sinal são todas chamadas de Santa Cruz, por serem dedicadas à proteção das almas de pessoas que faleceram nas estradas. Mas é ao visitar duas capelas, Santa Cruz das Almas e a primeira capela dedicada à Santa Luzia, padroeira do bairro, que ela fica por longos momentos reticente.

Que abandono das capela antiga... Judiação... ó o jeito que tá? De casa aparece a lá! Essa capela era ali que depois era o Santo Cruzeiro, mas... tem nada mais... Tudo abandonado. Vai ver o da Santa Luzia tá do mesmo jeito. Judiação, ainda tem imagem... E parece a minha casa lá, aquela casinha de baixo lá é a minha casa! De lá aparece aqui, mas parece que tá bem arrumado, num tá nada, ói. Cemitério dos Bexiguentos era pra eles adorar, né? Zelá... e tem uma vista bonita aqui, ói. Quando fazia a procissão... chegava aqui, saía por aqui, vinha lá e subia aí, a procissão...judiação abandonar a igreja assim...É capela Santa Cruz das Alma, tinha missa tudo. O dono compra, sabe... o dono às vez é crente, né? Pelo menos fizesse uma igreja de crente, tá bom também, né? É a mesma coisa. E é muito lindo... aí se fosse meu, eu aqui ia reformar a capela. Ah devia de reunir a turma do bairro e cercar um pedaço aqui e arrumar, não? Ficava bonito de novo, cercar o lugar que era o cemitério, óia, abandonou em pasto, todo mundo de gente enterrado...

Dona Benedicta

Judiação... Tá abandonada também. Essa é capela da Santa Luzia, ela é a padroeira daqui. É a padroeira do bairro... eu não sei contar bem a história, era do tempo dos véios, das italianadas, que tinha os terreno deles aqui que tinha a capela aqui. Eu vinha todo sábado, a cada quinze dia eu vinha aqui, fazia reza eu vinha, fazia festa, festa de Santa Luzia mesmo, fazia todo dia três, de Santa Luzia, e fazia festa do dia de Santa Cruz também, aí fazia que é mês de... Santa Cruz. Parece que era mês de maio que tinha. Ficava até de madrugada aqui, tinha leilão... era bonito aqui a festa. Mais acabou em nada, acabou tudo em nada... mas se eles zelassem bem aqui dava pra deixar bonitinha, né? Mas abandonaram, abandonaram tudo... essa aqui era a mesinha em que ponhava prenda... nem a porta não fecha... e aqui tinha o sino, ói, o sino será que não tem corda mais? A corda do sino tá lá em cima, tá lá na árvore. E batia o sino, era bonito a capela aqui. E aqui tinha um rancho que a turma fazia café, sabe? E a turma dava café, servia café...

Dona Benedicta

Seu Idalmiro e Dona Azélia, lamentam o atual estado de abandono que encontram-se as capelas de *seus tempos.* E sobre a capela do bairro dedicada à Santa Luzia, Seu Idalmiro conta que foi construída uma nova na baixada para substituir a anterior que era considerada pequena e de difícil acesso, porém ele não a reconhece considerando-a como secundária, pois não representa o mesmo valor afetivo, e simbólico, que a capela antiga.

[...] *Naquela igreja lá pra cima também, até hoje lá ainda tem, que aquela igreja lá é nova, que aquela igreja que tá lá em cima não era de lá, o nome dela é Santa Luzia. Só que a Santa Luzia antiga não tá ali; quando cê passa naquela igreja; a Santa Luzia antiga tá na ponta de lá, no meio da lavoura de café e bananal, lá no alto. E era antigamente. Era tudo por trilho no meio do mato. Só ia a pé ou senão montado de a cavalo. De charrete num tinha lugar e nem de carro; carro nem existia naquela época, automóvel. Só tinha carro de boi* [risos]. *Era por aí. Passava no meio do cafezal e era bonito por causa disso. Tudo bem simples. Depois que inventaram então de fazer a Igreja ali, aí mudaram a Santa Luzia. Pensaram em mudar a Igreja com mais facilidade na beira da estrada. Então aí que fizeram a*

> *Igreja de Santa Luzia ali, entendeu? Só que de quarquer maneira a antiga Santa Luzia é lá, ali já é secundária né? É, fizeram pra facilitar, porque hoje se ocê falar que tem uma missa lá igreja, suponhamo, é capaz de ir só quem vai rezar e óia lá ainda* [risos]. *Tem medo de andar no meio do mato* [risos]. *Mas só que Santa Luzia mesmo não é ali é lá. A dona mesmo é lá, mora lá* [risos]. *Mais era bonito viu nossa... A gente mexia com tudo, alembra de tudo. Mas pouco a pouco vai se acabando. Num tem o que fazer, queira ou não queira vai terminando.*
>
> Seu Idalmiro

Para Halbwachs (1990) as lembranças de um grupo religioso são também despertadas pela visão de certos lugares, localização e disposições dos objetos, assim como ocorre com outros grupos. Mas para o autor, a separação entre o mundo sagrado e o mundo profano:

> Realiza-se materialmente no espaço. Quando entra numa igreja, num cemitério, num lugar sagrado, o cristão sabe que vai encontrar lá um estado de espírito do qual já teve experiência, e com outros fiéis, vai reconstruir, ao mesmo, além de uma comunidade visível, um pensamento e lembranças comuns, aquelas mesmas que foram formadas e mantidas em épocas anteriores, nesse mesmo lugar. (HALBWACHS, 1990, p. 155).

Além do desgaste físico das capelas, um aspecto de mudança marcante na religiosidade local, verificado nas narrativas, é a concepção de tempo, pois para eles parece haver pouco tempo de dedicação à realização das festas, ou mesmo quando estas ocorrem apresentam uma curta duração.

> Dona Azélia: *Festa de São Gonçalo, a mãe e o pai no tempo nosso, fazia festa aqui. Ficava aquela cambada, amanhecia tocando aí, cantando. Todo mundo, aquele mundo de gentaiada, chegava no outro dia ia ajudar a mãe e o pai a tirar leite, ia a turma lá tomar leite na vaca na hora, na mangueira.*
>
> Seu Idalmiro: *Muita gente fez Festa de São Gonçalo aqui, suponhamo, começava oito hora da noite e ia até outro dia. Era oito hora do solão quente tava dando a úrtima vorta no terreiro. Que era a vorta de cajuru, que se trata. Era lá pro sor quente! Acabava a festa era nove, dez hora. Ia a noite inteira, amanhecia todo mundo, comendo e bebendo, era por aí.*
>
> Dona Azélia: *Hoje ninguém no sítio faz mais essas coisa. Naquele tempo tinha bastante assim que tocava viola, era Festa de São Gonçalo. Nóis não perdia uma. Hoje ninguém tá ligando mais pra essas coisa. É que os véio aqui é pouco, né? Morreu quase tudo as véiarada daqui, agora é os mai novo, só gente de fora que veio. Nossa deve ter mais gente de fora do que daqui. Gente antigo, ah coitado, tem pouco.*
>
> Seu Idalmiro: *Da turma que cantava pra São Gonçalo aqui no bairro foi... agora um mês atrás morreu um primo meu que nóis cantava junto. Mas aqui não tem mais, hoje ninguém mexe com essas coisa. Aqui no bairro não tem um que toque instrumento, eu também não toco mais porque não tem o que fazer.*
>
> *Hoje teve arguma Festa de São Gonçalo há pouco tempo por aqui suponhamo, mais é assim né, as pessoas chegam ali, mas quando é quatro hora da madrugada já acaba a festa e pronto vai embora. Nem isso não vai, entendeu? E antigamente, não, era doze vorta, levava a noite inteira. Porque tinha argumas pessoa que ia cantar e levava uma hora mais ou menos. Tinha argumas que tinha bastante verso, levava até duas horas pra fazer uma vorta. Hoje... tá tudo na correria. Tudo difícil, né?*

Entretanto, mesmo que de forma diferente, as narrativas indicam haver uma continuidade na realização das manifestações religiosas, as quais passam a ser medidas por outro tempo, outro contexto:

> Pesquisadora: *Mas tem pessoas que fazem festas hoje?*
>
> Seu Idalmiro: *Tem bastante gente que ainda tem memo que é, o que era há quarenta ano atrás.*
>
> Pesquisadora: *E quem faz?*
>
> Seu Idalmiro: *Todos os moradores do bairro. Tudo do bairro que fazia tudo. As que têm hoje continua do mesmo jeito. Que nem tem esses um que toma conta, pessoas que nasceram no bairro e tem até arguns que veio de fora, mais que mora muito tempo aqui. Então faz a mesma coisa que era, daí vem o padre, e era por ai assim.* [...] *Que tem a igreja lá embaixo, que você sabe n'onde que é, e tem ali a mesma coisa. Quer dizer as únicas igreja que tem aqui, porque nos outro lugar não tem mais reza. Nem na Santa Luzia, nem lá em cima no Matão não tem mais reza, não tem mais festa. Só nos dois lugar, só lá embaixo que teve a festa junina e na Santa Luzia, lá ainda tem festa grande.*
>
> Dona Azélia: *Domingo passado mesmo teve a Mãe Rainha veio aí. Aí a Mãe Rainha ficou aí uns dia. Até minha filha chamou o meu outro filho pra ir, mas num pôde ir, teve que vortar pro serviço. Daí a Mãe ficou aí no vosso lugar mesmo, quando foi no domingo passado, era onze hora, meio dia, que ela saiu da Igreja, aí levaram ela pra faculdade, passaram em todo lugar, no Morro Grande, na Água Comprida, na Santa Luzia, depois daqui levaram ela pra cidade, mas foi bonito! Nossa!*
>
> Seu Idalmiro: *Mas tudo de carro!*
>
> Dona Azélia: *Ela foi na caminhonete. Foram com o guarda-chuva em cima dela porque tava chovendo demais, ói, que beleza? Passou aqui, ói, na porta aqui pra nóis ver.*
>
> Seu Idalmiro: *Mas é tudo de carro agora, né? E antigamente, que tô falando pro cê, era tudo andando, tudo a pé!*
>
> Dona Azélia: *Daí foram com o guarda-chuva em cima dela pra não moiar ela. É tão bonita a procissão dela, nossa!*
>
> Seu Idalmiro: [silêncio]... *Quer dizer que hoje, o que tamo dizendo é que não é do jeito que era antigamente.*

Esta última frase de Seu Idalmiro aqui representada foi expressa após um momento de reflexão, de silêncio, e pode nos indicar um caminho para uma nova interpretação sobre a dinâmica religiosa no bairro, até então considerada como totalmente inexistente nos dias de hoje, pois como observa Halbwachs (1990, p. 119), "a essa transformação do grupo corresponde um remanejamento profundo de seu pensamento. É como um novo ponto de partida".

Capítulo 3 MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NO BAIRRO BOA VISTA DOS SILVA

Sob a perspectiva de transformações no Boa Vista dos Silva, torna-se relevante verificarmos como que os traços culturais locais são reelaborados pelos moradores diante desse processo onde as mudanças e permanências diluem-se entre si, revelando um tempo presente marcado pelo confronto entre o novo e o velho.

Para esta análise serão consideradas as categorias *natureza, religiosidade* e *família*, as quais, por sua vez, se interpenetram e se complementam, porém para efeito de análise, organizei-as de forma separada.

3.1 Natureza, terra e trabalho

A percepção de natureza dos moradores entrevistados, revelada em seus depoimentos orais, está diretamente ligada ao seu modo de vida, especialmente ao *trabalho*, o qual caracteriza-se também, como observado por Diegues (1997) em seus estudos sobre populações tradicionais, pela existência de uma interação entre o homem e a natureza, que se manifesta tanto no campo das atividades de fazer, do conhecer e das técnicas patrimoniais quanto no campo simbólico.

Ao considerarmos o universo rural representado pelas memórias dos entrevistados é possível nos aproximarmos de suas representações sobre a natureza, pois como nos contextualiza Candido (2001, p. 46):

> A sociedade caipira tradicional elaborou técnicas que permitiram estabilizar as relações do grupo com o meio (embora em nível que reputaríamos hoje precário), mediante o conhecimento satisfatório dos recursos naturais, a sua exploração sistemática e o estabelecimento de uma dieta compatível com o mínimo vital - tudo relacionado a uma vida social de tipo fechado, com base na economia de subsistência.

Nesta perspectiva, o autor afirma que para este grupo social, a agricultura extensiva, itinerante, foi um importante recurso para estabelecer o equilíbrio ecológico, na medida em que era utilizada para ajustar as necessidades de sobrevivência à falta de técnicas capazes de proporcionar rendimento maior à terra (CÂNDIDO, 2001).

No entanto, as técnicas utilizadas no sistema agrícola são historicamente retratadas como sendo precárias, a exemplo da percepção de Saint-Hilaire, citado por Candido (2001), que ao observar o uso de queimada na agricultura extensiva descreve um quadro desolador,

onde além da destruição de capoeiras e novas matas, os lavradores ao viverem a grandes distâncias uns dos outros distanciavam-se também da "civilização".

Para Candido (2001) esta técnica foi uma alternativa encontrada para explorar o solo tropical, dada às suas dificuldades, pois a queima de vegetação rasteira, ainda muito praticada nos dias atuais, mostra, todavia que a cinza resultante é buscada como fertilizador, embora a longo prazo o resultado provoque a degradação inevitável do solo. Considerando tais características, o autor questiona:

> [...] Mas poderia o lavrador tropical agir doutro modo? O seu método é rápido e dá em pouco tempo a terra de que precisa. A deficiência inevitável dos meios de comunicação nos países pouco povoados impede a exploração racional da floresta; e a floresta tropical não é fácil de explorar. (CANDIDO, 2001, p. 59).

A partir da descrição de Leite (1974, p. 68-9) sobre o sistema de cultivo do solo predominante no período de expansão da Região Bragantina (1769-1797), é possível verificarmos como tais dificuldades já se faziam presentes na região de influência direta do bairro Boa Vista dos Silva:

> [...] Se fazia através da agricultura do 'tipo roça', em que o agricultor utilizava uma porção de solo durante certo tempo, sem nada lhe oferecer em troca. Verificando após um curto prazo que os rendimentos da colheita eram pequenos, abandonava essa terra cansada, por outra. A rotação das terras se fazia sempre na mesma propriedade. [...] As melhores colheitas eram conseguidas em terras novas, logo após a derrubada das matas, pois, com o correr do tempo, embora houvesse uma agricultura itinerante, os terrenos já não produziam com a mesma facilidade do começo.

No bairro Boa Vista dos Silva a produção agrícola marcou profundamente a paisagem local, a qual, por sua vez, transformou-se ao ponto de se constituírem áreas com regeneração da vegetação. Para os moradores entrevistados, cujas histórias de vida encontram-se intimamente ligadas ao trabalho *no campo*, este atual marco na paisagem representa um *abandono*, por já não mais apresentar resquícios da intensa produtividade rural vivenciada por eles:

> [...] *Ali* [na área de mata] *era tudo café, tudo cafezal. Eu apanhava café ali.* [...] *Ih era gostoso apanhar ali viu? Bardeava tudo, vinha tudo aqui na Santa Luzia* [antiga igreja] *pra apanhar café. Tinha um ranchão que a turma servia café. Vivia tudo aqui. Tinha o rancho, o rancho era aqui, trazia aqui, guardar café aqui. E aqui tinha uma paineira...eu acho que não tem a paineira mais...que tinha uma paineira aqui, que tinha minas de água...coisa mais linda do mundo. Mai acho que não tem mais a paineira não. Era nesse fundo aí* [na mata]... *Num aparece mais a paineira. Mais ou menos ali era a paineira. Nóis pegava água ali pra tomar, tinha água, a vertente, minas de água. Acho que tem ainda mais tudo abandonado né? Ainda tem de certo. É uma paineira que dá paina, que dá umas bola de paina. E no pé dele tinha vertente. Era bonito...era tudo café, já pensou? Ah virou, aqui era tudo café, envolta da Santa Luzia era tudo café. Abandonou tudo. Ah, vai indo com o tempo...acaba tudo em nada...vira em mato.*
>
> Dona Benedicta

A categoria *mato*[46], elaborada pelos entrevistados, refere-se tanto às áreas de vegetação nativa, ciliar quanto à capoeira, capim ou plantas. Assim, a associação do *mato* ao *nada* pode ser compreendida também como a não-lavoura, o não-trabalho, resultantes de um *abandono*.

Carvalho e Nodari (2007) também identificaram esta percepção em estudo realizado junto aos agricultores do município de Engenheiro Beltrão-PR sobre a transformação da paisagem. Os autores, com base na metodologia de história oral, coletaram depoimentos de agricultores sobre o processo de expansão da fronteira agrícola no período de 1948 - início da colonização dirigida - até 1970, visando compreender os processos de apropriação e representação da *floresta.*

Para os autores a categoria *trabalho* apresenta-se como um valor fundamental na fala dos agricultores entrevistados, em que o fato de "manter o 'mato' na propriedade é manter a 'terra inculta', é não trabalhar, portanto, um ato moralmente condenável para este grupo social" (CARVALHO; NODARI, 2007, p. 280).

[46] Categoria também identificada junto aos sitiantes de Saltinho/SP (FREIXÊDAS, 2007, p. 182) e aos agricultores de Engenheiro Beltrão/PR (CARVALHO; NODARI, 2007, p. 280).

Woortmann E. (1995) afirma que esta concepção é própria de uma moralidade do campesinato, pois é pelo trabalho que se legitima o direito de posse da terra, a partir de uma natureza que é de Deus.

Segundo Martins (1996[47]) a idéia de 'trabalhar a terra' está relacionada a um processo histórico de legitimação do direito de posse próprio do regime de sesmarias, que mesmo sendo substituído por um novo regime fundiário – a Lei de Terras de 1850 – permaneceu norteando as concepções de direito à terra tanto de ricos quanto de pobres, sendo possível observá-la até os dias atuais.

> A concepção de que é preciso ocupar a terra com trabalho (na derrubada da mata e no seu cultivo) antes de obter reconhecimento de direito, era próprio do regime sesmarial. Do mesmo modo, a concepção de que o trabalho gera direito de propriedade sobre os frutos do trabalho também era próprio desse regime fundiário. Nele, o *domínio* estava separado da *posse*. O domínio era da Coroa. Quando, por acaso, o sesmeiro deixasse de cultivar a terra ou de obter dela frutos para pagar tributos, a terra se tornava devoluta (ou realenga, como então se dizia, isto é pertencente ao rei). Podia por isso ser novamente distribuída pelo representante da Coroa, bastando que alguém a ocupasse e, depois, a requeresse, como ocorreu frequentemente. Do mesmo modo, a casa de um agregado construída em terras de sesmaria ou data de outrem, bem como suas roças e cultivos, não sendo ele escravo, lhe pertenciam legalmente, sendo a relação com o sesmeiro apenas relação de *enfiteuse*. Portanto, o trabalho[48] de fato gerava direito sobre bens produzidos e sobre a terra beneficiada ou, melhor, sobre o benefício incorporado à terra, como era o caso do desmatamento (MARTINS, 1996, p. 43-4, grifos do autor).

Considerando este contexto histórico-cultural, observamos a representatividade do trabalho sobre as territorialidades manifestadas no Boa Vista dos Silva, as quais, por sua vez, reforçam a idéia de que sua concepção de natureza não encontra-se dissociada do universo rural por eles representado.

Candido (2001) relatou que estes grupos sociais construíram seu modo de vida de forma que "o meio representava para eles uma totalidade", onde:

> A roça, as águas, os matos e os campos encerravam-se numa continuidade geográfica, delimitando esse complexo de atividades solidárias – de tal forma que as atividades do grupo e o meio em que elas se inseriam formavam por sua vez uma continuidade geossocial, um interajuste ecológico, onde cultura e natureza apareciam, a bem dizer, como dois pólos de uma só realidade (CANDIDO, 2011, p. 217-8).

[47] Em seu estudo "O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira", no qual apresenta a "tese de que fronteira é, simultaneamente, lugar da alteridade e expressão da contemporaneidade dos tempos históricos" (MARTINS, 1996, p. 25).

[48] Martins (1996, p. 44) observa o "imaginário monárquico, que ainda persiste nas frentes de expansão, não se deve unicamente a arcaísmos religiosos, mas também a uma concepção de direito muito próxima dos pobres: a dos direitos (de uso) gerados pelo trabalho em oposição aos direitos (de propriedade) gerados pelo dinheiro."

Aqui é a tirada do monjolo

E ali é a tirada do rio

Outro aspecto de mudança na paisagem ressaltado pelos entrevistados é a diminuição da água - elemento este utilizado para atividades diversas como: fabricação de farinha (monjolo), lavagem de roupa, pesca, entre outros:

> Dona Benedicta: *Isso aqui era um mar de água, tinha peixe... Agora não tem mais, a água diminui muito, a turma tira né? E diminuiu mesmo a água que era o ribeirão, agora é o riacho! Era ribeirãozão memo, agora diminuiu tudo... tá tudo sujo...*
>
> Pesquisadora: *Essa cachoeira tem nome?*
>
> Dona Benedicta: *Não. Só cachoeira dos Magiolli mesmo* [risos]. *É a família dos Magiolli. Vai parar lá embaixo n'onde nóis tava.*

Dona Benedicta, e sua sobrinha Eunice, ao observarem sua fotografia com seu filho, mãe e irmãs no córrego *dos Magiolli* que corta a propriedade de sua mãe, mencionam a diminuição da água e o aumento da vegetação:

Dona Benedicta: *Então esse aqui eu tirei na cachoeira, tava na pedra, tirei ali na ponte* [...], *com minha mãe e minhas irmã. E aí o meu primeiro filho.*

Pesquisadora: *E a paisagem?*

Eunice: *Só a água que diminuiu agora.*

Dona Benedicta*: É aqui água tinha bastante.*

Eunice: *E o mato aumentou, porque aqui* [na foto] *não tinha mato e agora tem também.*

Pesquisadora: *Que é aqui atrás da casa né?*

Dona Benedicta: *É pra traz tem bastante mato*.

Eunice: *E a água diminuiu. Aumentou o mato e diminuiu a água.*

Na concepção das moradoras, o aumento da mata ciliar não influenciou na melhora da água, pelo contrário, ela encontra-se atualmente em menor quantidade e baixa qualidade. Deste modo, verificamos uma dissociação entre mata e água, assim como uma não percepção do fenômeno do assoreamento, presente em parte significativa dos cursos d'água locais, o qual, por sua vez, resulta na diminuição da água.

A mata ciliar – também inserida na categoria *mato* – denota *sujeira*, cuja presença indica abandono e a própria impureza da água, provocada pelo acúmulo de matéria orgânica (folhas, gravetos, frutos) e presença de insetos, situação esta que implica na necessidade de se *limpar* a área.

Esta percepção relacionada à mata ciliar/água também foi identificada por Freixêdas (2007) em seu estudo sobre as diferentes concepções entre sitiantes, acadêmicos e técnicos sobre microbacias e práticas de manejo no município de Saltinho, interior de São Paulo. A autora ao questionar aos sitiantes o que poderia contaminar ou comprometer a quantidade de água de nascentes e rios, assim como os indicadores de pureza da água, obteve como resposta que a presença de mata, erva e capim nas margens do curso d'água indicava que o rio estava *sujo*.

Freixêdas (2007) apoiada na idéia de que sujeira também expressa um sistema simbólico[49] (DOUGLAS, 1966) observa que:

> Este rio sujo caracterizaria, desta forma, algo que não cabe ao rio, algo que está fora do seu lugar e que por isso, o polui. A braquiária estaria, assim, fora do seu lugar adequado, sujando a água do rio, ainda que dentro de um processo natural. Existe uma relação, desta forma, entre MATO e SUJO. É comum encontrarem-se nas áreas rurais as expressões 'pasto sujo', 'campo sujo' ou o seu contrário: 'limpar a trilha', 'deixar o quintal limpo'. A noção de sujo, portanto, refere-se ao fato de as áreas não estarem homogêneas em seu aspecto visual, havendo a necessidade de se retirarem algumas plantas ou resíduos, como folhas e galhos, para que possam ser consideradas como limpas. (FREIXÊDAS, 2007, p. 103).

Neste sentido, o pasto cumpriria a função de garantir a qualidade da água, por não gerar resíduos orgânicos e segurar os sedimentos que pudessem ser trazidos de partes mais altas da bacia hidrográfica. Para tanto, a área deveria ser manejada anualmente, por meio da retirada do próprio capim das beiras de rio, sendo este um costume do passado, para que a área, os corpos d'água permanecessem limpos[50] (FREIXÊDAS, 2007, p. 182).

Carvalho e Nodari (2007, p. 281-2) observam que sobre esta percepção de limpeza atribuem-se também valores estéticos e de trabalho. Eles observaram que entre os agricultores estudados, há um apreço pela natureza ordenada e racionalizada, sendo, por exemplo, o belo a "'carreira' de eucaliptos, homogêneos e não a 'floresta/sertão', 'caótica'".

No Boa Vista dos Silva, o valor estético pôde ser observado quando Dona Benedicta lamenta ao ver um jardim abandonado no antigo *cemitérinho* do bairro, que está sendo tomado pela capoeira:

> *Era pra cuidar né? Era um jardim outro dia... mais deixaram morrer no mato, devia de cuidar né?*

Quanto ao valor do trabalho, Carvalho e Nodari (2007), relatam que um dos seus entrevistados, Seu Santo Bergo, longe de uma visão utilitarista, possuía uma *mata* que ficava em torno de uma nascente em seu sítio, e embora não houvesse nenhum tipo de cultivo, ele

[49] Para Douglas: "Sujeira não é nunca um acontecimento único, isolado. Onde há sujeira, há sistema. Sujeira é um subproduto de uma ordenação e classificação sistemática de coisas, na medida em que a ordem implique em rejeitar elementos inapropriados. Esta idéia de sujeira leva-nos diretamente ao campo do simbolismo e promete uma ligação com sistemas mais obviamente simbólicos de pureza. [...] Resumindo, nosso comportamento de poluição é a reação que condena qualquer objeto ou idéia capaz de confundir ou contrariar classificações ideais". (DOUGLAS, 1966, p. 104 apud FREIXÊDAS, 2007, p. 104).

[50] A autora ressalta ainda outro componente mais ligado à atualidade que refere-se à presença de herbicida no ribeirão, proveniente em sua área de estudo principalmente das plantações de cana. No Boa Vista dos Silva este componente se faz também presente e embora não tenha sido mencionado pelos moradores entrevistados, estudos alertam que o uso extensivo de agrotóxicos no bairro podem estar correlacionados à propagação de doenças cancerígenas no local (SPERENDIO; HOEFFEL, 2010, p. 82-3).

fazia questão em manter a área, sob as árvores, *limpa*, e passava muitas horas de dedicação a tal atividade. Para os autores:

> Manter um terreno 'limpo' era reafirmar que naquela área se trabalhava, reforçando-se a auto-imagem de trabalhador, reforçava-se, ainda, a propriedade/posse da terra. Mas é, também, um exemplo de como o grupo pesquisado tem dificuldade de considerar 'belo e aprazível' o 'mato', bonito mesmo é terra 'bem cuidada'. As árvores isoladas, o pomar, a silvicultura, o campo cultivado são bonitos, já 'mato' é, por definição, o antônimo disso, é 'terra inculta', é 'sertão'. (CARVALHO; NODARI, 2007, p. 282, grifos dos autores).

A dualidade limpo e sujo, os valores estéticos e de trabalho se fazem presentes na percepção dos moradores entrevistados, sendo que a partir do relato transcrito abaixo é possível notar como essa percepção é retratada diante da situação de mudança:

> [...] *Esse* [terreno] *também era da minha mãe, só que virou em mato e agora não pode cortar mais, o meu filho passava, tirava a planta por essa ponte aqui ói, um dia quase caiu com o caminhãozinho ali, agora mudou o caminho pra lá. Não pode cortar o mato mais, eles não deixam mais, não pode, é proibido né? Antes era limpo, mais agora sujou...dia também ele pranta arguma coisa não dá pra limpar mais, mas se fosse uma gente que pode, essa cachoeira vou dizer pro cê era bem limpa, viu? Mais aqui os coitado não pode também limpar, né? Não dá pra ficar limpando... É mais sabe, o mato enfeita! Aqui o mato é bonito né? Se for limpinho também...*
>
> Dona Benedicta

Dona Benedicta nos explicita que há um impedimento legal, uma proibição quanto ao manejo da área, e se vê, de certa forma, obrigada a conviver com o mato, e, neste sentido, reconhece alguma beleza nele, mesmo que de forma contraditória, pois apesar de ser seu desejo ver a *cachoeira bem limpa*, não possui poder para concretizá-lo.

Fadini e Carvalho (2004) em estudo sobre o bairro do Moinho, Nazaré Paulista/SP - pertencente à Região Bragantina - apontam que a expansão das áreas de matas está também correlacionada ao fato de que muitos usos agrícolas e manejos de áreas foram e são tratados como infratores sob a ótica legal quando realizados em áreas protegidas, sendo que o fato destas áreas inserirem-se numa unidade de conservação as restrições de uso passam a ser ampliadas.

Sob a ótica ambiental conservacionista, o agricultor é generalizado em uma única categoria e passa a ser estigmatizado como "degradador ambiental". No entanto, há que se ressaltar que parte desse grupo, como dos pequenos agricultores, por exemplo, vivencia contradições na própria aplicação da legislação ambiental.

A frase *mas se fosse uma gente que pode* retirada da fala de Dona Benedicta nos sugere que a lei "não vale para todos". Esta situação é bastante presenciada na Região Bragantina, pois de acordo com estudos de Hoeffel et al. (2008) a supressão de vegetação,

assim como ocupação em áreas legalmente protegidas, para construção de condomínios e loteamentos nas áreas rurais, além da expansão industrial, tornou-se uma constante.

Esta contradição na política ambiental vigente associada ao que Arruda (1999, p. 90) caracterizou como "postura autoritária dependente de fiscalização repressiva", carece de uma legitimidade social junto à população local, especialmente, aos moradores rurais, cuja concepção de natureza não é exterior à sua vida cotidiana, sendo esta construída de forma em que:

> Magia, medicina simpática, invocação divina, exploração da fauna e flora, conhecimentos agrícolas fundem-se deste modo num sistema que abrange, na mesma continuidade, o campo, a mata, a semente, o ar, o bicho, a água e o próprio céu. Dobrado sobre si mesmo pela economia de subsistência, encerrado no quadro dos agrupamentos vicinais, o homem aparece ele próprio como segmento de um vasto meio, ao mesmo tempo natural, social e sobrenatural. (CANDIDO, 2001, p. 220).

Embora o contexto atual seja de mudanças, em que as relações entre homem e natureza atenuam-se, "à medida que os recursos técnicos se interpõem entre ambos, e que a subsistência não depende mais da maneira exclusiva do meio circundante" (CANDIDO, 2001, p. 221), os saberes construídos no passado, mediante a experiência no campo, ainda exercem forte influência sob a percepção ambiental dos moradores entrevistados e encontra-se correlacionada ao valor-trabalho, o qual, por sua vez, remete ao valor-família.

3.2 Família, terra e trabalho

É notável a representatividade das histórias de vida da família sobre às narrativas orais dos moradores entrevistados, assim como suas representações fotográficas, onde a terra, o trabalho e a família encontram-se articulados.

Neste sentido, é possível compreendermos a ênfase dada por Seu Idalmiro, por exemplo, ao sobrenome *Silva* atribuído ao Boa Vista como forma de distinção das demais porções do bairro e de valorização da história familiar da qual pertence e que também colaborou construir, sobretudo, com o seu *trabalho*. O trecho de um diálogo entre Seu Idalmiro e Dona Azélia indicam como a propriedade, trabalho e família se articulam na memória:

> Seu Idalmiro: *Tudo isso aqui que ocê tá vendo aqui até chegar naquele bar lá, tudo, suponhamo, e que dá volta pra traz aqui era do meu sogro né?*
>
> Dona Azélia: *Aqui, aquela casa, que é a chácara que tem enfrente aqui era do meu pai, nóis tirava leite ali, o pai tinha olaria perto da ponte ali, entrava ali, na olaria ali, o tijolo amanhecia ali, nóis queimava tijolo, ia fazer tijolo.*

> Seu Idalmiro: *De noite era uma gostosura trabalhar de noite....*
> *E lá em frente da comadre Júlia* [...] *essa parte de cá era tudo dele também, e mais pra frente também tinha outro terreno, mais pra frente, grande e aqui nesse lado de cá também...*
>
> Dona Azélia: *Aqui embaixo, aqui pra frente, na várzea ali, tinha um...mais pra frente, nonde tá aquele bar ali, tinha um monjolo, um monjolo ali, nóis fazia farinha.*

Woortmann K. (1990), acredita existir determinadas categorias que são comuns às sociedades camponesas em geral, como *terra*, *família* e *trabalho.* Para o autor, entretanto, o fato de serem comuns não seria o mais relevante, já que estas também estão presentes na cultura urbana, mas sim, de serem nucleantes, e principalmente, relacionadas, onde uma não existe sem a outra.

> Nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e família. Por outro lado, essas categorias se vinculam estreitamente a valores e a princípios organizatórios centrais, como a honra e a hierarquia. Pode-se opor esse tipo de sociedade às sociedades modernas, individualizadas e voltadas para o mercado; em outras palavras, pode-se opor uma ordem moral a uma ordem econômica. Neste último tipo de sociedade, as três categorias acima referidas existem, naturalmente, mas elas podem ser separadas umas das outras: a terra não é pensada em função da família e do trabalho, mas em si mesma, como uma *coisa*, ou como uma mercadoria; a família é também pensada em si, sem relação com o trabalho ou a terra, o mesmo acontecendo com o trabalho, que pode mesmo ser pensado como uma abstração, como um 'fator'. Temos então, no primeiro caso, um modelo *relacional* e, no segundo, um modelo *individual*, tanto no plano das categorias, como no plano das relações sociais e das pessoas: estas são, nas sociedades camponesas, seres relacionais constituídos pela totalidade e, nas sociedades modernas, seres individuais constituintes da totalidade, vista esta como agregado de indivíduos 'em contrato'. (WOORTMANN K., 1990, p. 23-4, grifos do autor).

No Boa Vista dos Silva, representado pelos *antigos* moradores, não era diferente, pois também atribuía-se um valor moral sobre à terra, associado ao valor família, a partir dos quais assegurava-se, também, a manutenção da propriedade familiar, a qual era concebida como um *patrimônio familiar*. Para tanto, havia uma organização voltada ao trabalho que realizava-se, na maior parte, pelos membros das famílias elementares[51] cuja chefia pautava-se na figura paterna.

O trabalho era dividido em atividades *femininas* e *masculinas*. A casa, o quintal, o monjolo, a pequena criação, a horta, constituíam-se como espaços de domínio *feminino*, sendo as mães, e/ou avós, responsáveis pelas tarefas domésticas, que envolviam a organização e distribuição dos produtos do roçado para o consumo familiar. O roçado, por sua vez, juntamente com a criação de gado e o negócio, constituía-se como espaço de domínio

[51] Unidades constituídas de um homem, sua esposa e seu filho ou filhos.

masculino - mesmo havendo a participação de mulheres nas atividades ocorridas neste espaço - onde produzia-se também os bens essenciais para o consumo doméstico.

Para Garcia Júnior e Heredia (2009) na oposição masculino/feminino estrutura domínios distintos, porém complementares, ocorre uma primazia do cultivo agrícola – ou criação de grande porte -, associado ao homem pai de família, sobre a manutenção da casa, espaço tido como próprio das mulheres mães de família[52].

Porém, os autores observam que mesmo diante dessa prioridade do espaço masculino sobre o feminino, a entrada no mundo social através do nascimento, ou a saída quando da morte, passava-se fundamentalmente na esfera da casa sob o domínio da mulher. Assim, Garcia Júnior e Heredia (2009) concluem que o caráter indissociável do vínculo entre unidade de consumo e unidade de produção mostra-se não como uma coletividade de indivíduos homogêneos e intercambiáveis - como tende a ser concebido o processo de trabalho industrial ou agroindustrial - mas conformado pela distinção de domínios complementares pensados como mundo das mulheres e mundo dos homens.

A reconstrução dos universos masculinos e femininos ocorre durante a infância, em que os filhos *acompanhavam* os pais nas tarefas tidas como masculinas, e as filhas as mães[53]. O trabalho era conciliado com os estudos, muito valorizado pelos pais, mas que não ultrapassavam a quarta série, pois este era o tempo máximo de ensino oferecido no meio rural da época[54]. A rotina dos filhos pequenos caracterizava-se com a ida à escola no período da manhã e a realização do trabalho logo depois do almoço, sendo que durante o período de férias trabalhavam em tempo integral.

A educação dos filhos não restringia-se à escola, sendo que o trabalho constituía-se como o principal ambiente de ensino e aprendizado, que se dava a partir da transmissão do saber tradicional, adquirido ao longo das gerações. Neste caso, a transmissão do saber ia além da transmissão de técnicas, envolvendo "valores e construções de papéis" (WOORTMANN E.; WOORTMANN K., 1997, p. 11), assegurando, consequentemente, a reprodução social da família.

---

[52] Pudemos observar referências sobre esta oposição nos Arranjos Visuais da Memória de Dona Azélia e Seu Idalmiro, apresentados no capítulo anterior.

[53] As filhas, assim como as mães, também realizavam atividades nos espaços de domínio masculino, como pudemos observar os relatos de Dona Azélia, por exemplo, no capítulo anterior.

[54] Atualmente o bairro *Boa Vista* possui escola municipal que atende às modalidades infantil, fundamental e ensino de jovens e adultos (EJA).

[...] *Esse aqui é o filho sabe? Quando a gente tinha o mangueiro, esse mangueiro era aqui. A gente sempre mexia com gado e ele tava ajudando a juntar o gado pra ir o mangueiro né?*

Seu Idalmiro

Um aspecto recorrente nas falas dos entrevistados quanto à participação dos filhos no trabalho familiar é a classificação de seus trabalhos como *ajuda* ou como *acompanhamento*. Garcia Júnior e Heredia (2009), com base em diversas etnografias realizadas no Brasil, apontam que os filhos de agricultores, ao passo que residem na casa de pais vivos, independentemente de suas idades, conservam-se sob a autoridade paterna, e mesmo seus esforços produtivos não são classificados como *trabalho*, mas como *ajuda*.

A classificação do trabalho como *ajuda* opõe-se ao trabalho *pesado*, associado especialmente a figura paterna, entretanto, não significava que a *ajuda* fosse um trabalho menos árduo e cansativo. Neste sentido, conforme Galizoni e Ribeiro (2004), a diferença se expressava muito mais no campo da representação simbólica do que no esforço desprendido e na tarefa desenvolvida.

Embora o trabalho fosse realizado basicamente sob o âmbito da família nuclear, é importante destacar que não era rara a realização de mutirões como forma de suprir as limitações da atividade familiar.

Esse aqui nóis tava fazendo um barracão, aqui a turma batendo o reboque. Esse aqui é o amigo de fora que mora na Mooca em São Paulo, que tava fazendo o mangueiro, tinha um sítio de a par com a gente aqui e nóis trabalhava de sociedade com gado aí.

Seu Idalmiro

Ressalta-se que a vizinhança, também envolvida nos mutirões, constituía-se, por amigos, cujos laços estreitavam-se pelo trabalho e compadrio:

E esse vizinho de fora faiz mais de 40 ano [que reside no bairro]. *Então esse são os primeiro vizinho que faiz mais de 40 ano, batizou a filha mais nova nossa, faiz mais de 30 ano.*

Seu Idalmiro

E, sobretudo, por parentes, cujo vínculo se dava pela descendência ou pelo casamento:

Tudo aqui é... os primo aqui é tudo da Silva Pinto, meus primo. Porque o pai deles era irmão do meu pai e morava tudo no bairro. Toda vida. Minhas tia, meus tio morava tudo aqui.

Dona Azélia

Sob este contexto é possível observarmos que no bairro havia uma priorização de casamentos realizados entre parentes, descendentes de famílias pioneiras ou, até mesmo, pessoas conhecidas[55] residentes no local, sobre as quais estabelecia-se uma sociabilidade vicinal no bairro construída também na reciprocidade, ou como nos dizeres de Candido (2001, p. 101), "ao fundamento territorial, juntava-se o vínculo da solidariedade de parentesco, fortalecendo a unidade do bairro e desenvolvendo a sua consciência própria".

[55] Segundo Woortmann K. (1990, p. 33), o vizinho é considerado um parente potencial dada à recorrência pelos sitiantes de casamentos dentro do próprio bairro rural.

Considerando tais características reveladas pelas memórias dos antigos moradores do Boa Vista dos Silva, podemos atribuir ao bairro a noção de *território de parentesco* (WOORTMANN E., 1995, p. 311), já que este constituiu-se por meio de laços de parentesco, onde a terra

> é domínio do parentesco num duplo sentido: é um território onde se reproduzem as relações de parentesco e é um território sobre o qual se exerce a dominância do parentesco. Em ambos os sentidos, é um espaço criado e recriado pela memória, onde a genealogia se funde com a história-mito fundante da identidade (WOORTMANN E., 1995, p. 311).

A reconstrução deste *território de parentesco* com base na descendência e na afinidade próxima, com pessoas *do e no lugar*[56], se transforma ao longo dos anos face à intensificação da mobilidade física, dos fluxos migratórios e ao próprio êxodo rural, configurando um novo arranjo sócio-espacial no bairro.

Cabe neste momento apresentarmos Alice Aparecida Alves, de 51 anos, cujas narrativas evidenciarão a mobilidade das fronteiras entre o urbano e o rural, o presente e o passado, assim como o tradicional e o novo.

Nascida em Adamantina, interior de São Paulo, filha de festeiro, Alice migrou para o bairro aos 28 anos com seus irmãos para trabalhar. Casou-se com um morador nascido no Boa Vista dos Silva, atualmente produtor de flores, e é reconhecida como uma liderança local, principalmente pelos seus trabalhos religiosos.

[56] Ressalta-se que a noção de *lugar* empregada neste contexto refere-se também às comunidades vizinhas ao Boa Vista *dos Silva*, as quais, por sua vez, constituem o bairro *Boa Vista.*

Alice relata que foi uma das primeiras pessoas a migrar para o bairro, assim como entre seus familiares, os quais posteriormente vieram residir no Boa Vista dos Silva também. Além da condição de migrante, ela aponta para a diferença étnica que se deparou no bairro:

> *Só pra você ver a cultura que esse bairro aqui, segundo contam, é muito antigo, o meu marido tem escritura de terreno de mais de 300 anos. Aqui nesse lugar aqui* [sua casa] *morava escravo. Quando compramo aqui, nóis arrancamo a casa dos escravo que é a piscina. Feito de pedra, de alicerce, eles cavocavam e em veiz de tijolo colocava a pedra. E não tem mais. E olha, teve escravo e é um bairro de gente branco. Eu vou falar pro cê quando mudei pra cá, faiz uns 21 anos, acho que só tinha a nossa família de cor, e eu sou a mais branca de caso que meus irmãos é mais escuro que eu.*

No que diz respeito à mobilidade física, observamos que esta relaciona-se ao deslocamento constante entre o mundo rural e o mundo urbano. No Boa Vista dos Silva este fenômeno é percebido tanto entre os jovens quanto entre os adultos, sendo que no caso dos jovens, o deslocamento refere-se, principalmente, por motivos de estudos e trabalhos na cidade, e consequentemente às idas para visitas aos amigos citadinos. Com relação aos adultos tal deslocamento é motivado para realização de consultas médicas, compras, visitas aos familiares, parentes e idas aos salões de beleza.

Verificamos que com o deslocamento surgem diversas consequências, como o distanciamento - físico e simbólico - das atividades culturais locais, de um lado:

> *O pessoal sai pra trabalhar fora e com isso dispersa também muito porque se perde, porque o morador, os jovens, principalmente, mora aqui, e vai trabalhar lá em Bragança então ele fica com muitas amizades lá e aí fica muito por lá também, né? Faiz as amizade por lá, fim de semana sai, então isso dispersa muito* [...].
>
> Alice

E, do outro, a ampliação de redes sociais, que extrapolam o âmbito do parentesco e da localidade, sobre a qual observa-se também manifestações de solidariedade:

> [...] *Sabe de quem eu ganhei uma prenda ontem? Lá da Clean Fashion* [salão de beleza localizado no centro de Bragança Paulista]. *Eu cortei o cabelo e contei pra ela* [sobre uma vizinha que estava passando necessidade] *e ela falou: - Passa lá depois da semana que eu dou uma prenda pro cê. Pra você vê né? Da cidade...*
>
> Alice

Ocorre também a imposição da mobilidade para a cidade provocada, geralmente, pela situação de agravamento de doença onde há necessidade de cuidados médicos mais especializados, como no caso vivenciado por Dona Azélia que passou em 2011 por uma cirurgia cardiovascular. Desde o agravamento da doença, a opção adotada pela família foi a de que os pais e a filha mais nova ficassem temporariamente na casa da filha mais velha, na cidade, para que Dona Azélia pudesse realizar o tratamento devido e evitar o deslocamento constante para a cidade de ônibus. No entanto, essa temporada do casal na cidade não ocorreu

de forma ininterrupta, pois praticamente todos os finais de semana o casal retornava[57] ao sítio para cuidar da casa, das plantações e da criação. Seu Idalmiro, mesmo em controvérsia com a família, devido sua saúde estar fragilizada, chegou a ficar dias sozinho no sítio *trabalhando*, inclusive, na criação de gado de sua filha que reside na cidade.

O casal alega sentir falta do sítio e, no caso específico de Seu Idalmiro, do *trabalho.* Para eles a mudança permanente para a cidade está fora de cogitação, pois *já estão acostumados, são nascidos e criados no bairro*, lugar este que é repositório de suas memórias familiares.

Carneiro (2007a) observa que no mundo atual as fronteiras são cada vez mais flexíveis, sendo que o principal fator que contribui para essa realidade é a facilidade de mobilidade física dos indivíduos que se deslocam por diferentes territórios em um mesmo dia, o que era impossível nas gerações anteriores, onde os indivíduos se deslocavam de forma mais definitiva através da migração.

> Hoje, o carro ou as motos no caso dos jovens residentes rurais, e a ampliação da rede viária e dos serviços de transporte em geral (assim como dos meios virtuais de comunicação) não apenas propiciam o deslocamento entre territórios distintos, tornando a localidade rural mais complexa, como também, paradoxalmente, favorecem a fixação dos moradores em suas localidades de origem o que, por sua vez, contribui para reforçar os laços de pertencimento através da manutenção de antigas redes de sociabilidade (parentesco, vizinhança, compadrio etc.), em contraposição ao movimento de esvaziamento promovido pelo movimento migratório definitivo. (CARNEIRO, 2007a, p.2-3).

A crescente mobilidade dos indivíduos, sobretudo dos jovens, coloca também em questão os valores morais próprios do mundo rural, em face à intensificação da comunicação com a cidade. Para Carneiro (2007b), torna-se um desafio entendermos os valores e os novos anseios dos 'jovens de residência rural'[58] diante não apenas da atração que a cidade e seus bens materiais e imateriais exercem sobre eles, assim como, o contrário, diante da revalorização do meio rural por segmentos da população urbana.

Diante dessa conjuntura onde os valores são revisitados, notamos a instauração de conflitos geracionais, explicitados, por exemplo, nas falas de Seu Idalmiro, onde o jovem é geralmente representado como desinteressado pela manutenção das tradicionalidades do bairro:

---

[57] Exceto no período de repouso absoluto de Dona Azélia.

[58] A autora utiliza tal expressão por considerar que com essa intensa mobilidade torna-se cada vez mais difícil falar de 'juventude rural', e neste sentido, inspira-se na expressão empregada por Nazareth Wanderley para definir esse universo de indivíduos que transitam entre os espaços urbanos e rurais, mas que mantêm residência em localidades tidas como rurais (CARNEIRO, 2007b).

> *A própria pessoa que anda, que vinha de há muito tempos atrais de reza prum lado e pro outro, a próprias filha num acompanhava a mãe.* [...] *Porque vai acabando os mais véios, os mais novo num tá aí com isso, entendeu? Muda tudo né? Aí vai deixando pra traiz essas coisa né?*

Outro fator decorrente desse contexto de mudanças no bairro é o fracionamento de propriedades, que geralmente inicia-se com o falecimento do patriarca, e a venda consequente:

> *Era tudo dele* [...]. *Só que os meus cunhado ficou com ele, as minhas irmã depois venderam tudo. Até esse aqui minha irmã ficou com ele, vendeu.*
>
> Dona Azélia

> *Olha, só pra você ter uma idéia, pra gente explicar de ponta a ponta, só pra você ter uma idéia. Daquela região pra cima ali óia, daquela capela pra lá, até chegar, terminar esse bairro aqui só tinha sete casa. Só sete casa. Essa aqui é uma delas depois, as outra. Tudo assim conhecido. Só tinha sete casa de morador. E hoje ocê mesmo vê que tá salpicado de gente. De gente de fora que vem, suponhamo. Fica tudo, moradia pequena. Muita gente vendeu o pedaço, reparte tudo...*
>
> Seu Idalmiro

A não manutenção da terra enquanto patrimônio familiar, isto é, a venda das propriedades pelos herdeiros, é influenciada por diversos fatores: diminuição ou até mesmo extinção de suas atividades econômicas rurais; falta de recursos financeiros para compra de terras; valorização da terra para o loteamento de chácaras de lazer voltado ao público dos grandes centros urbanos; e migração para cidade devido ao trabalho e/ou casamento com citadinos. Confrontam-se, neste sentido, diferentes valores sobre a terra no Boa Vista dos Silva, o valor moral e o valor mercado-imobiliário.

O observamos como decorrência deste processo, sobre os moradores entrevistados, aproxima-se do verificado por Munhos (2007) em seu estudo sobre sociabilidade, disputas e transformações de um bairro rural no município de Alvorada do Sul/PR, onde fatores como diminuição do tamanho dos sítios, envelhecimento da população local, saída dos jovens e chegada da aposentadoria, converteram a terra em um espaço importante de *moradia* e de manutenção da *inserção social do agricultor*, pois ainda que ele não obtenha exclusivamente a renda através das atividades agrícolas, morar no sítio e já ter trabalhado nele é que classifica o sitiante perante a comunidade do bairro e de fora dele.

A agricultura, então, não deixa de representar um meio identitário para os sitiantes mais antigos que *vivem* no sítio, mesmo não sendo a principal fonte de renda. O que define o sitiante nesta perspectiva é o *trabalho na terra* enquanto um valor simbólico (MUNHOS, 2007, p. 52), fato este explicitado nas narrativas dos moradores entrevistados.

Com relação àqueles que mantêm a produção agrícola como principal fonte de renda, observa-se o estabelecimento de relações de trabalho que diferem-se daquelas representadas pela organização familiar retratada pelos nossos narradores.

A partir da fala de Alice é interessante observarmos que a própria manutenção da produção agrícola da família Buoso[59] se deu mediante fatores externos, pois num contexto onde presencia-se um certo desinteresse por parte dos jovens em trabalhar no campo, a supressão da falta de mão-de-obra local se deu a partir dos migrantes, sobretudo, dos nordestinos, de origem rural:

> *Quando eu mudei pra cá não tinha não* [pessoas vindas de outras localidades]. *Tinha bastante gente daqui mesmo. E quando nóis chegamo pra cá, lá perto dos Buoso lá em cima veio bastante alagoanos, olha lá se formou uma colônia de alagoano, vieram de Palmeira dos Índio. Porque quando o bairro é bom, aí vem um, o bairro era bom, fácil, que nem ainda mora lá em cima tão longe da pista, moram lá em cima. Aí vem o irmão que tá passando necessidade lá, porque lá é mais difícil que aqui, aí vem o tio, o primo, e quando vê, aí encheu. E eles se dão muito bem com os italiano que tão lá em cima, você acredita? Eles fazem serviço pros italiano lá e tem gente lá dizer que nunca viram gente boa pra trabalhar que nem os nordestinos que vieram lá em cima. Mas eles são, os nordestinos, tão bom, tão bom... Então o nosso bairro ficou e com isso o ônibus, olha, anda super lotado. Porque as mulher vão trabalhar em Bragança e aí como coitada, de doméstica, e eles vem de lá com menos estudo, tá precisando de mão de obra desse jeito, porque ninguém quer.* [...] *E eles chegam pra cá e pra eles tá ótimo porque lá tá mais ruim.*

Neste sentido, embora ainda existam propriedades que realizam uma produção familiar, onde a contratação de mão de obra de pessoas não pertencentes à família se dá apenas em situação de alta produtividade, o assalariamento do trabalho no bairro é uma prática cada vez mais constante, haja vista o exemplo dos italianos, contratantes, e nordestinos, contratados.

Embora a relação entre estes diferentes grupos seja representada como harmoniosa por Alice, é importante ressaltarmos que, como já observado por Queiroz (2009, p. 66) na década de 1960, “a emigração ou a penetração da civilização moderna no interior dos estados não têm como consequência apenas a degradação econômica. Indo para a cidade ou obrigados a trabalhar para terceiros, a posição social dos sitiantes também se altera”. Há ainda que

[59] A família de origem italiana de sobrenome Buoso, constitui-se, no olhar de Alice, como a mais tradicional do bairro por possuírem traços culturais que distinguem dos demais como a nacionalidade, a rigidez no trabalho e manutenção e fortalecimento da atividade agrícola diante do atual contexto socioeconômico local. Destas territorialidades emergiu simbolicamente outro território: o Boa Vista *dos Buoso*, que embora não tenha sido mencionado pelos nascidos e criados no *dos Silva*, encontra-se localizado no Boa Vista.

destacar que nesta porção do bairro o domínio é, ainda, da família Buoso, sendo os alagoanos migrantes, neste caso, *sujeitos*[60].

O processo migratório de agricultores nordestinos pode ser contextualizado por meio do trabalho de Woortmann K. realizado em Sergipe em 1990, onde observa que:

> Desde o começo deste século [XX] vem se processando, de forma sempre mais acelerada, o esgotamento de um dos componentes centrais da reprodução social do campesinato nessa região e em boa parte do Nordeste: as *soltas*. O termo designava originalmente terras de livre acesso para a lavoura e para a criação, ou ainda para a retirada de madeira ou lenha. Aos poucos, as *soltas* foram sendo apropriadas pelos *proprietários*, palavra que designa os que possuem grandes extensões de terras e cujo significado se opõe ao de *dono*, termo que se refere àquele que, pelo *trabalho*, transforma um trecho de *soltas* em *sítio*. Aos poucos, *soltas* passaram a não ser mais terras devolutas, mas terras incultas no interior da *propriedade* e se tornaram como que individualizadas: 'solta de Fulano'; 'solta de Beltrano'. Simultaneamente, cresciam as restrições, com severas punições, ao 'criatório solto' (SILVA, 1981[61]). A isso se acrescenta a transformação, já vista, das relações de arrendamento no interior da *propriedade*, que vão substituindo a *terra de trabalho* pela *terra de gado*. [...] Antes, a região recebia gente vinda de outras partes do Nordeste; agora a migração para fora, em suas diversas modalidades, passa a se tornar uma necessidade para a reprodução de boa parte do campesinato. (WOORTMANN K., 2009, p. 229-30, grifos do autor).

O principal destino para esses migrantes era São Paulo[62], sendo que o processo de migração ao Boa Vista dos Silva - a exemplo da família de Alice e das famílias de Alagoas - assemelha-se ao verificado por Ribeiro et al. (2002) em seu estudo sobre o trabalho e migrações de retorno no período de 1960/2000 por meio da experiência de agricultores mineiros.

Os autores observaram que eram estabelecidas rotas comuns de destino entre os agricultores migrantes, sendo raros aqueles que faziam da migração aventura solitária. A escolha de determinada cidade era associada, desde a partida, às redes de conterraneidade que protegiam e integravam migrantes no destino, apoiando-os no acesso à moradia e emprego. Neste sentido, os migrantes construíram redes de solidariedade, o que permitiu a reprodução, numa certa medida, dos traços culturais vinculados ao seu lugar de origem (RIBEIRO et al., 2002).

---

[60] Segundo Woortmann K. (1990, p. 43, grifos do autor) "é *sujeito* aquele trabalhador do campo onde o tempo de duração de seu trabalho não é o tempo de todo o processo produtivo controlado pelo *agricultor*, pois ainda que, objetivamente seja um trabalhador agrícola, ele não realiza subjetivamente o *trabalho* enquanto valor cultural. Na medida em que não dirige o tempo da família, ele é *sujeito*".

[61] SILVA, F. T. *Camponeses e criadores na formação social da miséria.* Rio de Janeiro, 1981. 242f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense.

[62] Woortmann K. (2009) coloca que São Paulo não é uma localização territorial precisa, mas uma categoria classificatória que se opõe ao Norte, na medida em que este é o lugar da escassez, e o primeiro é o lugar da riqueza.

No bairro Boa Vista dos Silva, observamos que o estreitamento de laços afetivos entre aqueles pertencentes ao mesmo lugar de origem é, ainda, muito presente, mas não há como desconsiderarmos que por outro lado, esse mesmo processo de migrações, cada vez mais intenso - inclusive acarretando a vinda de pessoas da cidade - faz com que tais laços extrapolem os limites da origem do local e do parentesco, ressaltando a importância das relações de amizade e vizinhança, sendo esta última constituída agora por diferentes grupos sociais.

A religiosidade desempenhará um papel fundamental na constituição da rede de solidariedade local e revelará que tal rede não é construída sem tensões e conflitos.

3.3 Religiosidade, capelas e sociabilidade

A vida lúdico-religiosa é considerada como elemento importante da sociabilidade vicinal dos bairros rurais (CANDIDO, 2001; QUEIROZ, 1973), sendo ela um complexo de atividades que transcendem o âmbito familiar, onde o bairro torna-se também sua unidade básica de manifestação (CÂNDIDO, 2001).

Gaviria (2009) ao estudar as formas de apropriação do território por posseiros em Parati/RJ, mais especificamente na fazenda Taquari, verificou que a religião foi um fator fundamental para o estabelecimento de uma rede social de solidariedade, já que os primeiros moradores de Taquari migraram apenas com sua família nuclear. Este fato teve como consequência a falta de uma rede de parentesco, que constitui-se num importante espaço de sociabilidade no campo, o que acabou sendo suprida pelos ‘de fora’ por meio do estabelecimento de vínculos religiosos.

No bairro Boa Vista dos Silva, embora este fenômeno ocorra de forma diferente da apresentada por Gaviria (2009), a religião também mostra-se como fator relevante na (re)construção de uma sociabilidade vicinal, já que nela inclui-se uma diversidade de atores sociais, formada tanto por moradores migrantes quanto nascidos no local.

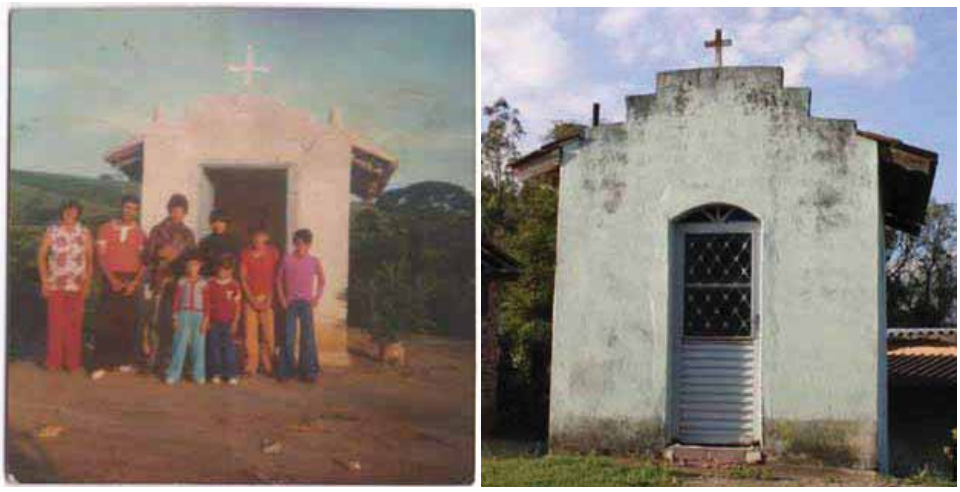
No entanto, cabe destacarmos que a construção e manutenção desse importante espaço de sociabilização não ocorrem sem conflitos, a começar pela própria situação das capelas:

> *Tudo quanto é casa tinha capela, entendeu. O fato é que até hoje ainda tem bastante casa que tem, não é só aqui né? Mais tem arguma delas, suponhamo, que demoliram a igreja que tinha e num fizeram mais. Tinha bastante lugar que fizeram isso.* [...] *Quer dizer as únicas igreja que tem aqui né, porque nos outro lugar não tem mais reza. Nem na Santa Luzia* [antiga capela], *nem lá em cima* [Capela do Matão] *não tem mais reza, não tem mais festa. Só nos dois lugar, só lá embaixo que você foi* [Capela Santa Cruz – Setor] *e na Santa Luzia, lá ainda tem festa grande.*
>
> Seu Idalmiro

As capelas foram, e são, construídas como forma de devoção aos santos, e constituem-se como os principais marcos simbólicos da religiosidade católica popular no Boa Vista dos Silva, além de importantes receptáculos da memória coletiva. Estes elementos simbólicos se mostram tão importantes para os moradores, sendo comum a prática de "transportar" a capela como forma de "preservá-la" durante as reformas das residências, que passam a obter uma nova estrutura.

Em contrapartida, há muitas capelas abandonadas decorrentes de diversos fatores - como verificamos no capítulo anterior - dos quais, sob a ótica da religiosidade local, cabe destacar a mudança de religião. Embora os moradores católicos ainda sejam uma maioria, os mesmos observam o aumento gradativo de pessoas que tornaram-se *crentes*[63].

No relato de Dona Benedicta, transcrito abaixo, é possível verificarmos as trajetórias da Capela de São Benedito, em seu sítio, que reflete tanto mudanças quanto permanências:



Esse aqui era a igrejinha nossa que tinha. Essa capelinha antiga, não é essa aí que tem agora, mais é quase igual, ói. Não tem diferença. E aqui era eu, meu marido e meus filho de frente essa capelinha antiga. Eu vou contar a história dela: essa capela, era promessa do meu sogro, era promessa da mãe dele ainda, ela tinha uma promessa de fazer uma capelinha, ela não fez. Daí ele fez essa primeira capelinha pra São Benedito. Ela virou crente, por isso que ela não fez, e essa que tem agora foi o meu marido que fez. Foi feita essa capelinha no lugar daquela lá pra não acabar. Senão acaba.

Fenômeno cada vez mais crescente no Brasil, a mudança do catolicismo ao pentecostalismo está diretamente ligada ao "poder de transformação" atribuído às igrejas dessa ordem religiosa (GAVIRIA, 2009, p. 283). Gaviria (2009) coloca que a opção pela conversão ocorre como alternativa para enfrentar as crises sociais e existenciais de quem tem comportamento desviante, como por exemplo, o alcoolismo, fato este muito citado no Boa Vista dos Silva. Outras motivações seriam a procura pela salvação, a qual ocorre, em certas

[63] Categoria local utilizada pelos católicos para referirem-se aos pentecostais.

circunstâncias, por morte física (em casos de doença grave) e, em outras, por morte social, que ocorre quando as pessoas são muito conflituosas, agressivas.

Mesmo diante desse quadro, as capelas ainda persistem como importantes marcos histórico-culturais do Boa Vista dos Silva, a começar pela própria origem do bairro, cuja narrativa a ser apresentada a seguir pertence à Alice, reconhecida como uma liderança local, principalmente pelos seus trabalhos religiosos. Atualmente é *coordenadora* das festas católicas locais, mas sua paixão é pela liturgia:

> *Eu gosto de preparar a liturgia* [...]*. Teve a chegada da Mãe Rainha, nóis ficamos uma semana de oração na capela, olha movimenta pra caramba. E é só oração e eu sempre trabalhei nessa linha aí. Só agora que tô na festa.*

Sobre a religiosidade dos antigos moradores locais, Alice conta que:

> *Antes aqui no bairro, pelo que eles contam, cada casa, cada morador fazia a sua capela. E aquela capela Santa Luzia também foi feita, que aquele bairro é bairro de italiano né? E aí quando eles vieram da Itália, eles trouxeram uma imagenzinha de Santa Luzia, fizeram uma capelinha lá no alto...*

Ao continuar a sua narrativa ela ainda nos dá pistas de como era a relação *capela e Igreja* no passado, e como ela mudou no decorrer dos anos. Assim, é possível identificarmos que os moradores do bairro, pertencentes a gerações - e origens - distintas, têm diferentes visões sobre as capelas, em especial sobre as práticas religiosas a elas relacionadas.

> ....*Só que não sei se você sabe, que pra ter uma capela que nem a gente tem ali, é ligada à Mitra* [Diocesana][64]*, que é o bispo. Nóis tamo ligado ao bispo, arcebispo e ao papa. Nóis não somo desligado. Então, quando eles fizeram a capelinha lá, que eles fizeram sem ligação daí o padre num vem atender. Por quê? Porque não tem ligação. Aí eles fizeram aquela ali embaixo* [atual Capela de Santa Luzia]*, aí veio um grupo de Bragança e orientou esse povo, parece que foi em* [19]*74, que eles queriam que tivesse missa igual São Sebastião lá na Água Comprida* [bairro vizinho]*, só que eles têm que ter uma capela ligada ao bispo, ligada à paróquia, pra poder ter. Aí eles construíram aquele lá* [na beira da estrada] *com um grupo chamado Maria de Nazaré de Bragança. Aí o grupo ligou a paróquia, Vila Aparecida, que é ligada à Mitra, que é o bispo, o bispo ligado ao arcebispo e o arcebispo ligado ao papa. Tem essa ligação.* [...] *Antes dizem que eles faziam a festa assim, fazia e cada um guardava o dinheiro. Aqui por exemplo a minha sogra diz que guardava o dinheiro pra fazer a festa no ano que vem e ficava girando o dinheiro, às vezes um que tava precisando, aí eles pegavam aquele dinheiro e doavam pra aquela pessoa. Agora se morre alguém a prefeitura se encarrega né do cortejo, se a pessoa é muito humilde né? Mas naquele tempo as pessoas carente tinha dificuldade até pra enterrar né, por exemplo, aqui no bairro tem uma capelinha lá num lugar, num cantinho lá, o pessoal do bairro era tão assim desligado, que era tudo antigo, eles num enterravam em Bragança, enterravam num lugar lá. Ontem memo tava na cabeleireira e uma mulher que comprou uma chácara lá me perguntou se era verdade que ali tem um cemitério mesmo, eu disse que sim, aí ela falou: - É que a turma diz que é assombrado lá... Daí eu disse que era cemitério era, mas que é assombrado não acredito não.*

Deste modo, é possível verificarmos que as atividades religiosas presentes no bairro eram realizadas sem nenhuma dependência de sacerdotes ou como nos dizeres de Oliveira (1978, p. 75), sem "a interferência de agentes religiosos institucionalmente definidos", isto é, ocorriam de forma autônoma, de acordo com as necessidades e modos de vida local.

Observamos também que mesmo com a substituição da Capela de Santa Luzia, com anseios de tornar-se uma paróquia conforme explicação de Alice, para os moradores mais

[64] Mitra Diocesana é o nome jurídico da Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil.

antigos é a antiga capela que é a *dona*, ou seja, que representa a origem, o desenvolvimento do bairro, uma época de dificuldades e superações.

Marin e Marin (2009) ao estudarem a influência do catolicismo sobre as populações italianas imigrantes no Rio Grande do Sul observaram que:

> A carência material dos primeiros anos, nas colônias, levou os imigrantes a estabelecerem maior vínculo com a religião católica, por meio da qual desenvolveram uma concepção de mundo e uma norma de conduta capazes de conferir-lhes identidade social. Isso era indispensável para que se sentissem protegidos e dispostos a lutar em prol da sobrevivência, individual e coletiva, na nova realidade vivenciada em um local distante da pátria de origem. [...] Encontravam-se em uma região de floresta densa, isolados geográfica e culturalmente da sociedade gaúcha, esquecidos pelos poderes público e eclesiástico, carentes de recursos e impossibilitados de retornarem à Itália. Diante dessa situação, os imigrantes perceberam que a religiosidade era o elemento de agregação social e, em torno dela, organizaram suas forças para reconstruir sua vida no Brasil. (MARIN; MARIN, 2009, p. 67).

Os autores ainda apontam que a criação autônoma de capelas, expressão da religiosidade dos imigrantes, desempenhou importante papel na organização e reconstrução da vida individual, familiar e coletiva, além de representarem, simbolicamente, esperança de proteção e de saúde. As capelas eram construídas com o trabalho e recursos dos próprios colonos, para um santo protetor, dotado de um poder especial para curar as doenças e afastar os males. Estes lugares não constituíam-se apenas como espaços de rezas, mas também um núcleo de solidariedade vicinal, pois em torno dela girava a vida social dos imigrantes, como as festas comunitárias, a escola, o cemitério (MARIN; MARIN, 2009).

Neste sentido, o "sistema de capelas" foi, portanto, um meio importante para a reconstrução grupal, pois era nestes lugares que se auxiliavam, trocavam saberes, experiências, víveres e objetos. A religião católica permeava várias instâncias da vida dos imigrantes: rezas e benzeduras para resolverem problemas de saúde, de pragas na lavoura, para alcançar as graças da chuva, a boa colheita e também para afastar sinistros naturais (MARIN; MARIN, 2009).

Outro fator importante relacionado às capelas, e consequentemente à prática do catolicismo popular, é que, diferentemente do catolicismo romano - cujo traço estrutural se dá por sua ênfase nos sacramentos e requer a existência de ministros religiosos investidos em suas funções pela autoridade religiosa - pressupunha uma igualdade fundamental entre os praticantes, pois como seu núcleo era a devoção dos santos não era preciso autoridade eclesiástica para cultuá-los e nem o 'rezador' precisaria de uma investidura eclesiástica para dirigir a reza no dia de festa de santo. Os grupos de leigos, sem organização formal, apenas eram nucleados em torno da figura do festeiro, eram autônomos em sua atividade religiosa,

onde promoviam e organizavam as festas e difundiam as devoções dos santos, e se não houvesse padre, que era apenas o convidado de honra, a festa religiosa não deixava de realizar-se. A missa e os sacramentos complementavam o catolicismo do povo, mas não eram seu núcleo (OLIVEIRA, 1978).

No entanto, com o passar dos anos a Igreja institucionalizada ao adentrar nesse universo popular, impõe uma organização mais rigorosa, pois ali,

> naquele microcosmo, estariam centralizadas as práticas públicas e individuais da religião. Era ali que os católicos frequentavam os sacramentos, participavam das associações devocionais, pagavam o dízimo, contribuíam para as obras da paróquia e atendiam aos apelos do clero. O padre zeloso deveria congregar todos os fiéis para a construção de uma comunidade cristã, sob sua direção e orientação, como pastor de um único rebanho católico.[65] (MARIN; MARIN, 2009, p. 71).

No Boa Vista dos Silva, a presença da Igreja - na realização das práticas religiosas - se manifesta, sobretudo, no respeito à hierarquização dos agentes religiosos e na organização formal das festas. Neste contexto, as festas de Santa Luzia e Nossa Senhora da Salete, assim como as solenidades da Semana Santa e da chegada da Mãe Rainha, são realizadas apenas nos espaços legitimados pela Igreja: a Capela de Santa Luzia e a Capela de Santa Cruz, que funciona como uma espécie de espaço anexado à capela *oficial* do bairro, sendo então chamada de *setor*.

> Pesquisadora: *A maioria das capelas aqui não possui essa ligação com a Igreja?*
>
> Alice: *Não. Essa aqui* [Capela de Santa Cruz] *é chamada de setor, porque nem pode ser chamada de capela, ela pertence à Capela Santa Luzia. Porque tem que pertencer lá, faz festa tudo, mas pertence lá, porque nóis, por exemplo, a gente não paga imposto pra viver? Nóis tem que pagar pra paróquia. Por exemplo, essa festa nóis tem que pagar 10% pra paróquia. Por mês mais ou menos R$ 120,00 de taxa, pro padre assistir nóis, pra ter as coisa. O padre paga pra Mitra* [...] *senão num tem sustentação, por isso tem que trabalhar, senão não tem sustentação. E a gente Graças a Deus tem uma ligação muito boa com o padre né? Porque precisa. A nossa comunidade se não tivesse uma sintonia muito boa com o padre e as pessoa da paróquia onde pertence, a gente não anda. E essa sintonia tem que existir.*
>
> Alice

[65] Marin e Marin (2009), apoiados nas idéias de Foucault sobre poder, colocam que a constituição de um *único rebanho católico* era de interesse tanto da Igreja Católica quanto do Estado que era a de disciplinar os imigrantes e formar indivíduos ordeiros, laboriosos e pacíficos, visando aproximá-los do modelo ideal de colono ou integrá-los pelo processo de nacionalização. (MARIN; MARIN, 2009).

A organização das festas e das celebrações religiosas é realizada pelos próprios moradores, os quais, por sua vez, encontram-se organizados em pastorais, tais como *pastoral da festa*, responsável pelo recolhimento de doações, prendas, compras dos alimentos e bebidas; *pastoral da limpeza*, que limpa, organiza e decora o espaço; *pastoral da liturgia*,

responsável pela celebração, pelo “culto a Deus”, e que congrega também os responsáveis pela música e organização do altar. Além dos responsáveis designados para cada pastoral, em torno de três pessoas, há também os auxiliares, que são os demais moradores convidados a colaborarem na organização das festas. A cada quatro anos mudam os participantes, porém os antigos responsáveis permanecem colaborando.

Embora ainda ocorra uma significativa adesão da população local para a organização das atividades religiosas, Alice relata que com o deslocamento de parte dos moradores para a cidade, acaba dificultando, muitas vezes, a mobilização de um grande número de pessoas para realizar todo o conjunto de atividades, como o preparo de alimento e a confecção de barracas de bambu, que eram realizadas antigamente:

> [...] *E agora tem que vir quase tudo pronto pra gente terminar né? Porque não dispõe também de tanta mão de obra. Porque de primeiro tinha mais gente assim a disposição e cada vez é mais difícil, porque que nem eu falo pra eles sempre: o pessoal sai muito.*
>
> Alice

Este contexto se reflete também no envolvimento dos jovens nessas atividades. Para evitar que haja uma grande *dispersão* desse grupo, os moradores procuram dinamizar a rotina religiosa incorporando-os em diversas atividades e tarefas:

> *Tem catequese, tem crisma. Aí os jovem, só não participa que num quer. Mais aí eles ficam porque na catequese tem movimento, depois vai pro crisma se movimenta. E daí um ou outro fica. Agora por exemplo na festa nós reservamo as menina do crisma pra trabalhar dentro da cozinha. Porque nóis tem que mostrar o trabalho. Alguns vão e outros fica, se num ficasse tinha acabado não é verdade?*
>
> Alice

Neste sentido, o desafio maior de agregação de moradores em torno às atividades religiosas, passa a ser menos os jovens e mais os idosos, que são os *antigos*, a *italianada*, considerados mais resistentes às mudanças, mais *linha dura*. Entretanto, essa postura, na concepção de Alice, por exemplo, está mudando com as novas gerações, e com o próprio dinamismo do bairro, marcado também pelos processos migratórios:

> Pesquisadora: *E os mais antigos participam das festas?*
>
> Alice: *Participam, mas tem um lugarzinho que não participam, são os nativo mesmo, mas tô conseguindo.* [...] *Mas como agora eles tornaram minoria, agora eles não são maioria mais, diz que eles já foram muito mais difícil já, porque eles vieram os italianos, que eles vieram da Itália e fizeram o progresso deles, a vida deles aqui no bairro. Só que eles já...eles são minoria. E os mais jovem não acompanha muito a linha dura. Alguns só que ficou naquela linha dura, bem pouco.* [...] *Só que aí também aderiram, ficaram mais calmo porque precisa da mão de obra dessas pessoa aí ói os nordestinos. Então eles ficaram mais flexível, tiveram que ficar.*

Mesmo diante desta situação de conflito, e das dificuldades enfrentadas, verifica-se que há um esforço coletivo na manutenção das práticas religiosas, sobretudo, das festas. Embora ocorra de modo diferente do *tempo dos antigos*, e mesmo sendo considerada como *mais devagar, diferente do que era antes*, há um reconhecimento desse esforço por parte dos moradores antigos entrevistados, como observa Seu Idalmiro:

> [...] *Ali na Igreja da Santa Luzia, a gente...eu quase...vou poucas vezes né, e agora a gente nem sai muito daqui né? Mas sempre a gente ia... Mas junta bastante gente entendeu, e quando chega na hora de rezar tem gente que acompanha, que nem a Alice vai fazer suponhamo né, tem bastante gente que acompanha ainda né?*

Quando perguntei à Alice quais eram as suas principais motivações em dar continuidade às festas, às atividades religiosas, ela responde:

> *Nóis faiz isso tudo isso aqui pra não perder a tradição né? ... Nóis somos convidado pra ir numa festa, por consideração, por gostar eu vou naquela festa. E agora por Deus nós somo chamado.* [...] *Eu vi meu pai fazer isso, só que com mais dificuldade porque a minha mãe não gostava. Minha mãe achava ruim. E meu marido não acha, meu marido acompanha eu. E ela* [sua filha] *já tá entrando na mesma linha. E ela já deixou esses dia a casa e foi de moto sozinha limpar a capela. Eu só sei de uma coisa: que a gente tá feliz com isso.*

Mesmo que os grupos sociais estabeleçam um vínculo formal com a Igreja, Gaviria (2009) aponta que a tradição católica possui como característica, expresso na vivência religiosa, uma distância física e social entre as autoridades eclesiásticas e seus fiéis.

> Diferentemente de outras igrejas, por tradição, os representantes da autoridade da Igreja Católica não exercem um controle direto no cotidiano, um controle de caráter pessoal sobre o comportamento dos fiéis fora do local da igreja. O encontro dos fiéis com o padre ocorre de modo periódico (semanal ou quinzenalmente) durante os rituais religiosos na igreja. Essa religiosidade é qualificada socialmente como livre. (GAVIRIA, 2009, p. 282).

Esta característica, associada a outros fatores sócio-culturais, permite que cada grupo social reelabore as práticas religiosas, conforme a dinâmica cultural do seu lugar de vivência, como pudemos observar no Boa Vista dos Silva. Embora o grupo organizador das festas religiosas do bairro esteja vinculado diretamente à Igreja, cumprindo com suas obrigações eclesiásticas, ele ainda mantém e participa de atividades que ocorrem no bairro de forma autônoma, isto é, sem qualquer vinculação exterior a não ser aos laços comunitários, como as festas de pagamento de promessa, festas juninas, as rezas motivadas e organizadas apenas pelos moradores, revelando as permanências de alguns traços do antigo modo do fazer religioso local:

> *A minha sogra faiz reza na capela ,mais não com o padre, com nóis memo. A gente que faz. A reza dela é lá pro mês de maio, lá pelo dia treze, porque ela reza pras alma dos falecido antigo. Que no caso o meu sogro morreu no dia treze. De lá pra cá ela faiz, mais antes ela já fazia já e aí por essa ocasião faiz. Tem bastante gente que faiz isso aqui.*
>
> Alice

Quanto ao apoio aos vizinhos em *tempos de precisão*, mesmo não podendo utilizar o dinheiro arrecado nas festas para estes fins, os moradores se mobilizam de outras formas para levantar recursos –financeiros e humanos – para ajudar o próximo:

> *Agora nóis tamo, depois que terminar a festa, nóis vamo movimentar pra fazer uma casa: um cômodo, um banheiro, um lugarzinho, pra uma moça que tá doente, internada* [...]. *Depois que terminar a festa nóis vamo arrecadar a fonte. Porque a irmã dela tem um terreno e deu o terreno, só que não tem dinheiro pra fazer a casa, né? Ela pode até ter, que nem ela tava querendo fazer uma pra ela. Mas coitada, ela tava juntando dinheiro tanto tempo pra ela né? E essa irmã tá precisando, e aí nossa... O pessoal do bairro é solidário.*
>
> Alice

Neste sentido, é possível observarmos que a religiosidade no Boa Vista dos Silva permeia entre o universo católico tradicional e o popular, cujas motivações atrelam-se tanto às subjetividades da fé quanto à manutenção de um espaço coletivo, no qual expressam-se tensões, assim como sentimentos de localidade e solidariedade vicinal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão acerca do território e territorialidades promovida na contemporaneidade é complexa e dinâmica. Neste sentido, esta temática é recorrente em diferentes áreas do conhecimento como das ciências sociais, geografia e história, que buscam sob perspectivas distintas, em muitos casos complementares, compreender esse fenômeno no momento atual. Assistimos um movimento constante e dinâmico de territorializações e desterritorializações, e, desta forma, pretender abarcar toda a problemática deste fenômeno torna-se um empreendimento impraticável.

Assim, este estudo trilhou um percurso buscando, sob passos iniciais, investigar a questão da produção de territorialidades pelos sujeitos que vivenciam um processo de mudança territorial a partir da memória coletiva. Nesse sentido, as narrativas, reveladas pela história oral, associadas às representações imagéticas, mostraram-se como relevantes fontes de pesquisa.

Observamos que essas narrativas carregam em si um tom de autoridade, no sentido de sabedoria, sobre o passado do Boa Vista dos Silva, atrelada a um tempo vivido, experenciado. As expressões *nascido(a) e criado(a) aqui; a gente mexia com tudo, alembra de tudo; a gente é bem antigo; a família é tudo daqui mesmo; a idade da gente já tá com 70 ano;* retratam esse sentimento e posicionamento fundamentado na descendência, no trabalho, no tempo de permanência no bairro, e, sobretudo, no sentimento de localidade, de pertencimento ao lugar, traduzido no elo afetivo entre os narradores e o bairro.

Ao mesmo tempo em que Dona Benedicta, Seu Idalmiro e Dona Azélia são narradores do Boa Vista dos Silva neste trabalho, são também representantes de um grupo social cada vez menos visível em nossa sociedade: de velhos ou idosos. Pudemos assim, nos aproximar, mesmo que de modo inicial, de como eles, na velhice, produzem e reproduzem a vida social no meio rural. Neste sentido, chama-nos a atenção a questão da corporalidade atrelada ao trabalho, onde:

> À medida que o corpo e a alma se alteram, tal como outras circunstâncias da vida, as pessoas vão-se adaptando e agem, trabalhando o que podem, cientes de que *parar é morrer.* (PORTELA, 2003, apud GUSMÃO; ALCÂNTARA, 2008, p. 16).

Bosi (1994) aponta que este grupo exerce uma função primordial na e para a sociedade, na medida em que suas lembranças revelam dados significativos do mundo social. Assim, os velhos passam a desempenhar um importante papel na construção da memória coletiva do seu grupo, fortalecendo assim seus elos e reconstruindo sua identidade, tarefa fundamental na formação dos sujeitos sociais.

Estes sujeitos enquanto narradores podem recorrer ao acervo de toda uma vida, que não inclui apenas a própria experiência, mas a experiência alheia também. Eles assimilam à sua substância mais íntima aquilo que sabem por ouvir dizer. Quanto a esse grupo, verificamos então, que "seu Dom é poder contar sua vida; sua dignidade é contá-la inteira." (BENJAMIN, 1985, p. 221).

Sob várias nuances as narrativas foram dimensionadas para a vida cotidiana no Boa Vista dos Silva, sendo marcadas pelo entusiasmo, pelas reticências e, também, relutâncias. Por vezes, na tentativa de lembrar datas, rostos em algumas fotografias, a dúvida evidenciava-se, mas, por outro lado, os momentos, a paisagem, os objetos, eventos que marcaram suas vidas eram relembrados em cada detalhe.

No entanto, cabe ressaltarmos que tratou-se de um processo de rememoração, de um trabalho (BOSI, 1994). Sendo assim, é necessário questionarmos a sobrevivência do passado, 'tal como foi', e que se daria no inconsciente de cada sujeito.

> A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora à disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado no presente, excluiu a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de pontos de vista. (BOSI, 1994, p. 55).

Nesse processo de rememoração, os narradores reviveram momentos de suas vidas, não no sentido de reviver o passado fidedignamente, mas sim de ressignificar as experiências do passado (BRANDÃO, 1998), tendo o Bairro Boa Vista dos Silva, como o lugar dessas experiências. Neste sentido, o bairro foi posto como algo em constante movimento, cujas referências físicas se entrelaçaram com essas experiências de vidas, exprimindo a sua territorialidade.

Halbwachs (1990) coloca que toda a trajetória de um grupo pode traduzir-se em termos espaciais, assim como identificamos nas narrativas sobre o Boa Vista dos Silva, já que os marcos de sua paisagem vivenciada pelos moradores locais, como a mata, as capelas, as trilhas e estradas, as moradias, o monjolo, o rio, foram importantes referências para suas lembranças, atribuindo um sentido inteligível para os narradores.

Cabe destacarmos que este quadro da memória constitui-se, também, sob um contexto de mudanças no Boa Vista dos Silva, um bairro concebido como rural em que aspectos do ambiente urbano também passam a compor a atual realidade local, resultante de um processo

de uma sucessão de fatos e acontecimentos históricos em sua região de influência, que revelaram diversos conflitos de interesses territoriais.

Diante dessa situação, sem a pretensão de estabelecer fronteiras delineadas entre o rural e o urbano, observamos que as narrativas remetem a um tempo que apresenta uma divisão entre o *tempo de uma tradicionalidade* - regido pelos narradores - e o *tempo de mudanças* - regido por atores sociais plurais -, onde o *antes e depois, era e é, antigamente e agora*, são palavras utilizadas de forma constante.

As principais mudanças apontadas pelos entrevistados são evidenciadas especialmente pela diminuição do intenso convívio social entre familiares e vizinhos, cujos laços de amizade e solidariedade, bastante estreitos, abarcavam as diferentes esferas da vida social, como trabalho, religião e lazer.

Este ambiente familiar, intimamente conhecido, que constituía-se como um *território de parentesco*, agora é também composto pela presença de novos atores sociais: os turistas, motivados pelo ambiente bucólico que o bairro exprime, dos quais muitos passaram a residir no local; e os migrantes, vindos de vários lugares motivados pelo trabalho e melhores condições de moradia.

Embora a relação entre turistas e moradores locais não tenham sido aprofundadas neste estudo, pudemos observar que o fato destes possuírem outros hábitos de convivência social dificultou o estabelecimento de uma relação afetiva e solidária com os moradores locais, características relevantes para a sociabilidade vicinal. A este grupo os narradores se referem como *gente de fora*, cuja noção atribui-se menos àqueles vindos pura e simplesmente de uma localidade diferente, e mais àqueles que não estabeleceram uma relação com os moradores locais e, portanto, não compartilham uma experiência comum no Boa Vista dos Silva.

Podemos atribuir essa noção, embora em outro contexto, à outra presença cada vez mais intensa no bairro: a do poder público, que tende a deter maior controle na organização territorial do bairro que passa a ser regido por preceitos externos e excludentes, e não, somente, por àqueles restritos aos moradores locais.

Esta realidade evidencia-se nas políticas conservacionistas ambientais, que por não estabelecerem um diálogo com os moradores destes bairros, impõem uma lógica de percepção de natureza exteriorizada e, portanto, incompreensível para estes moradores, os quais a concebem de forma integrada ao seu modo de vida, cuja história atrela-se ao trabalho na terra e no conhecimento adquirido por gerações.

Em contrapartida, verificamos que mesmo diante de um contexto de tensões, foram os migrantes que estabeleceram laços mais estreitos com o bairro e seus moradores, incorporando e ampliando a rede de solidariedade local. A religiosidade, foi um fator fundamental para essa integração.

O exemplo marcante nesse estudo foram as histórias de Alice, mulher, migrante, *de cor*, e pertencente a uma geração posterior dos moradores *mais antigos*. A partir de suas narrativas, que remeteram à memória coletiva do Boa Vista dos Silva, pudemos observar tensões e conflitos geracionais, especialmente no que diz respeito às organizações das festas religiosas antes lideradas pelos *antigos*.

Alice participa ativamente das atividades religiosas do bairro, tornando-se uma liderança local reconhecida pelos moradores, inclusive pelos mais velhos. É por meio dos relatos sobre a religiosidade que pudemos verificar como os moradores realizam a manutenção de um espaço coletivo e solidário, assim como a religiosidade católica tradicional e popular se entrelaçam.

Diante deste contexto de mudanças, onde a dinâmica do bairro não é mais definida em função da estrutura fechada do grupo de vizinhança, e sim sob aspectos externos que impulsionaram a mobilidade física, a fragmentação do patrimônio familiar, os fluxos migratórios, o êxodo rural e o surgimento de novas lideranças locais, o passado é valorizado pelos moradores antigos de forma constante e é referido de uma forma saudosista como *tempo nosso, tempo meu, tempo de roça, tempo da fartura* - fartura de festas, de trabalho, de alimento, de sociabilidade vicinal - mesmo diante das dificuldades enfrentadas. Candido (2001) caracteriza este sentimento como “saudosismo transfigurador” que:

> [...] Se manifesta, é claro, sobretudo nos mais velhos, que ainda tiveram contacto com a vida tradicional e podem compará-la com a presente [...]. Consiste em comparar, a todo propósito, as atuais condições de vida com as antigas; as modernas relações humanas com as do passado. As primeiras [...] referem-se principalmente a três tópicos: abundância, solidariedade, sabedoria. (CANDIDO, 2001, p.244).

Entretanto, é importante salientarmos que as narrativas revelam também percepções diferentes sobre os eventos sociais por eles vivenciados, não havendo, portanto, uma unidade harmônica e consensual quanto às visões do passado no presente, assim como do próprio presente. Esta questão se mostrou muito clara nos diversos diálogos entre o casal Seu Idalmiro e Dona Azélia, a exemplo dos prazeres do trabalho no campo ressaltados por Seu Idalmiro frente às agruras expressas por Dona Azélia.

Verificamos também que as histórias de vida narradas indicam que a interação com a estrutura geral da sociedade, impulsionadas pelas facilidades de deslocamento para a cidade,

tornou evidente a mobilidade das fronteiras entre estes universos, sobre os quais os moradores transitam física e simbolicamente de forma constante.

Esse dinamismo que geralmente é visto como homogeneizador de identidades, muitas vezes acaba por reforçar a necessidade de que elas sejam reafirmadas, por justamente permitir o contato com o outro (CARNEIRO, 1998). É o que acontece quando o valor moral da terra é reafirmado por meio da reconstrução de uma memória familiar construída em alicerces do trabalho, além das próprias representações imagéticas dos moradores entrevistados. Sob este contexto, o sítio, lugar historicamente marcado pelo trabalho, mesmo após sucessivas fragmentações, é um marco importante na manutenção identitária, por isso tanta relutância observada nos moradores entrevistados em não se desfazerem desses territórios mediante pressões imobiliárias que circundam o bairro, bem como às dificuldades do envelhecimento no campo.

Assim o significado do lugar, do Boa Vista dos Silva, é constantemente ressignificado, sendo muito difícil, ou impossível, tentar distinguirmos o que é estritamente urbano do que é rural. Certamente, este bairro em sua composição atual, distancia-se daquele definido por Candido no final da década de 1940 e, muitas vezes, idealizado nas narrativas. No entanto, percebemos um movimento dos próprios moradores do bairro em manterem a tradição, por meio da religiosidade, do sentimento de pertença, do valor moral atribuído à terra, da solidariedade, o que nos revela a permanência de traços culturais de um modo de vida e de valores tidos como próprios do mundo rural. Trata-se de uma tradição que é reelaborada, reinventada pelos diferentes atores sociais e que encontra-se atrelada à memória coletiva local, mesmo havendo nesse grupo social atores que não necessariamente nasceram no bairro, mas que se identificaram com ele. Assim, os laços de parentesco são reforçados e ampliados, bem como, torna-se mais complexa a rede de sociabilidade que ultrapassa os limites geográficos do bairro. Portanto, não assistimos a uma ruptura total com o passado que elimine relações e valores sociais construídos e vividos anteriormente.

Contudo, ressaltamos que esse processo de reconstrução de identidades não ocorre isento de relações de poder, conflitos e exclusões. A constante frase *a gente é nascido e criado aqui* que deu o título ao trabalho, enseja um significado de pertença atrelado a um território e a uma memória, que mediante as relações de alteridade tornam os vínculos que os ligavam a esse lugar mais claros.

> [...] *E se ocê quiser conversar com ele depois... mais ele é bombeiro só sabe falar disso e de política. E se você puxar um outro assunto ele fala que disso não entende,*

mas ele é da cidade, não sabe, quem sabe é os morador mais antigo daqui do bairro, porque você veio aqui não foi pra ouvir as história da cidade, que o que ocê quer saber é as história do mato, não é?

Seu Idalmiro

REFERÊNCIAS

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. *Fotoetnografia: um estudo de antropologia visual sobre o cotidiano, lixo e trabalho.* Porto Alegre: Palmarinca, 1997.

ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1990.

ALEGRE, Maria Sylvia Porto. Reflexões sobre iconografia etnográfica: por uma hermenêutica visual. In: FELDMAN-BIANCO, Bela e LEITE, Miriam Lifchitz Moreira (Orgs.). *Desafios da Imagem. Fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais.* Campinas: Papirus, 1998. p. 75-112.

ARAÚJO, Renata Amaral; MAHFOUD, Miguel. Memória Coletiva e Imagem Fotográfica: Elaboração da Experiência em uma Tradicional Comunidade Rural. *Memorandum*, Belo Horizonte/Ribeirão Preto, n. 2, p. 68-103, abr, 2002. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos02/araujo02.htm>. Acesso em: 10 abr. 2009.

ARRUDA, Rinaldo. "Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. *Ambiente e Sociedade*, Campinas, n. 5, p. 79-252, 1999.

ASSIS, Lenilton Francisco de. Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica. *Revista Território.* Rio de Janeiro, nº 11/12/13, p. 107-122, set/out, 2003.

BARLETTA, Amilcar. *Conhecendo a Região Bragantina.* Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2000.

BARRETO, Ângela Maria. Memória e sociedade contemporânea: apontando tendências. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, Florianópolis, v.12, n.2, p. 161-176, jul/dez, 2007.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos.* São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Companhia Das Letras, 2004.

BRAGANÇA PAULISTA. Câmara Municipal. Livro da Câmara Municipal de Bragança Paulista. *Trajetória e Identidades (1797 – 1997).* Bragança Paulista: Câmara Municipal, 1998.

_____. Plano Diretor. Lei Complementar Nº 534/2007 de 16/04/2007. Aprova o Plano Diretor do Município de Bragança Paulista, dispõe sobre o Sistema Municipal de Planejamento e dá outras providências. 2007. Disponível em: <http://198.106.103.111/userfiles/smp/leis/LEI_COMPLEMENTAR_534_07_-_Plano_Diretor_2C.pdf>. Acesso em 20 mar. 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Os caipiras de São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Tudo é História, 75)

_____. *Memória/Sertão*. São Paulo: Cone Sul/UNIUBE, 1998.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: 20 fev. 2009.

BRUNO, Fabiana. *Retratos da velhice - um duplo percurso: metodológico e cognitivo*. 2003. 294 f. Dissertação (Mestrado em Multimeios) - Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

CAMARGO, Maria Daniela B. São Paulo moderno: açúcar e café, escravos e migrantes. In: SETUBAL, Maria Alice. *A formação do estado de São Paulo, seus habitantes e os usos da terra.* CENPC/IMPRENSA OFICIAL. São Paulo, 2004. p. 103-153. (Terra Paulista)

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 11, p. 53-75, 1998.

_____. Notas sobre a noção de desenvolvimento territorial e sustentabilidade e o lugar da multifuncionalidade da agricultura. I COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL, 2007a, Florianópolis: UFSC. p. 1-10. (Texto produzido pelo autor para o evento). Disponível em: <http://nmd.ufsc.br/files/2011/05/Carneiro_M_J_Coloquio_Floripa_2007.pdf>. Acesso em 10 jan. 2010.

_____. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná (Org.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007b. p. 53-71.

_____. "Rural" como categoria de pensamento. *Revista do Centro de Estudos Rurais*, Campinas, n. 1, v. 2, p. 9-38, 2008.

CARVALHO, Ely Bergo de; NODARI, Eunice Sueli. A Percepção na Transformação da Paisagem: Os Agricultores no Desflorestamento de Engenheiro Beltrão – Paraná, 1948-1970. *História*, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 269-287, 2007.

CHÁVEZ, Maurício Genet Guzmán. Biodiversidade e conhecimento local: do discurso a prática baseada no território. In: I ENCONTRO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 2002, Indaiatuba. *Anais do I Encontro Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade.* Indaiatuba: ANPPAS, 2002. p. 1-11.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: _____. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998. p. 17-62.

DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820-1920)*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

DIEGUES, Antônio Carlos. As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais. In: SERRANO, Célia M. Toledo e BRUHNS, Heloisa T. (Orgs.). *Viagens á natureza: turismo, cultura e ambiente*. Campinas, Papirus, 1997. p. 85-102.

ENTRE SERRAS E ÁGUAS – SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. *Relatório de Qualidade Ambiental*. São Paulo: Projeto Entre Serras e Águas – Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Área de Influência da Duplicação da Rodovia Fernão Dias, 1998.

FADINI, Almerinda Antonia Barbosa. *Sustentabilidade e identidade local: pauta para um planejamento ambiental participativo em sub-bacias hidrográficas da Região Bragantina*. 2005. 204 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2005.

FADINI, Almerinda Antonia Barbosa; CARVALHO, Pompeu Figueiredo de. Os Usos das Águas do Moinho. Um estudo na Bacia Hidrográfica do Ribeirão do Moinho – Nazaré Paulista-SP. In: II ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 2004, Indaiatuba. *Anais do II Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade*. Indaiatuba: ANPPAS, 2004. p. 1-20.

FARIA, Ivani Ferreira de. Hotéis de selva e novas territorialidades no Amazonas. In: _____ *Turismo: sustentabilidade e novas territorialidades*. Manaus: Universidade do Amazonas, 2001. p. 115-127.

FERNANDES, Renata Sieiro; PARK, Margareth Brandini. Lembrar-esquecer: trabalhando com as memórias infantis. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 26, n. 68, p. 39-59, jan/abr, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n68/a04v26n68.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2009.

FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga. *Do Sertão Carioca ao Parque Estadual da Pedra Branca: a construção social de uma unidade de conservação à luz das políticas ambientais fluminenses e da evolução urbana do Rio de Janeiro*. 2009. 373 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

FERRAZ, Marcelo Carvalho. *Arquitetura Rural na Serra da Mantiqueira*. São Paulo: Instituto Lina BO e P.M. Bardi, 1996.

FREIXÊDAS, Valéria Maradei. *Conservação ou degradação? Diferentes concepções sobre microbacias e práticas de manejo no entorno do Córrego Campestre em Saltinho, SP*. 2007. 212 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2007.

FUNDAÇÃO FLORESTAL. Criação de sistemas de áreas protegidas do contínuo da Cantareira: Serras do Itaberaba e Itapetinga. São Paulo: SMA, 2010.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GALIZONI, Flávia Maria; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Trabalho feminino na agricultura familiar do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. In: XLII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 2004, Cuiabá. *Anais do XLII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER)*. Brasília: SOBER, 2004. p. 1-10.

GALLIAN, Dante Marceño Claramonte. O historiador como inquisidor ou como antropólogo? Um questionamento para os "historiadores orais". *Revista História,* São Paulo, n. 125-120, p. 93-103, ago/dez/1991 a jan-jul/1992.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raúl; HEREDIA, Beatriz Alasia de. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. In: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Orgs.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias: estratégias de reprodução social.* São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 213-243. (História social do campesinato brasileiro, 2)

GAVIRIA, Margarita Rosa. Os posseiros e a arte da negociação política. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, v.2: formas dirigidas de constituição do campesinato.* São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 263-286. (História social do campesinato brasileiro, 2)

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Apresentação. In: CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998. p. 7-16.

GUSMÃO, Neusa. Velhice e mudança: desafios da contemporaneidade. *Revista* Coletiva, n. 5, 2011. Disponível em: <http://www.coletiva.org/site/index.php?option=com_k2&view=item&id=63:velhice-e-mudan%C3%A7a-desafios-da-contemporaneidade&tmpl=component&print=1>. Acesso em: 13 mar. 2012.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes; ALCÂNTARA, Adriana de Oliveira. Velhice, mundo rural e sociedades modernas: tensos itinerários. *Revista do Centro de Estudos Rurais*, Campinas, n. 1, v. 2, p. 155-181, 2008.

HAESBAERT. Rogério. *Territórios alternativos*. São Paulo: Contexto, 2006.

HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBSBAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWM, Eric e TERENCE, Ranger (Orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 9-23.

HOEFEL, João Luiz; VIANNA, Rosa Maria. Impactos de Barragens e Transformação Regional: considerações sobre a implantação dos reservatórios do Sistema Cantareira na

Região Bragantina. *Gestão e Desenvolvimento,* Bragança Paulista, vol. 1, n. 1, p. 87-102, 1996.

HOEFFEL, João Luiz; MACHADO, Micheli Kowalczuk; FADINI, Almerinda Antonia Barbosa. Múltiplos olhares, Usos conflitantes – Concepções ambientais e turismo na APA do Sistema Cantareira. *OLAM – Ciência & Tecnologia. Percepção, Interpretação e Representação do Meio Ambiente,* Rio Claro, v. 5, n. 1, p. 119-45, maio, 2005. CD-ROM.

HOEFFEL, João Luiz; FADINI, Almerinda Antonia Barbosa; SUAREZ, Cristiane. A produção do não-lugar. *Página 22,* São Paulo, ed. 10, p. 46-47, jul, 2007.

HOEFFEL, João Luiz et al. Trajetórias do Jaguary - unidades de conservação, percepção ambiental e turismo: um estudo na APA do Sistema Cantareira, São Paulo. *Ambiente & Sociedade,* Campinas, v. 11, n. 1, p. 131-148, jan/jun, 2008.

HOLZER, Werther. Memórias de Viajantes: Paisagens e Lugares de um Novo Mundo. *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 111-122, 2000. Disponível em: < http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/32/30>. Acesso em: 14 mar. 2010.

JUSTI, Tatiana Angélica. *Apropriação territorial: concessão e apossamento de terras na região de Franca (1805-1850).* 2008. 232 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2008.

LEITE, Beatriz Westin Cerqueira. *Região Bragantina: Estudo econômico e social (1653-1836)*. 1974. 235 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Marília, 1974.

LITTLE, Paul Elliott. A etnografia dos conflitos sócio-ambientais: bases metodológicas e empíricas. In: II ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 2004, Indaiatuba. *Anais do II Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade*. Indaiatuba: ANPPAS, 2004. p. 1-20.

_____. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropologia*, n. 322, Brasília: DAN/UNB, 2002.

LOWENTHAL**,** David. Como Conhecemos o Passado. *Projeto História,* São Paulo, n. 17, p. 28-46, nov, 1998.

MARIN, Jérri Roberto; MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. Colonos italianos de Silveira Martins: entre os poderes da Igreja Católica e do Estado. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: formas dirigidas de constituição do campesinato.* São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 65-89. (História social do campesinato brasileiro, 2)

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social,* São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, maio, 1996.

_____. *Sociologia da fotografia e da imagem.* São Paulo: Contexto, 2008.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *A colônia brasilianista: história oral de vida acadêmica.* São Paulo: Nova Stella, 1990.

_____. *Canto de morte kaiová: história oral de vida.* São Paulo: Loyola, 1991.

_____. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 2005.

MESQUITA, Eni de. *O papel do agregado na região de Itu - 1780 a 1830*. In: Coleção Museu Paulista, série História, vol. 6, São Paulo: Edição do Fundo de Pesquisas do Museu Paulista da USP, 1977, p.42.

MUNHOS, Paula Daniela. *Sitiantes e chacareiros do Ribeirão Vermelho, Alvorada do Sul - PR: Sociabilidade, Disputas e Transformações de um bairro rural.* Dissertação de mestrado. 2007. 87 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. O Catolicismo do povo. In: AZZI, Riolando et al. *A Religião do Povo.* São Paulo: Paulinas, 1978. p. 72-80.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. O momento da minha vida: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Dea Ribeiro. et al. (Org.). Muitas memórias, outras histórias. São Paulo: Olho d água, 2004. p. 296-313.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural-cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

_____. Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva. São Paulo: T. A Queiroz Editor, 1991.

_____. Uma categoria rural esquecida (1963). In: WELCH, Clifford Andrew et al. (Orgs). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas.* São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 57-72. (História social do campesinato brasileiro, 1)

RAFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder.* São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: formação e o sentido do Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães; MOURA FILHO, Jovino Amâncio de; GALIZON, Flávia Maria; ASSIS, Thiago de Paula. Jequitinhonha, São Paulo, Jequitinhonha: trabalho urbano e migrações de retorno na experiência de lavradores mineiros entre 1960/2001. In: X SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 2002, Diamantina. *Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p. 1-20.

RODRIGUES, Cintya Maria Costa. *Águas aos olhos de Santa Luzia – Um estudo de memória sobre o deslocamento compulsório de sitiantes em Nazaré Paulista (SP).* Campinas: Ed. UNICAMP, 1999.

RODRIGUES, Leo dos Reis. *Retratos de família, memória e educação*. Laboratório de Estudos em Psicologia da Arte – LAPA, [200-]. Disponível em: <www.ip.usp.br/laboratorios/lapa/versaoportugues/2c26a.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2008.

SABESP - COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Sistema Cantareira*. São Paulo, 1989.

SAMAIN, Etienne. "Ver" e "dizer" na tradição etnográfica: Bronislaw Malinowski e a fotografia. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n. 2, jul/set, p. 23-60, 1995.

SANTOS, Carlos Alexandre Barboza Plínio dos. *Quilombo Tapuio (PI): terra de memória e identidade*. 2006. 278 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2003.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. *Atlas das Unidades de Conservação Ambiental do Estado de São Paulo.* São Paulo, 2000.

SCHÖRNER, Ancelmo. Experiências (Com)Partilhadas: Os "Fios" da Vida: Mulheres Migrantes no Morro da Pedra – Jaraguá do Sul (SC) – 1980-2000. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 7 GÊNERO E PRECONCEITOS, 2006, Florianópolis. *Anais do VII* Seminário Internacional Fazendo Gênero 7. Florianópolis: UFSC/UESC, 2006.

SEBRAE - SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SÃO PAULO. *Diagnóstico Sócio-Econômico: Tendências e Potencialidade de Municípios do Entorno Paulista da Rodovia Fernão Dias.* São Paulo, 2000.

SETUBAL, Maria Alice (Org.). *Vivências caipiras: pluralidade cultural e diferentes temporalidades na terra paulista.* São Paulo: CENPEC / IMESP, 2005. (Terra Paulista)

SIMSON, Olga de Moraes von. Depoimento oral e fotografia na reconstrução da memória histórico-sociológica: reflexões de pesquisa. *Boletim CMU*, Campinas, n. 05, p. 14-24, 1991.

_____. Imagem e memória. In: SAMAIN, Etienne (Org.). *O Fotográfico.* São Paulo: Hucitec/Senac, 2005. p. 19-32.

SOUZA, Marcelo José. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias et al. (Org.). *Geografia: conceitos e temas.* Rio de Janeiro, Bertrand, 1995. p. 77-116.

SPERENDIO, Fabiano Antonio; HOEFFEL, João Luiz. *Boa Vista - Sustentabilidade e Desenvolvimento Local. Diagnóstico Socioambiental e Usos do Solo na Bacia Hidrográfica do Rio Jaguary em Bragança Paulista/SP*. Relatório de pesquisa/FAPESP, 2010.

TACCA, Fernando Cury de. Imagem fotográfica: aparelho, representação e significação. In: *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 09-17, set/dez, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n3/a02v17n3.pdf>. Acesso em: 10 maio. 2008.

TEIXEIRA, Paulo Eduardo. *O outro lado da família brasileira*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

THOMPSOM, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

TUAN, Yi Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

TULIK, Olga. *Residências secundárias: presença, dimensão e expressividade do fenômeno no Estado de São Paulo.* 1995. 154 f. Tese (Livre-Docência) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo 1995.

VARGAS, Marcelo Coutinho. Piracicaba, Capivari, Jundiaí: em busca da gestão sustentável da água em três sub-bacias do médio Tietê. In: HOGAN, Daniel Joseph. (Org.). *Qualidade ambiental e desenvolvimento regional nas Bacias dos Rios Piracicaba e Capivari,* v.3, NEPAM/UNICAMP, 1997.

WHATELY, Marussia; CUNHA, Pilar. *Cantareira 2006: um olhar sobre o maior manancial de água da Região Metropolitana de São Paulo*. São Paulo: ISA, 2007.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.

WOORTMANN, Ellen. *Herdeiros, parentes e compadres. Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste*. São Paulo/Brasília: Hucitec/UNB, 1995.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: UNB, 1997.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral. In: *Anuário Antropológico/87*. Brasília/Rio de Janeiro, v. 87, p. 11-73, 1990.

_____. Migração, família e campesinato. In: WELCH, Clifford Andrew et al. (Org). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 217-238. (História social do campesinato brasileiro, 1)